



Reportagem

Prêmio Olivio Koliver: incentivo ao desenvolvimento das pesquisas em Ciências Contábeis no país

Artigos abordam importantes temas para a profissão

 Clique nas miniaturas ou números para navegar pelo conteúdo da RBC

SUMÁRIO

Palavra do Presidente 3



Reportagem

Prêmio Olívio Koliver: incentivo ao desenvolvimento das pesquisas em Ciências Contábeis no país

Lorena Molter

5



Entrevista

Diversidade: um valor que vai além dos ganhos econômicos

Lorena Molter

9



Artigo

Behavioral investor: perfil, ilusões cognitivas e aplicações

Vanessa Seefeld, Evelin Caroline Brod Klein, Keli Adriane Vorpapel e Cassiana Bortoli

13



Artigo

Consciência financeira dos brasileiros com a pandemia da Covid-19

Ricardo Garcia da Silva, Lilian Roberta Julio, Ester Bezerra da Silva Ribeiro e Fernando de Almeida Santos

27



Artigo

Educação financeira: uma análise de tuítes relacionados às finanças pessoais na plataforma virtual (2020-2022)

Alane Livia Valerio da Silva e Aline Larissa Valerio da Silva

43



Artigo Convidado

Evidenciação das ações de diversidade pelas empresas brasileiras e argentinas nos relatórios de sustentabilidade

Fabiana Ribeiro Roth e Samuel de Oliveira Durso

55



Artigo

NBC T 16.11 versus NBC TSP 34: as principais mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade sobre custos no setor público

Orion Augusto Platt Neto e Flávio da Cruz

71



Artigo

Rent Seeking e o Processo de Distribuição de Limite Orçamentário às Universidades Públicas Federais

Thales Spinelli Maximo Lins e Dimas Barrêto de Queiroz

87

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2022 exigiu resiliência de todos nós – isso porque esses 365 dias foram rotulados como o momento da retomada, após passarmos pelos períodos mais impactantes da pandemia. O Brasil precisava se reerguer e a população aguardava a recuperação socioeconômica do país.

Nesse cenário, a Contabilidade surge como um dos personagens essenciais nesse processo de retomada, orientando clientes, empresas e órgãos governamentais. Contudo, vale lembrar que a profissão contábil exige atualização constante, de modo que profissionais devem ser estudantes ao longo das suas carreiras. Dessa forma, a educação profissional continuada é, naturalmente, fundamental e o caminho a ser percorrido por aqueles que buscam excelência no desempenho das suas atividades.

Outro ponto a ser destacado é o dinamismo da Contabilidade. Nossa atividade caminha alinhada ao mercado e à economia que estão em constante construção e transformação. Desse modo, os contadores precisam de qualidades, como foco em resultados, criatividade, resiliência, visão analítica e, principalmente, capacidade de adaptação. Para acompanhar esse movimento, é preciso estar preparado para a compreensão dos ambientes interno e externo e para o desenvolvimento de novas estratégias e soluções.

Ao apoiarmos a academia e incentivarmos a produção técnica e científica, como fazemos por meio da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), reafirmamos a convicção do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) de que a academia e o mercado precisam caminhar de forma integrada. As tarefas executadas e as decisões tomadas diariamente pela classe contábil, que refletem no desenvolvimento sustentável do país, são mais seguras e assertivas quando essa união encontra-se bem estabelecida.

Este ano, as seis edições publicadas foram de altíssimo nível e deixaram um legado não apenas para a Contabilidade, mas

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

para a nossa sociedade como um todo. Ressaltamos, inclusive, o número especial que tratou do tema “Educação Financeira e a Contabilidade: Perspectivas e Avanços”, demonstrando, assim, o papel social que a ciência desempenha nas nações.

Fechamos os trabalhos de 2022 homenageando os vencedores do prêmio Olívio Koliver, Eduardo Henrique Valente Lisboa e Eduardo Mendes Nascimento, responsáveis pelo artigo intitulado “Fundo partidário e eleitoral: a análise do impacto das novas políticas de financiamento partidário e eleitoral a partir das prestações de conta dos partidos”, publicado na RBC nº 248, março/abril de 2021. Nesta edição, apresentamos como foi a entrega da premiação e também apresentamos uma reportagem sobre a diversidade na Contabilidade, tema que precisa ser incorporado pela classe, assim como a agenda ESG (ambiental, social e governança).

Para 2023, já temos a temática da edição especial da revista, que será “Tributação e contabilidade: oportunidades e ameaças”. Os artigos poderão ser submetidos entre os dias 15 de janeiro e 15 de maio de 2023. Aguardamos a participação de todos nesse e nos demais números da RBC. Os trabalhos técnicos e científicos enriquecem sobremaneira a nossa profissão e a nossa classe.

Uma ótima leitura a todos!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 258, novembro/dezembro de 2022 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

> **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-Presidentes
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vítória Maria da Silva

> **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin
Contadora Brezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador José Domingos Filho
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Sérgio Faraco
Contadora Ticiane Lima dos Santos
Contador Wellington do Carmo Cruz

> **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloísio Rodrigues da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador Arleon Carlos Stelini
Técnico em Contabilidade Cil Fanny Assis Rodrigues
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo de Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Leonardo Silveira do Nascimento
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contadora Marilise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Nilton Luiz Lima Praseres
Contador Norton Thomazi
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes

> **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Gláucio Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Fernando de Almeida Santos

> **Comissão Avaliadora – Educação Financeira**
Wenner Gláucio Lopes Lucena
Emanuel Marcos Lima
Rosimeire Pimentel Gonzaga
Ducinel Régis Botelho
Kléber Formiga Miranda
Vinicius Gomes Martins

> **Jornalista Responsável**
Rafaela Feliciano – 7830/DF

> **Redação**
Lorena Molter

> **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> **Diagramação**
Dianne Freitas

> **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Garcês de Almeida

> **Ilustrações**
Allan Patrick

> **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega

> **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Olivio Koliver

Olivio Koliver

CFC

CFC

REPORTAGEM

Prêmio Olivio Koliver: incentivo ao desenvolvimento das pesquisas em Ciências Contábeis no país

Por Lorena Molter

Artigo vencedor tem como título “Fundo partidário e eleitoral: a análise do impacto das novas políticas de financiamento partidário e eleitoral a partir das prestações de conta dos partidos”. A premiação foi entregue no dia 15 de dezembro durante reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e reuniu membros do Conselho Diretor da autarquia, representantes do Sistema CFC/CRCs, conselheiros e integrantes do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC)

Mais do que um reconhecimento, mas uma oportunidade de aplaudir e de agradecer àqueles que trabalham em benefício do desenvolvimento das Ciências Contábeis no país. O Prêmio Olivio Koliver é um estímulo à produção, à disseminação e à evolução do conhecimento na área da Contabilidade. A condecoração é entregue ao melhor artigo selecionado, entre aqueles publicados na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) no

ano anterior à entrega do troféu.

No dia 15 de dezembro, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) entregou o prêmio durante a 1.093ª Reunião Plenária Ordinária da autarquia. A homenagem contou com a participação de membros do Conselho Diretor do CFC, representantes do Sistema CFC/CRCs, conselheiros e dos integrantes do Conselho Editorial da RBC, que promove a entrega do reconhecimento.

Intitulado “Fundo partidário e

eleitoral: a análise do impacto das novas políticas de financiamento partidário e eleitoral a partir das prestações de conta dos partidos”, o artigo premiado foi redigido pelo especialista em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Eduardo Henrique Valente Lisboa, e pelo professor doutor da UFMG contador Eduardo Mendes Nascimento, e publicado na RBC n.º 248, do bimestre março/abril de 2021.

A relevância da aproximação entre o mercado e a academia foi um dos pontos abordados pelo professor Eduardo Nascimento no dia da premiação. Para o acadêmico, a entrega do troféu Olivio Koliver é um caminho para que essa conexão seja fortalecida. “Uma grande crítica que a ciência, de modo geral, recebe é a falta de proximidade com a prática. Quando nós temos um Conselho Federal incentivando as pesquisas, quer dizer, reconhecendo-as e premiando-as, ele consegue promover uma aproximação muito grande entre a academia e o mercado; o mercado e a academia. Isso, para a Contabilidade, que existe basicamente só pela prática e para a prática, torna possível uma Contabilidade moderna e adequada para o serviço do contador e uma utilidade maior para a academia, para as pesquisas que nós fazemos, que é o nosso grande objetivo, porque todo pesquisador quer que a sua pesquisa tenha repercussão, tenha aplicação prática”, explicou.

Segundo Nascimento, a premiação estimula o fortalecimento tanto do mercado como da academia. “Esse prêmio permite que haja um incentivo para produções que vão atender às demandas do



mercado, mas que também atendam às necessidades acadêmicas. Ele consegue unir o útil ao agradável, trazer um algo a mais para a academia e uma fonte de informação, de recurso, de oportunidade, de utilidade para a pesquisa que, sem esse prêmio, eu acredito que se torne mais difícil”, concluiu.

Esse reconhecimento foi estabelecido pelo CFC, sendo promovido pela RBC e entregue pela primeira vez em 2014. A sua finalidade é, justamente, incentivar a produção de pesquisas técnicas e científicas na área contábil. Simultaneamente, a iniciativa bus-

ca homenagear a memória de uma grande figura da Contabilidade brasileira, Olivio Koliver.

O prêmio é um troféu que, normalmente, é entregue em reunião Plenária do CFC, previamente agendada e realizada em sua sede, em Brasília/DF. Todos os custos de deslocamento nacional e hospedagem dos autores vencedores para a participação na cerimônia ficam a cargo do CFC.

O outro autor agraciado, Eduardo Valente Lisboa, ressaltou o aprendizado adquirido no processo de construção do artigo e o sentimento por ter tido seu trabalho escolhido.

“Foi muito gratificante, para mim, ter recebido esse prêmio até pelo reconhecimento do esforço, da qualidade do artigo e do meu aprendizado.”

“Esse prêmio permite que haja um incentivo para produções que vão atender às demandas do mercado, mas que também atendam às necessidades acadêmicas. Ele consegue unir o útil ao agradável.”

“Foi muito gratificante, para mim, ter recebido esse prêmio até pelo reconhecimento do esforço, da qualidade do artigo e do meu aprendizado. Eu aprendi muito escrevendo o artigo. Como eu não sou contador nem da área acadêmica, para mim é muito bom ter contato com a Contabilidade, com o conhecimento contábil e poder aplicá-lo para poder avaliar de forma mais técnica os dados”, disse.

Como o artigo vencedor é escolhido?

A seleção do trabalho vencedor envolve dois grupos: o Conselho Editorial da RBC e a Banca Examinadora e Julgadora. O artigo ganhador é submetido a duas fases de análise. Na primeira etapa, cada artigo publicado, nas seis edições da RBC, recebe uma nota de cinco a dez

dos membros do Conselho Editorial da Revista.

Na segunda fase, os seis trabalhos mais bem pontuados na primeira etapa são encaminhados à Banca Examinadora e Julgadora do Prêmio Olívio Koliver, que deverá dar nota de cinco a dez a cada trabalho, entre esses seis artigos.

Essa banca é previamente nomeada por uma Portaria do CFC, sendo composta de cinco membros. Dois desses integrantes fazem parte do Conselho Editorial da RBC e outros dois pertencem ao Conselho Político e/ou Editorial da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC). Por fim, o grupo ainda conta com um(a) contador(a) doutor(a) indicado pela Presidência do CFC.

O artigo vencedor é aquele que apresenta a mais alta pontuação. Se houver empate, a banca realiza um novo julgamento, pontuando novamente os trabalhos. Caso este persista, a coordenação da banca, soberanamente, emite a decisão final.

No processo de seleção, não concorrem ao troféu aqueles artigos cujos autores sejam conselheiros e colaboradores do Conselho Federal de Contabilidade, membros da Banca Examinadora e Julgadora do Prêmio e integrantes do Conselho Editorial da RBC.





ENTREVISTA

Diversidade: um valor que vai além dos ganhos econômicos

Por Lorena Molter

O século XXI trouxe para o centro dos debates assuntos que, em décadas anteriores, não eram considerados fundamentais ou urgentes pela sociedade. Hoje, verifica-se um movimento global voltado para a valorização de assuntos como diversidade, preservação do meio ambiente, sustentabilidade, inclusão, entre outras temáticas, muitas delas inseridas na agenda ESG. Como agente de promoção da transparência, a Contabilidade ganhou mais uma função essencial: a demonstração dos aspectos não financeiros, relevantes por revelarem os esforços públicos e privados relacionados a esses temas.

Diversidade é um tema que vem ganhando cada vez mais destaque na sociedade. Essa realidade também se estende à atividade classista. Reconhecendo a sua relevância e a essencialidade das discussões que envolvem não apenas a Contabilidade, mas todas as temáticas que contemplam a evolução socioeconômica e o desenvolvimento sustentável do país, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) lançou, em 2022, durante reunião plenária, o projeto denominado CFC Inclusivo, que fala sobre diversidade, equidade e inclusão. A iniciativa está alinhada ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual a entidade faz parte desde o primeiro semestre deste ano. Somado a isso, alguns dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) já possuem as suas comissões de diversidade e de inclusão.

O mesmo movimento é visto em instituições de ensino brasileiras. Atualmente, o assunto tem sido incluído, por exemplo, em eventos de ensino superior; assim, ainda na universidade, os estudantes recebem uma preparação que os forma para terem condutas diferentes no mercado de trabalho e, de certo modo, serem multiplicadores de uma mentalidade inclusiva, em todas as suas vertentes.

Contudo, o foco na diversidade e na inclusão traz muitos outros benefícios. A princípio, os ganhos econômicos de se ter um ambiente diverso é o tópico destacado e, por vezes, mais valorizado. Entretanto, o processo de inclusão possui um papel social. Isso porque, ao incentivar a existência de ambientes diversos no mercado de trabalho, nas instituições de ensino e em tantos outros espaços, repro-

duz-se o retrato da própria sociedade, que é composta por indivíduos múltiplos.

Os profissionais da contabilidade pertencem ao grupo de protagonistas nesse processo e proporcionarão grande impacto social, por meio da apresentação das demonstrações dos aspectos não financeiros. Simultaneamente, podem ser grandes agentes sociais, ao assessorarem os clientes sobre as práticas inclusivas e, ainda, implantarem esses valores em suas empresas.

O tema é amplo e necessita de muitas discussões e de avanços no país. Pensando nisso, a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) apresenta, nesta edição, uma entrevista com o professor doutor Samuel Durso, que explica, profundamente, diferentes aspectos sobre a temática envolvendo os profissionais da contabilidade. Confira a seguir:

RBC – Como o senhor enxerga a entrada da pauta da diversidade nas Ciências Contábeis? Há algum avanço nesse sentido?

Samuel Durso – Nos últimos anos, temos observado uma maior relevância desta temática para várias áreas de atuação; para a Contabilidade, não é diferente. Prova disso são as criações de Comissões de Diversidade e Inclusão em diversos Conselhos Regionais de Contabilidade, as quais visam discutir e pensar políticas que gerem maior representatividade na área contábil. No âmbito acadêmico, a importância da temática já tem repercutido nos principais eventos científicos da área. Em 2021, o Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont) criou a linha de Diversidade e Inclusão no Contexto Organizacional e Contábil (DICOC) para receber pesquisas sobre a temática. Em 2022, o Congresso USP fez um movimento semelhante. Esses são exemplos de avanços na área que precisam ser comemorados, mas representam apenas o início de uma mudança necessária para que possamos refletir melhor os caminhos da área contábil. Isso porque, em diversos contextos, a Contabilidade ainda mantém barreiras para o desenvolvimento de profissionais que fogem aos padrões hegemônicos, como o masculino, heterossexual, cisgênero e branco, por exemplo.

RBC – Como a inclusão da pauta da diversidade no contexto das Ciências Contábeis pode contribuir para o desenvolvimento da Contabilidade no país?

SD – Quando falamos de diversidade, estamos tratando da multiplicidade de olhares para a área. Ter diferentes olhares para um mesmo fenômeno pode gerar diversos benefícios no enfrentamento dos desafios existentes na Contabilidade. Ao unir pessoas com origens, valo-



res e pensamentos distintos, podemos aumentar a possibilidade de inovação para os problemas existentes e, assim, potencializar as contribuições para o desenvolvimento da área. Apesar dos comprovados benefícios de se ter um ambiente diverso e inclusivo, precisamos refletir sobre a temática para além dos possíveis resultados econômicos. Um princípio básico da defesa da diversidade refere-se à necessidade – ou até mesmo uma obrigação – de refletirmos a multiplicidade existente na sociedade nas mais diversas áreas de atuação existentes no mercado. Se a sociedade é múltipla em relação a gênero, sexualidade, raça, idade e religião, por exemplo, por que a Contabilidade não deveria apresentar tudo isso entre seus profissionais? Vários ramos de atuação contábil ainda apresentam barreiras, muitas vezes invisíveis, ao desenvolvimento profissional de determinados grupos. Pesquisas recentes realizadas no contexto brasileiro identificam, por exemplo, limitações ao desenvolvimento profissional das mulheres em empresas de auditoria externa, apesar dos constantes incentivos dessas entidades para enfrentamento das barreiras existentes. Quando defendemos a inclusão e a diversidade na Contabilidade, portanto, estamos trabalhando para que a sociedade esteja, em sua forma mais completa, refletida em todas as áreas de atuação contábil.

RBC – Como as instituições de ensino, as faculdades e as universidades podem e devem trabalhar a temática da diversidade na formação dos futuros contadores? Como a valorização da diversidade nessas instituições pode contribuir para o fortalecimento das Ciências Contábeis? Quais são os prejuízos de não se trabalhar a inclusão nesses espaços?

SD – Ao longo da formação dos estudantes de Ciências Contábeis, a temática da diversidade pode ser tratada tanto de forma transversal, abarcada indiretamente nas disciplinas tradicionais da Contabilidade, quanto com a inclusão de tópicos específicos sobre a temática. É importante lembrar que os profissionais da contabilidade exercem, na atualidade, um papel muito mais de gestão e suporte à tomada de decisão no contexto organizacional. Isso faz com que os contadores necessitem dialogar com todos os setores da entidade, além de liderar suas próprias equipes. Nesse sentido, é mais do que necessário desenvolver, nos futuros contadores e contadoras, habilidades que lhes permitam trabalhar e pensar as organizações em um cenário de diversidade. Um ponto positivo para a formação na área é o fato de os cursos de Ciências Contábeis já serem marcados por uma forte heterogeneidade discente. Diferentemente de outras áreas do saber, nos cursos de Contabilidade é comum a presença de discentes com diversas origens familiares, *status* socioeconômico, idade, raças, etc. Essa maior heterogeneidade na sala de aula possibilita, inclusive, tratar a diversidade de uma forma ainda mais profunda, a partir dos olhares múltiplos dos nossos discentes. Preparar os futuros egressos para esse contexto de diversidade certamente contribuirá para que a Contabilidade atinja seus objetivos enquanto área de atuação e auxilie no desenvolvimento econômico e social do país. De forma oposta, se as instituições de ensino se

mantiverem isentas dessas discussões e transformações sociais, corremos o risco de ter contabilistas despreparados para a atuação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, gerar prejuízos para a área.

RBC – Diversidade está intimamente relacionada à agenda ESG. Ao mesmo tempo, organizações e empresas têm sido cobradas a aderirem aos valores ambientais, sociais e de governança que compõem essa pauta. Os contadores são consultores de negócios e assessoram os clientes. Desse modo, qual o papel da classe contábil na promoção desse assunto?

SD – A forte demanda externa, principalmente de investidores e credores, para a inclusão de valores ESG nas entidades apresenta reflexos diretos para a atuação e formação da classe contábil. Temos visto, recentemente, uma série de exigências do mercado sobre a governança social e ambiental, as quais geram impactos para a Contabilidade, principalmente no que tange ao acesso ao crédito no mercado financeiro. Grandes fundos de investimentos já anunciaram, por exemplo, não realizar aportes em empresas que não apresentem um terço de mulheres em seus respectivos conselhos de administração. Em alguns países, já é obrigatório que empresas de grande porte divulguem informações sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres. Instituições financeiras estão sendo pressionadas por órgãos reguladores a avaliarem temáticas sociais e ambientais no processo de concessão de crédito, sob o risco de assumirem responsabilidade subsidiária ao financiarem atividades que não estão em conformidade com os valores ESG. Todos esses eventos são contábeis, na medida em que geram impactos financeiros, diretos ou indiretos, para as en-

tidades. Os contadores, portanto, enquanto consultores e assessores das entidades do mercado, precisam estar familiarizados e atualizados com os assuntos da agenda ESG – entre eles, a diversidade –, a fim de conseguir contribuir de forma proativa com seus clientes.

RBC – Como a adoção dos valores ESG, que abarca a questão da diversidade, pode ser um diferencial para as empresas contábeis e para os negócios assessorados pelos profissionais da contabilidade?

SD – Considero que a pauta ESG, ou a sustentabilidade de uma forma mais ampla, ainda é uma oportunidade de negócio pouco explorada pelos profissionais da área contábil. Desde muito tempo, a questão ambiental e social faz parte das divulgações realizadas por organizações e empresas no mercado. Apesar disso, comparativamente com outros nichos da Contabilidade, a classe ainda se mostra pouco envolvida e preparada para auxiliar seus clientes nessas temáticas. Modelos de divulgação que historicamente tratam de assuntos sociais e ambientais, como os relatórios de sustentabilidade, por apresentarem informações que vão além das questões financeiras, são tratados como divulgações que estão fora do es-

copo dos profissionais da contabilidade. As próprias instituições de ensino superior tendem a não tratar desses assuntos na formação dos discentes de Ciências Contábeis. Isso representa uma perda imensurável em oportunidades de mercado. Isso porque a Contabilidade, enquanto área provedora de informações, possui ligações diretas e indiretas com os fenômenos sociais e ambientais com os quais as entidades estão envolvidas. Sendo assim, os contadores, sejam eles externos ou internos, poderiam não apenas contribuir para a elaboração das informações empresariais da pauta ESG, mas serem os protagonistas desse processo. Acredito, contudo, que esse cenário de baixo envolvimento da área contábil com assuntos de caráter social e ambiental tende a mudar com a recente criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), braço da Fundação IFRS que cuidará das divulgações de caráter ESG. Por estar vinculado à entidade que produz as informações contábeis utilizadas mundialmente, o ISSB produzirá um forte incentivo à classe contábil para a compreensão dos valores ESG, com reflexos diretos para a formação na área.



“Apesar dos comprovados benefícios de se ter um ambiente diverso e inclusivo, precisamos refletir sobre a temática para além dos possíveis resultados econômicos.”



Behavioral investor: perfil, ilusões cognitivas e aplicações

O objetivo desse estudo foi analisar: (1) o perfil global dos investidores brasileiros; (2) a possível existência de ilusões cognitivas nas perspectivas de escolhas; e (3) os investimentos usualmente realizados. Para tanto, utilizou-se a pesquisa exploratória e quantitativa, por meio da revisão bibliográfica e aplicação de um questionário disponibilizado via plataforma digital. Foram obtidas 246 respostas, analisadas a partir de estatísticas descritivas. Os resultados indicaram que: (1) a maior parte dos investidores respondentes obteve um perfil moderado; (2) ilusões cognitivas são observadas nas escolhas dos investidores, guiadas pelo efeito certeza, reflexão e isolamento; e (3) os investidores possuem, em sua maioria, uma carteira composta por Renda Fixa, o que é coerente ao perfil moderado. Os resultados desta pesquisa podem levar o investidor a ampliar seu autoconhecimento e evitar ações oportunistas de agentes econômicos com que se relaciona.

Vanessa Seefeld

Docente na Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE RONDON e Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

E-mail: vanessa_seefeld@hotmail.com

Evelin Caroline Brod Klein

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE RONDON

E-mail: brod.evelin@gmail.com

Keli Adriane Vorpapel

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE RONDON

E-mail: kvorpapel@hotmail.com

Cassiana Bortoli

Mestre em Contabilidade – Universidade Federal do Paraná, Doutoranda em Contabilidade – Universidade Federal do Paraná

E-mail: cassianabortoli@gmail.com

1. Introdução

A Moderna Teoria de Finanças, também conhecida por Teoria Tradicional de Finanças (MARKOWITZ, 1952; SHARPE, 1964; FAMA, 1991), foi e é amplamente explorada por economistas, administradores e contadores. Esses autores agregam a Moderna Teoria de Finanças à Teoria Ótima de Portfólio, ao *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) e à Hipótese de Mercados Eficientes (HME), respectivamente. A Teoria Tradicional de Finanças contribui para a identificação e as causas de diversos problemas organizacionais e, conseqüentemente, ensina a reflexão e proposição de possíveis soluções. Assim, a partir da teoria e de pesquisas nela baseadas, o estudo em finanças tomou proporções evolutivas.

Simon (1957), Kahneman e Tversky (1979) e Tversky e Kahneman (1992) dão início a uma nova, crescente e forte corrente de pensamento dentro da área de finanças. Tal concepção considera o comportamento do indivíduo tal como se apresenta, bem como demonstra a necessidade de ponderar suas interferências na tomada de decisões financeiras. Assim, Thaler (1999) descreve que o termo “Finanças Comportamentais” é redundante, pois cada indivíduo possui um conjunto de crenças, constituídas a partir de um conjunto de variáveis pessoais, endógenas e exógenas, que orienta a forma com que se processa, julga e toma decisões. Silva et al. (2008) entendem que, com o passar dos anos, não trataremos de forma separada a Teoria Tradicional de Finanças e as Finanças Modernas, Teoria Comportamental, mas entender-se-á como uma evolução natural da ciência, tornando-a uma teoria unificada.

Segundo Silva et al. (2008), a evolução da Teoria Tradicional de Finanças em favor da Teoria Comportamental traz uma mudança

qualitativa substancial, pois trata do elemento de maior relevância dentro do mercado financeiro: o investidor. Isso porque o conceito de aversão à perda é considerado um dos pilares da Teoria Comportamental. Estudos psicológicos revelaram que, embora o investidor leve em consideração tanto os ganhos quanto as perdas em suas decisões, ele não atribui pesos idênticos para ambos os elementos. Ou seja, ganhos e perdas possuem valor psicológico distinto: a depender da forma com que a questão é apresentada ao investidor, as decisões são díspares (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979).

Kahneman e Tversky (1979) e Tversky e Kahneman (1992), por meio de seus estudos no campo de Finanças Comportamentais, concluíram que a Teoria da Perspectiva e a Teoria da Perspectiva Acumulada, respectivamente, conseguem compreender de melhor forma as escolhas dos investidores (LOBEL et al., 2017). As variações ocorridas a partir dessa teoria se dão em função da perspectiva de ponderação de valor (CORRÊA et al., 2018). Para esses últimos autores, a possibilidade de visualizar as finanças sob diferentes perspectivas comportamentais permite uma análise apurada do ambiente de negócios, uma vez que passa a considerar a racionalidade humana limitada e os critérios subjetivos relacionados a crenças, valores, conhecimentos e experiências passadas. As limitações dos agentes econômicos, em especial do investidor (objeto de estudo da presente pesquisa), interferem na dinâmica do mercado, já que, a depender da lente expe-

rimentada, do ganho ou da perda, suas decisões são afetadas.

Os investidores demonstram-se avessos ao risco em situações relacionadas a ganhos e propensos ao risco em situações relacionadas a perdas (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Ou seja, em uma condição de busca pelo ganho, o investidor evita correr riscos e, em uma condição de exposição ao sentimento de perda, ele prefere correr riscos para evitá-la (MELO et al., 2018). Os autores descrevem que é característico da natureza humana sentir o dobro de dor motivado pela perda do que se comparado com o prazer motivado pelo ganho. Tversky e Kahneman (1992) complementaram a Teoria da Perspectiva, ao declarar que o grau de aversão à perda decorre da probabilidade correspondente à alternativa. Quando a probabilidade é relativamente alta com relação à perda, há intenção de arriscar para evitar se consume, de forma que há aversão a riscos em situações de ganho (efeito certeza) e propensão ao risco em situações de perda. Desde então, diversos estudos são realizados ao redor do globo a fim de confirmar a Teoria do Prospecto (OLSEN, 1997; LANGER; WEBER, 2005; LIU et al., 2015; BEST; GRAUER, 2016; GREGORIOU et al., 2019).



“Obter conhecimento sobre o perfil do investidor brasileiro e dos investimentos usualmente realizados conduz a área para o avanço na identificação de possíveis desvios cognitivos e das necessidades desses usuários.”

No Brasil, Silva et al. (2008), Martits e Junior (2009), Walter, Frega e Silva (2010), Haubert, Lima e Herling (2012), Lobel et al. (2017), Melo et al. (2018) e Santos et al. (2019) realizaram suas pesquisas com intenção de testar a Teoria do Prospecto e contribuir para os estudos em finanças comportamentais. Apesar de a teoria não ser tão recente, a área de pesquisa de finanças em administração, contabilidade e economia é relativamente nova. Dessa forma, percebe-se que a maior parte das pesquisas se deu a partir de 2010 e, ainda assim, com objetivos bastante díspares. Nesse sentido, foi possível perceber que, ao buscar pela literatura brasileira da Teoria do Prospecto e do Investidor, os estudos publicados dirigiram esforços para compreender o comportamento de risco para o público de estudantes de graduação (MELO et al., 2018) e pós-graduação (WALTER; FREGA; SILVA, 2010; HAUBERT; LIMA; HERLING, 2012); docentes (SILVA et al., 2008); profissionais das nove áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) filiados a conselhos de classe (MELO et al., 2018); e investidores individuais e de fundos de pensão (MARTITS; JUNIOR,

2009). Não foram identificadas pesquisas de elevado impacto que analisassem o perfil global dos investidores brasileiros, enquanto sociedade, e a Teoria do Prospecto, bem como os investimentos usualmente realizados. Uma vez identificada essa lacuna na literatura nacional, tornou-se este o objetivo de estudo da presente pesquisa.

Obter conhecimento sobre o perfil do investidor brasileiro e dos investimentos usualmente realizados conduz a área para o avanço na identificação de possíveis desvios cognitivos e das necessidades desses usuários. Isso pode ser considerado para a oferta de um novo produto ou serviço e, inclusive, para a ampliação da discussão sobre finanças e educação financeira. Assim, o investidor passa a se conscientizar sobre a forma como age em situações que envolvam sentimento de ganho e/ou de perda, o que poderá refletir no modo com que se posiciona frente a essas questões, ampliar os recursos utilizados em sua análise e minimizar impactos negativos decorrentes das decisões. Além disso, vale destacar que os demais agentes econômicos que integram o mercado e que interagem com os investidores podem apresentar conflitos de interesse na relação.

E estes podem estar aproveitando o conhecimento da forma com que o investidor toma as decisões diante de como as opções lhes são apresentadas, modificando, consequentemente, sua decisão. Assim, o presente estudo colabora, ainda, com a ampliação do autoconhecimento do investidor brasileiro para sua proteção pessoal contra possíveis ações oportunistas dos demais agentes de mercado.

2. Referencial Teórico

As opções de investimentos podem ser apresentadas a um investidor, de acordo com o seu perfil e a propensão de que ele apresente heurísticas e, consequentemente, vieses cognitivos. Para Milanez (2003), o efeito certeza, o efeito reflexão e o efeito isolamento, por exemplo, podem influenciar as decisões de investimento. O autor demonstra a relação da tomada de decisão humana com julgamento de probabilidades, e como sutis diferenças na forma de apresentação das opções podem alterar a decisão do investidor. O efeito certeza ocorre quando os investidores tendem a atribuir maior peso subjetivo às alternativas de alta probabilidade de ocorrência.

O efeito reflexão ocorre quando os investidores demonstram obter preferência conflitante a Teoria da Utilidade Esperada – TUE. Ou seja, são avessos ao risco em situações de ganho, e propensos ao risco quando expostos a uma mesma situação em termos de probabilidade, mas com alteração na situação de ganho para perda. E o efeito isolamento ocorre quando os investidores ignoram boa parte das informações importantes e centram-se apenas nos elementos que distinguem as opções disponíveis. Esse processo mental se dá com intenção de simplificar o processo de tomada de decisão, mas não conduz para um padrão comum de risco, devido ao apoio de regras de bolso (*heuristic driven bias*).

Cada investidor possui uma perspectiva diferente do risco, de modo que a propensão ou aversão pelo risco lhe conduz para a tomada de decisões de investimento. Assim, Savage (1964) discorre sobre o conceito de utilidade subjetiva, que pode ser utilizada quando o indivíduo está prestes a tomar uma decisão de investimento. Para o autor, o indivíduo possui uma probabilidade subjetiva de aceitação e rejeição de uma proposta, as quais levam em consideração suas preferências e necessidades. Para a tomada de decisão de investimento, o indivíduo deve levar em consideração o seu grau de aversão ao risco. Silva, Corso, Silva e Oliveira (2008) descrevem que, segundo as finanças comportamentais, o investidor analisa suas opções de investimento a partir de um ponto de referência, por meio do qual pondera o risco e o retorno, ou seja, a chance de perda e de ganho. Além disso, segundo os autores, o investidor conside-

ra ainda a questão do medo do arrependimento com relação ao investimento, uma vez que é doloroso para o ser humano reconhecer seus próprios erros. Esse argumento conduz, ainda mais, ao entendimento contra a Teoria da Utilidade Esperada e em favor da busca pelo risco, para evitar que uma perda se concretize.

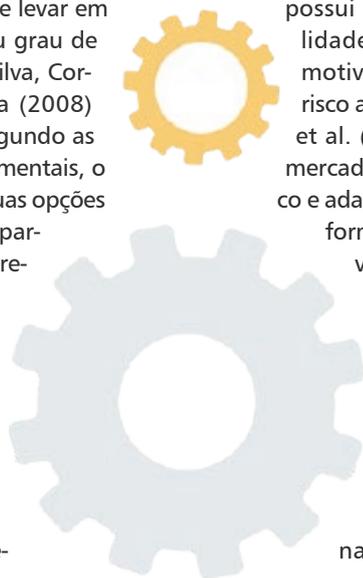
Nesse sentido, o investidor deveria obter autoconhecimento do grau de aversão ao risco, pois isso pode lhe conduzir a uma tomada de decisões mais racional, que reflita suas preferências e necessidades, bem como evite o arrependimento de praticar um investimento que não condiz com a relação de risco e retorno esperada. A Análise do Perfil do Investidor (API) pode classificá-lo como conservador, moderado ou arrojado, e pode lhe conduzir à compreensão dos investimentos mais adequados com relação ao seu perfil (SANTOS et al., 2019). O investidor conservador possui como foco a redução dos riscos, de modo a aceitar a obtenção de uma rentabilidade menor. O investidor moderado normalmente busca investimentos a longo prazo, buscando retornos superiores à renda fixa e, por esse motivo, aceita correr um pouco mais de risco do que o investidor conser-

vador. Já o investidor arrojado possui como foco a rentabilidade elevada e, por esse motivo, aceita um nível de risco acentuado. Bittencourt et al. (2018) relatam que o mercado financeiro é dinâmico e adaptável a mudanças, de forma que são criadas novas opções de investimento em função da percepção das preferências dos investidores.

A escolha do(s) investimento(s) se dá a partir de informações relacionadas a rentabilidade,

risco, tempo (BITTENCOURT et al., 2018) e experiência (SANTOS et al., 2019). Sabe-se ainda que a escolha de um portfólio de investimentos eficaz pode trazer benefícios, como a minimização de riscos (MARKOWITZ, 1952). Essa é uma importante contribuição de Markowitz (1952) para a Teoria Tradicional de Finanças, motivo pelo qual não seria possível desconsiderá-la. No entanto, Liu et al. (2015) relatam que uma série de axiomas da racionalidade são violados e que os vieses cognitivos possuem grande influência no processo de tomada de decisão de investimentos. Nesse sentido, Shefrin e Statman (2000) preocuparam-se em desenvolver a Teoria do Portfólio Comportamental, na tentativa de considerar os fatores comportamentais dos investidores em suas decisões de investimentos.

Para Bittencourt et al. (2018), a Análise do Perfil do Investidor (API) pode ser uma forma mais simples de seleção de investimentos, de acordo com suas preferências e necessidades, sem desconsiderar os achados dos estudos de Markowitz (1952), Kahneman e Tversky (1979) e Tversky e Kahneman (1992). E, nesse sentido, são necessárias mais pesquisas para identificar o perfil do investidor, bem como a forma com que este realiza seus investimentos frente à renda fixa e variável, para compreender se a alocação é adequada ao seu grau de aversão ao risco. Este trabalho, desde o levantamento da literatura até a análise e discussão gerada, torna-se importante para a compreensão do autoconhecimento do investidor menos sofisticado. Assim, pesquisas futuras podem agregar ainda mais à literatura na discussão de necessidades do investidor em caso de possível ampliação de seu conhecimento ou de novos produtos para o mercado financeiro. Tais iniciativas podem levar a uma melhoria na relação desses importantes agentes econômicos, já que seus interesses podem ser maximizados de forma conjunta.



“O investidor moderado normalmente busca investimentos a longo prazo, buscando retornos superiores à renda fixa e, por esse motivo, aceita correr um pouco mais de risco do que o investidor conservador.”

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia a ser utilizada quanto aos objetivos da pesquisa classifica-se como exploratória, a abordagem do problema é categorizada como quantitativa e, quanto aos procedimentos, foi realizado um levantamento de dados com diversas pessoas de várias regiões do Brasil. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário disponibilizado aos respondentes mediante a plataforma Google Docs, com divulgação efetuada pela rede social Facebook e aplicativo WhatsApp. O formulário, composto por 37 questões objetivas, angariou a participação de 246 respondentes.

O questionário foi dividido em três blocos: Bloco I – Caracterização do Respondente; Bloco II – Perfil do Investidor; e Bloco III – Vieses Comportamentais e Distribuição dos Investimentos. As questões do formulário que compõem o Bloco I e as questões 22 a 36 do Bloco III foram extraídas do artigo “Vieses comportamentais na decisão de investimentos: um estudo empírico”, desenvolvido por Serra et al. (2010); a questão 37 deste mesmo bloco foi adaptada do questionário da disserta-

ção “Análise sobre a influência da personalidade e dos vieses comportamentais nos hábitos de investimento dos indivíduos”, realizada por Urbina (2016). O Bloco II compreende o Perfil do Investidor. Utilizou-se, para tanto, o questionário “Análise do Perfil do Investidor – API” extraído da monografia elaborada por Rambo (2014), intitulada “O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro”.

Para a análise dos dados, foi utilizado um teste de estatísticas descritivas de análise de frequências, valores e percentuais, expresso em quadros e gráficos. Além disso, foi aplicado o teste de normalidade dos dados Kolmogorov-Smirnoth (KS) para identificar o teste de correlação adequado aos dados (Pearson – para dados normais; ou Spearman – para dados com ausência de normalidade). O resultado demonstrou que os dados, de maneira geral, não se apresentam como uma amostra de uma população com distribuição normal e, portanto, utilizou-se o teste de correlação de Spearman. Esse teste apurou o nível de associação entre as questões, o perfil do investidor e o tipo de investimento realizado, assim como suas características e o perfil do investidor.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos resultados da presente pesquisa inicia-se com a caracterização do respondente, seguida do perfil do investidor, e aborda o comportamento do investidor frente a situações de ganho e perda.

4.1 Caracterização do Respondente

Obteve-se 246 respondentes, dos quais 55,7% afirmaram ser do sexo feminino e 44,3%, masculino. Em relação à ocupação, 139 pessoas são profissionais com registro em carteira, o que representa 56,5% dos respondentes; 25 são autônomos/independentes; 20 são profissionais liberais com até 3 funcionários, e outros 21 têm mais de 3 colaboradores; 14 são profissionais informais sem registro; e outros 27 respondentes dividem-se entre estagiários, desempregados, estudantes, corretor de seguros e servidores públicos. Cerca de 52,4% dos respondentes declararam ter alguma experiência profissional em atividades financeiras, enquanto 47,6% declararam não possuir experiência nesta área. No entanto, 33,7% dos respondentes declararam ter experiência profissional como gestor de recursos financeiros.

Com relação à renda familiar, 13,8% dos respondentes declararam obter renda familiar inferior a R\$2.500,00; 39,4% entre R\$2.500,00 e R\$5.000,00; 30,9% entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00; e 15,8% acima de R\$10.000,00. Em relação ao valor aplicado em bancos, fundos, ações e outros tipos de investimentos: 55,7% dos respondentes revelam ter investido montantes abaixo de R\$5.000,00; 14,6% apresentam investimentos entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00; 9,3% possuem investimentos entre R\$20.000,00 e 50.000,00; apenas 7,3% possuem investimentos acima de R\$100.000,00; outros percentuais menores referem-se às faixas entre R\$10.000,00 e R\$20.000,00, e entre R\$50.000,00 e R\$100.000,00. Ainda, quando questionados sobre o período em que avaliam o desempenho de seus investimentos: 59,8% disse avaliar em menos de 1 ano; 23,2% entre 1 e 2 anos; 9,3% entre 2 e 5 anos; e 7,7% acima de 5 anos. Quando questionados quanto aos resultados obtidos em seus investimentos nos últimos anos, 73,2% demonstraram-se satisfeitos, enquanto 26,8% não estão satisfeitos.

4.2 Perfil do Investidor

Essa seção adentra no perfil do investidor, de modo a ser possível classificá-lo como: conservador, moderado ou arrojado. A partir dessa classificação, é possível identificar os tipos de investimentos que mais se adequam a cada perfil. Assim, a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM n.º 539, de novembro de 2013, determinou a obrigatoriedade da realização dessa análise por todas as instituições financeiras regulamentadas pelo governo. O objetivo é proteger o investidor de decisões precipitadas, bem como criar uma carteira de investimentos que melhor se adequem ao perfil de cada cliente

Quadro 1 – Aversão ao Risco: critérios que compõem a classificação do Perfil do Investidor						
Questões	Informação	Amostra	1	2	3	4
Q12	Freq.	246	82	142	20	2
	Perc.		33.33%	57.72%	8.13%	0.81%
Q13	Freq.	246	163	41	22	20
	Perc.		66.26%	16.67%	8.94%	8.13%
Q14	Freq.	246	181	42	10	13
	Perc.		73.58%	17.07%	4.07%	5.28%
Q15	Freq.	246	42	24	36	144
	Perc.		17.07%	9.76%	14.63%	58.54%
Q16	Freq.	246	139	58	49	0
	Perc.		56.50%	23.58%	19.92%	0.00%
Q17	Freq.	246	87	61	28	70
	Perc.		35.37%	24.80%	11.38%	28.46%
Q18	Freq.	246	78	114	18	36
	Perc.		31.71%	46.34%	7.32%	14.63%
Q19	Freq.	246	63	20	91	72
	Perc.		25.61%	8.13%	36.99%	29.27%
Q20	Freq.	246	21	156	39	30
	Perc.		8.54%	63.41%	15.85%	12.20%
Q21	Freq.	246	68	95	60	23
	Perc.		27.64%	38.62%	24.39%	9.35%

Legenda: foram sublinhadas as opções de maior escolha dos respondentes.

Fonte: elaborado pelo autor.

(CVM, 2013), dando indicativos sobre o prazo e a tolerância ao risco.

Das variações encontradas nos questionários de API, percebe-se que algumas perguntas são frequentes e possuem poucas mudanças – como, por exemplo, informações sobre: idade do cliente (Q12), quantidade de dependentes (Q13), proporção do patrimônio investido (Q14), prazo das aplicações realizadas (Q15), objetivos acerca do investimento (Q16), expectativa enquanto a rentabilidade (Q17), experiência na realização de aplicações financeiras (Q18), compreensão acerca da necessidade de realização de seguros (Q19), experiência no mercado de ações (Q20) e mercado futuro e percentual de perda aceitável (Q21). Tais informações são utilizadas para identificar o grau de aversão ao risco do investidor. Para tanto, o questionário aplicado distribui as assertivas em: “a – arrojado” (pontuação = 3), “b – moderado” (pontuação = 2), “c – conservador” (pontuação = 1), e “d – muito conservador” (pontuação =

0). Por fim, soma-se a pontuação das 10 questões acerca de tais informações e classifica-se o perfil conforme a pontuação auferida: conservador – abaixo de 14 pontos, moderado – entre 15 e 21 pontos, e arrojado – acima de 22 pontos.

Assim, o Quadro 1 resume a proporção de risco do investidor inerente a cada um dos critérios considerados.

As respostas relativas ao segundo bloco do questionário, apresentadas em forma quantitativa (frequência e percentual) no Quadro 1, demonstram que a amostra é formada por uma maioria jovem, 91,15%, sendo que grande parte se concentra na faixa entre 25 a 40 anos, considerado de risco moderado. Esta informação apresenta relevância, pois reflete nos prazos de investimentos recomendados ao investidor. Isso porque, a depender da faixa etária, e a partir de padrões identificados pelos sistemas financeiros, estima-se a necessidade de segurança financeira e acesso aos fluxos de caixa.

Por exemplo, a necessidade de segurança financeira tende a ser muito maior para pessoas de maior idade do que para pessoas jovens, que usualmente são mais saudáveis e podem recuperar fluxos de caixa perdidos pelo risco inerente ao investimento. Ainda assim, essa variável não pode ser singularmente interpretada.

Observa-se que 66,26% dos investidores participantes dessa pesquisa não possuem dependentes; em seguida, percentuais mais baixos representam 1, 2 e 3 ou mais dependentes. Isso demonstra maior possibilidade de arriscar, já que outras pessoas não dependem de sua renda, de forma que 163 indivíduos são considerados arrojados de acordo com essa variável. No entanto, observa-se ainda que 73,58% investem até 25% do percentual do seu patrimônio, enquadrando-se ao perfil arrojado. Embora as demais alternativas sequenciais sugiram investimento entre 26% e 50%, 51% e 75%, e mais do que 75%, respectivamente, o questionário aloca uma menor faixa como arrojado, pois sabe-se que o percentual investido depende, também, do valor de sua renda, já que sua manutenção varia conforme os fluxos de caixa disponíveis. Esse resultado e essa interpretação vêm ao encontro do próximo item do questionário (Q15), que revela que 58,54% dos investidores respondentes possuem aplicações de no máximo 1 ano (muito conservador), seguidos, de forma decrescente, de 2 anos, 5 anos e, por último, por período indeterminado, uma vez que não há planos para a utilização do recurso (17,07%).

Os respondentes identificaram-se, em sua maioria, 56,5%, como em busca de uma rentabilidade superior àquela proporcionada por investimentos tradicionais de renda fixa, apesar do risco por possíveis perdas. Em seguida, 23,58%

Quadro 2 – Classificação do Perfil do Investidor: Conservador, Moderado e Arrojado

	Descrição	Frequência	Percentual	Validade Percentual	Percentual Cumulativo
Validade	1 - Conservador	9	3.7	3.7	3.7
	2 - Moderado	139	56.5	56.5	60.2
	3 - Arrojado	98	39.8	39.8	100.0
Total		246	100.0		

Fonte: elaborado pelo autor.

de investidores buscam pela diversificação de suas aplicações. Outros 19,92% investem com objetivo único de formar uma poupança para a utilização futura. No entanto, quando questionados sobre a rentabilidade obtida por referência, as respostas demonstraram-se discrepantes, sendo que 33,37% disseram seguir os índices das bolsas de valores (perfil arrojado) e 28,46% obtêm como base o rendimento da poupança. Interpretando esses resultados (Q16 e Q17), há um forte indício de que uma parcela significativa dos respondentes não pondera a relação risco e retorno, ou obtêm desconhecimento aos retornos exigidos para o nível de risco inerente a investimentos arrojados. Diz-se isso pois 56,5% desejam elevada rentabilidade, apesar dos riscos inerentes (Q16); no entanto, o segundo maior percentual da Q17 responde que a poupança é sua referência de rentabilidade. Ainda, 46,34% posicionam-se experientes em investimentos em fundos múltiplos ou cambiais e demais fundos de renda fixa, enquanto 31,71% revelam obter experiência em fundos de ações, ações e derivativos.

Quando questionados acerca da sua opinião com relação a seguros, 36,99% disseram que adquirem conforme a necessidade; afinal, nem sempre o risco é elevado (conservador). Na sequência, 29,27% dizem sempre contatar, por acreditar que segurança nunca é demais (muito conservador). E, seguindo a ordem de frequên-

cia observada, 25,61% não adquirem seguros (arrojados). Apesar de boa parte dos respondentes afirmarem adquirir seguros em momentos que consideram correr mais riscos, 63,41% já investiram em ações ou fundo de ações com muito receio (perfil moderado). Apenas 8,54% declaram ter gosto por investimentos de maior risco, o que motivou esse tipo de investimento. Ainda, observa-se uma boa aceitação do risco, pois 38,62% consideram aceitável perder até 15% de seus investimentos no curto prazo, e 27,64% aceitam perder percentuais superiores a 15%.

De forma geral, pode-se classificar os investidores respondentes a partir da API, somando as pontuações dos itens, conforme descrito anteriormente. Assim, o Quadro 2 apresenta a classificação dos perfis em: Conservador, Moderado e Arrojado.

O Quadro 2 apresenta os resultados referentes à Análise do Perfil do Investidor – API para os respondentes dessa pesquisa. Verifica-se maior presença de perfis moderados (56,5%), seguidos de perfis arrojados (39,8%) e perfis conservadores (3,7%). Esses resultados aparecem em contraponto aos do trabalho de Rambo (2014), que fez uso do mesmo questionário. Na época de realização desse estudo, os investidores participantes da pesquisa classificaram-se, na sua maior parte, conservadores (52,6%), seguidos de moderados (26%) e arrojados (7%). Ainda, 12,8% não souberam responder ao questionário e 1,5% preferiu não responder.

O autor descreve que o perfil conservador é coerente com a conjuntura histórica, tais como taxa de juros nominal elevada e confisco da poupança. Além disso, para o autor, alguns fatores culturais e a falta de conhecimento com relação ao mercado de capitais podem conduzir os investidores à postura detectada. Sabe-se que, de lá (2014) para cá (2020), muitos acontecimentos econômicos abalaram a economia brasileira, e a globalização tem facilitado dia após dia o acesso à informação e a busca pelo conhecimento, o que pode ter conduzido a essas mudanças.

4.3 Comportamento do Investidor frente a situações de ganho e perda

Esta seção busca testar a Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979) e Tversky e Kahneman (1992), em que se verifica como aspectos comportamentais de aversão à perda conduzem as decisões dos investidores respondentes da presente pesquisa. As análises aqui desenvolvidas remetem, principalmente, ao estudo de Serra et al. (2010), o qual foi utilizado como base para o terceiro bloco de questões. Assim, o Quadro 3 contempla o posicionamento do investidor no que se refere a situações de ganhos e de perdas na relação entre risco e retorno. Observa-se que as colunas "0" e "1" representam assertiva A e B, respectivamente.

O Quadro 3 mostra um resumo das situações de probabilidade de ganho e perda apresentados no terceiro bloco questionário, bem como as respectivas frequências e percentuais das respostas dos investidores acerca das alternativas. Além disso, exibe os valores correspondentes aos cálculos que os investidores racionais deveriam considerar em suas decisões.

Quadro 3 – Comportamento do investidor em situações de riscos de ganhos e de perdas								
Questão	Situação	Valor do investimento	Chance	Resultado Racional	Total Racional	Freq./Perc.	Efeito	
Q22	A	Ganhar	R\$2.500,00	33%	R\$825,00	R\$2.409,00	95 38,62%	C
		Ganhar	R\$2.400,00	66%	R\$1.584,00			
		Ganhar	R\$ -	1%	R\$ -			
	B	Ganhar	R\$2.400,00	100%	R\$2.400,00	R\$2.400,00	151 61,38%	
Q23	A	Ganhar	R\$2.500,00	33%	R\$825,00	R\$825,00	104 42,28%	C
		Ganhar	R\$ -	67%	R\$ -			
	B	Ganhar	R\$2.400,00	34%	R\$816,00	R\$816,00	142 57,72%	
		Ganhar	R\$ -	66%	R\$ -			
Q24	A	Ganhar	R\$4.000,00	80%	R\$3.200,00	R\$3.200,00	75 30,49%	C
		Ganhar	R\$ -	20%	R\$ -			
	B	Ganhar	R\$3.000,00	100%	R\$3.000,00	R\$3.000,00	171 69,51%	
		Ganhar	R\$4.000,00	20%	R\$800,00	R\$800,00	99 40,24%	
B	Ganhar	R\$ -	80%	R\$ -				
	B	Ganhar	R\$3.000,00	25%	R\$750,00	R\$750,00	147 59,76%	
Ganhar		R\$ -	75%	R\$ -				
Q26	A	Ganhar	21 dias de viagem na Inglaterra	50%	10,5 dias ganhos	10,5 dias ganhos; e 10,5 dias perdidos	56 22,76%	C
		Não Ganhar		50%	10,5 dias perdidos			
	B	Ganhar	7 dias de viagem na Inglaterra	100%	7 dias ganhos	7 dias	190 77,24%	
		Não Ganhar		7 dias de viagem na Inglaterra	5%	1,05 dias ganhos	1,05 dias ganhos; e 19,95 dias perdidos	
B	Ganhar	7 dias de viagem na Inglaterra	95%	19,95 dias perdidos				
	B		Ganhar	7 dias de viagem na Inglaterra	10%	0,7 dias ganhos	0,7 dias ganhos; e 6,3 dias perdidos	144 58,54%
Não Ganhar		90%	6,3 dias perdidos					
Q28	A	Ganhar	R\$6.000,00	45%	R\$2.700,00	R\$2.700,00	62 25,2%	C
		Ganhar		R\$ -	55%			
	B	Ganhar	R\$3.000,00	90%	R\$2.700,00	R\$2.700,00	184 74,8%	
		Ganhar		R\$ -	10%			
Q29	A	Ganhar	R\$6.000,00	0,1%	R\$ 6,00	R\$ 6,00	143 58,13%	C
		Ganhar		R\$ -	99,9%			
	B	Ganhar	R\$3.000,00	0,2%	R\$ 6,00	R\$ 6,00	103 41,87%	
		Ganhar		R\$ -	99,8%			
Q30	A	Perder	R\$4.000,00	80%	R\$3.200,00	R\$3.200,00	193 78,46%	C
		Perder		R\$ -	20%			
	B	Perder	R\$3.000,00	100%	R\$3.000,00	R\$3.000,00	53 21,54%	
		Perder		R\$4.000,00	20%	R\$800,00	R\$800,00	
B	Perder	R\$ -	80%	R\$ -				
	B	Perder	R\$3.000,00	25%	R\$750,00	R\$750,00	107 43,5%	
Perder		R\$ -	75%	R\$ -				
Q32	A	Perder	R\$6.000,00	45%	R\$2.700,00	R\$2.700,00	175 71,14%	R
		Perder		R\$ -	55%			
	B	Perder	R\$3.000,00	90%	R\$2.700,00	R\$2.700,00	71 28,86%	
		Perder		R\$ -	10%			
Q33	A	Perder	R\$6.000,00	0,1%	R\$6,00	R\$6,00	129 52,44%	R
		Perder		R\$ -	99,9%			
	B	Perder	R\$3.000,00	0,2%	R\$ 6,00	R\$ 6,00	117 47,56%	
		Perder		R\$ -	99,8%			

Assim, é possível perceber que, em todas as questões em que as duas alternativas remetem a diferenças de ganhos e perdas (Q22, Q23, Q24, Q25, Q26, Q27, Q30, Q31 e Q34), os investidores, em sua maioria, selecionaram a alternativa oposta. E, mesmo nas questões em que ambas as alternativas conduzi- am ao mesmo resultado, observa-se um padrão mental nos respondentes; em pelo menos 5 das 6 questões (Q28, Q29, Q32, Q35 e Q36 exceto a Q33), os respondentes inclinaram-se entre 58,13% e 74,8% para a mesma opção.

Observe que o efeito certeza traz menores retornos, enquanto o efeito reflexão expõe o investidor a maiores riscos, de forma a lhe proporcionar menores retornos (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). E, mesmo em situações não monetárias, Q26 e Q27, os investidores apresentaram os efeitos certeza e reflexão, assim como nas situações monetárias, o que também foi detectado por Kahneman e Tversky (1979). E, mesmo quando os investidores são expostos a uma situação em que são levados a pensar que o dinheiro a ser investido é seu (Q35 e Q36), é possível observar o efeito certeza em 65,04% (Q35) e reflexão em 62,6% (Q36). Os resultados de Kahneman e Tversky (1979) apontaram as mesmas escolhas, em níveis mais acentuados (84% em situação de ganho e 69% em situação de perda).

A única questão em que não foi possível detectar um padrão mental esperado (conforme os resultados de Kahneman e Tversky, 1979) foi a 33, em que se observa que 52,44% dos investidores optaram pela alternativa "a", e 47,56% optaram pela alternativa B. A escolha da alternativa "a" pela maior parte dos investidores em termos percentuais (mesmo que pequena a diferença percentual entre as alternativas) foge do padrão detectado ao longo do bloco, sendo um comportamento isolado.

Quadro 3 – Comportamento do investidor em situações de riscos de ganhos e de perdas (continuação)

Questão	Situação	Valor do investimento	Chance	Resultado Racional	Total Racional	Freq./Perc.	Efeito
Q34	A	Ganhar	R\$4.000,00	25% de 80%	R\$800,00	R\$800,00	67 27,24%
		Ganhar	R\$ -	75% de 20%	R\$ -		
	B	Ganhar	R\$3.000,00	25% de 100%	R\$750,00	R\$750,00	179 72,76%
Q35	A	Ganhar	R\$1.000,00	50%	R\$500,00	R\$500,00	86 34,96%
		Ganhar	R\$ -	50%	R\$ -		
	B	Ganhar	R\$500,00	100%	R\$500,00	R\$500,00	160 65,04%
Q36	A	Perder	R\$1.000,00	50%	R\$500,00	R\$500,00	154 62,6%
		Perder	R\$ -	50%	R\$ -		
	B	Perder	R\$500,00	100%	R\$500,00	R\$500,00	92 37,4%

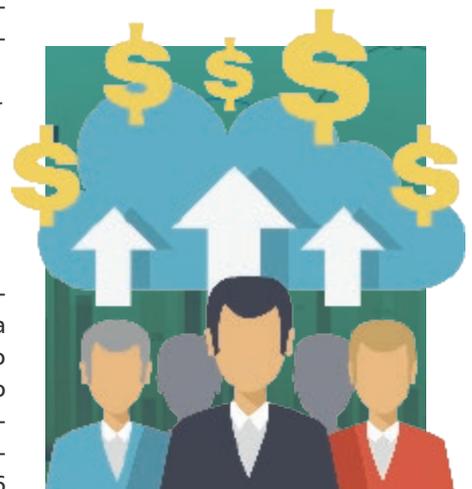
Legenda: o quadro apresenta as questões 22 a 36, que testam o comportamento do investidor em relação ao risco. Assim, elencou-se as alternativas "a" e "b" para cada questão, e questionou-se se o conteúdo destas apresenta situação com chance de "ganhar" e "deixar de ganhar" ou "perder", valores e probabilidades correspondentes. A segunda etapa do quadro, parte à direita da linha vertical, representa os resultados referentes ao cálculo racional e sua totalidade relacionada à alternativa e, na sequência, os percentuais de escolha dos respondentes, bem como o respectivo efeito comportamental: "C" – Certeza, "R" – Reflexão, e "I" – Isolamento, com relação ao risco. Foram sublinhadas as opções de maior escolha dos respondentes.

Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que, para cada situação de ganho, o questionário apresenta uma situação de perda equivalente aos valores e percentuais (Q28 e Q32; Q29 e Q33; e Q35 e Q36). Dessa forma, os investidores escolheram maior probabilidade de ganhar nas questões 28 e 35, e menor probabilidade de perder nas questões 32, 33 e 36, guiando-se pelas probabilidades. Na Q29, a maior parte dos indivíduos guiaram-se pelo valor (de R\$6.000 em contraponto a R\$3.000); na questão 33, quando expostos a situação de perda, guiaram-se, ainda assim, pelas probabilidades de menor perda.

No estudo de Kahneman e Tversky (1979), 73% dos investidores escolheram ganhar 1% de 6.000, e 70% escolheram perder 2% de 3.000. Nota-se que, em situações de ganho e de perda para essas situações, seus respondentes guiaram-se pelo valor. Neste estudo, para a situação de ganho, houve orientação com relação ao valor e, em situação de perda, houve orientação pela probabilidade. Nas demais situações expostas nas Q28 e Q32, e Q35 e Q36

deste estudo, a orientação se deu pela probabilidade; em situações positivas, escolheu-se as probabilidades elevadas e, em situações negativas, as probabilidades menores. Esses resultados são consistentes ao comparar com o estudo de Kahneman e Tversky (1979). Nesse sentido, apesar da diferença detectada na Q33, ainda assim classificou-se como efeito reflexão, já que a escolha por menores probabilidades para afastar-se do risco é o padrão detectado em nossos respondentes.



Outra importante situação a ser melhor analisada é a levantada pela Q34, que visa avaliar a possibilidade de detectar o efeito isolamento. E, assim como Kahneman e Tversky (1979), verifica-se a presença do efeito isolamento ao observar a preferência da alternativa "B" por 72,76% dos respondentes. Esses autores exemplificam visualmente a forma racional de se pensar sobre as alternativas. A questão deixa claro que se trata de um jogo de dois estágios e que, para o primeiro estágio, há uma chance de 75% de não ganhar nada e 25% de chance de chegar ao segundo estágio em que se deve optar pelas alternativas "A" ou "B". Assim, se o investidor chegar ao segundo estágio, terá uma chance de sucesso de 25%, ou seja, 1/4 do valor estipulado e, conseqüentemente, 75% de chance de fracasso. Nesse caso, para a alternativa "A", teria a chance de ganhar 25% dos 80% de R\$4.000 (ou seja, $4.000 \times 0,8 \times 0,25 = 800$); e, para a alternativa "B", teria a chance de ganhar 25% dos 100% de R\$3.000 (ou seja, $3.000 \times 1 \times 0,25 = 750$). No entanto, os investidores fixaram sua interpretação em termos percentuais, isolando o restante da informação apresentada no problema (efeito isolamento). Mentalmente os investidores sabem que o resultado do sucesso na alternativa A é de 1/5 (20%) e na alternativa B é de 1/4 (25%), e por isso preferem ganhar mais em termos percentuais, mas não analisam o valor correspondente às probabilidades.

A presente pesquisa contou ainda com uma questão (Q37) sobre a forma com que os investidores distribuem seus investimentos, o que pode ser observado em frequência e percentual no Quadro 4.

Observa-se no Quadro 4 que os investimentos mais utilizados pelos respondentes desta pesquisa provêm de Renda Fixa. As formas de investimento mais acessadas são: Poupança (56,10%), Fundos

Quadro 4 – Frequência com que os respondentes distribuem seus investimentos			
Questões	Informação	Não Utiliza	Utiliza
Q37 A – Imóveis	Freq.	154	92
	Perc.	62.60%	37.40%
Q37 B – Poupança	Freq.	108	138
	Perc.	43.90%	56.10%
Q37 C – CDB	Freq.	196	50
	Perc.	79.67%	20.33%
Q37 D – Títulos Públicos	Freq.	226	20
	Perc.	91.87%	8.13%
Q37 E – LCA e/ou LCI	Freq.	224	22
	Perc.	91.06%	8.94%
Q37 F – Fundos de Renda Fixa	Freq.	201	45
	Perc.	81.71%	18.29%
Q37 G – Fundos de Ações	Freq.	225	21
	Perc.	91.46%	8.54%
Q37 H – Fundos de Multimercado	Freq.	118	128
	Perc.	47.97%	52.03%
Q37 I – Ações	Freq.	214	32
	Perc.	86.99%	13.01%
Q37 J – Previdência Privada	Freq.	190	56
	Perc.	77.24%	22.76%
Q37 K – Outros	Freq.	233	13
	Perc.	94.72%	5.28%

Legenda: foram sublinhadas as opções de maior escolha dos respondentes.

Fonte: dados da Pesquisa (2019).

de Multimercado (52,03%), Imóvel (37,40%) e Previdência Privada (22,76%). Com relação à forma de investimento mais utilizada, pode-se descrever que esse resultado é consistente aos da pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (2018). Assim, é possível afirmar que os investidores que participaram desta pesquisa obtêm uma carteira relativamente segura. Apenas o Fundo de Multimercado foge desse padrão, de forma que pode ser classificado como misto, já que abre opções de renda fixa e variável sem necessidade de seguir padrão ou perfil. Além disso, 5,28% dos respondentes selecionaram a opção "outros" (alternativa "K"), e alguns desses expressaram utilizar como forma de investimento: o consórcio, a criação de animais, os veículos, ser sócio de empresas, a concessão de empréstimo pessoal, as criptomoedas, o

mercado digital e o Fundo de Investimentos Imobiliários. Dessa forma, pode-se exprimir que esses resultados são coerentes ao perfil de investidor conservador e moderado.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo analisar: (1) o perfil global dos investidores brasileiros; (2) a possível existência de ilusões cognitivas nas perspectivas de escolhas; e (3) os investimentos usualmente realizados. Para atender ao objetivo proposto, foram selecionadas questões utilizadas pelos pesquisadores Kahneman e Tversky (1979), Serra et al. (2010), Rambo (2014) e Urbina (2016). E, dessa forma, o questionário foi segregado em três blocos: I – Caracterização do Respondente; II – Perfil do Investidor; e III – Vieses Comportamentais e Distribuição dos Investimentos.

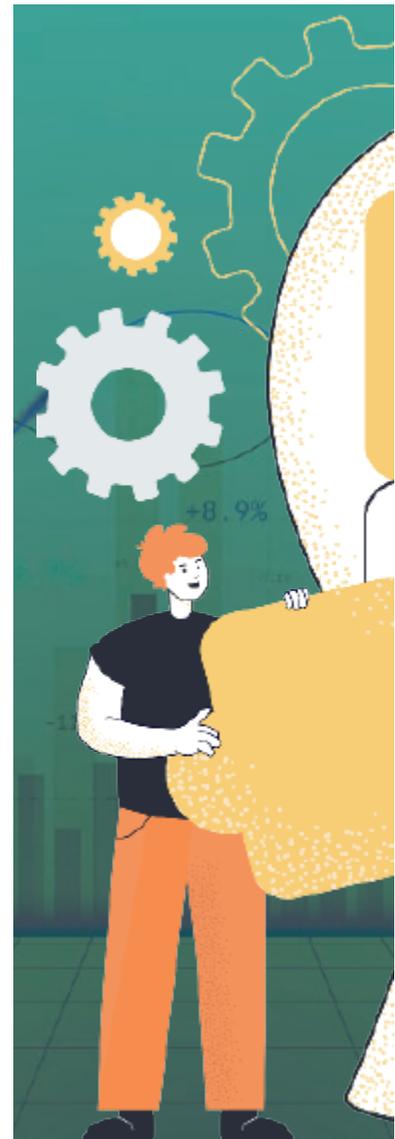
“Nesse sentido, destaca-se a importância da realização de estudos que visam compreender e explicar melhor os processos e atalhos mentais envolvidos nas escolhas dos indivíduos, principalmente com relação ao mercado financeiro.”

O objeto de estudo foi o investidor brasileiro, e procurou-se abranger diferentes perfis e esferas da sociedade, ao aplicar o questionário via Facebook e WhatsApp. Para que isso fosse possível, contou-se com a colaboração de pesquisadores e parceiros no compartilhamento do instrumento de coleta de dados, obtendo-se 246 respostas.

Os resultados da pesquisa indicaram os respondentes podem ser classificados em um perfil: conservador em 3,7%, moderado em 56,5%, e arrojado em 39,8%. No que se refere às ilusões cognitivas, foi possível detectar os mesmos resultados apresentados por Kahneman e Tversky (1979), variando apenas a representação percentual. É possível afirmar que o investidor modifica as perspectivas de suas escolhas a depender das situações de ganho ou perda apresentadas. Dessa forma, observa-se a presença de três ilusões cognitivas: (1) efeito certeza – quando o investidor é exposto a situações de ganho, tende a escolher alternativas de maior valor percentual e monetário, principalmente em situações em que identifica diferença significativa neste último; (2) efeito reflexão – quando o investidor é exposto a situações de perda, tende a escolher alternativas de menor valor percentual; e (3) efeito isolamento

– quando o investidor concentra-se nas principais diferenças entre as alternativas existentes, de modo a desconsiderar o restante da informação apresentada. Os vieses são importantes para a simplificação das escolhas, no entanto podem causar erros sistemáticos, o que é comum ao ser humano comportamental, cuja racionalidade é limitada.

Nesse sentido, destaca-se a importância da realização de estudos que visam compreender e explicar melhor os processos e atalhos mentais envolvidos nas escolhas dos indivíduos, principalmente com relação ao mercado financeiro. Os investidores possuem uma série de limitações, naturais do ser humano; no entanto, o mercado exige que todos sejam “racionais”, pois erros se convertem em perdas, e acertos, em ganhos. Assim, é importante que o investidor conheça seu perfil com relação ao risco (conservador, moderado ou arrojado), a suas ilusões cognitivas (efeito certeza, reflexão e isolamento) com relação à exposição a situações de ganhos e perdas, e aos investimentos coerentes ao risco que está exposto a correr. Dessa forma, o investidor pode evitar possíveis ações oportunistas dos demais agentes econômicos com que se relaciona, uma vez que conhece suas próprias limitações.



Referências

ANBIMA. *Menos da metade dos brasileiros têm dinheiro aplicado em produtos financeiros*. 2018. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/menos-da-metade-dos-brasileiros-tem-dinheiro-aplicado-em-produtos-financeiros.htm>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BEST, Michael J.; GRAUER, Robert R. Prospect theory and portfolio selection. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, v. 11, p. 13-17, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S221463501630017X?casa_token=Lc0FUOqc2yQAAAAA:9H_6Cl_CFmf_yNU1q5y0aerjaplV_X6jlheah5lowrUB2x1_DSRvmyYbLyZHp7grfwNOQlo1OZ4>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BITTENCOURT, Jairo Alano de; SARDINHA, G.; BARBOSA, C. A.; ALVES, R. C. S.; OLIVEIRA, S. A. Análise da relação entre o perfil do investidor, a realidade do mercado de renda fixa e variável e a teoria de aversão a perda. *Revista razão contábil & finanças*, v. 9, n. 2, 1-24, 2019. Disponível em: <<http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/194>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

CVM. *Instrução CVM 539*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst539.html>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FAMA, Eugene F. Efficient capital markets: II. *The Journal of Finance*, v. 46, n. 5, p. 1575-1617, 1991. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1540-6261.1991.tb04636.x>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

HAUBERT, Fabricio Luis Colognese; LIMA, M. V. A.; HERLING, Luiz Henrique Debei. Finanças comportamentais: um estudo com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu da grande Florianópolis. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, v. 5, n. 2, p. 171-199, 2012. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/1345/a7d310af20323bdcb4cbb9b0ffb19c98557b.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, Evanston, 47 (2), 263 – 291. 1979. Disponível em: <<https://courses.washington.edu/pbafhall/514/514%20Readings/ProspectTheory.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

LANGER, Thomas; WEBER, Martin. Myopic prospect theory vs. myopic loss aversion: how general is the phenomenon?. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 56, n. 1, p. 25-38, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016726810300163X?casa_token=wEw3n0lvPvcAAAAA:O69gVgc9NrTjuhXQZmVzo1Bun2Mkd7F9ErXy1VlxG3K6mRPgJpBqz-PeBiClEallOOBv2MvbXvc>. Acesso em: 06 nov. 2021.

LIU, Jiahe et al. Robust multi-period portfolio model based on prospect theory and ALMV-PSO algorithm. *Expert Systems with Applications*, v. 42, n. 20, p. 7252-7262, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095741741500305X?casa_token=z9V5AWK_fwQAAAAA:1wFq3JQfALYpW6ihoAOXEv88jwY7-SWH2wvz-zAyw2xzbGM-nnjfYQ2TkAMMkZ2w2y0E4n1wF4>. Acesso em: 06 nov. 2021.

LOBEL, Robert Eugene et al. Prospect Theory: a parametric analysis of functional forms in Brazil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 57, p. 495-509, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/cw5gnt9tSgxBrtMk3xk5WbL/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MARKOWITZ, Harry M. Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, 7(1), 77 – 91. 1952. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i352923>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

MARTINS, Luiz Augusto; JUNIOR, William Eid. Aversão a perdas: comparação de decisões de investimento entre investidores individuais e fundos de pensão no Brasil. *Brazilian Review of Finance*, v. 7, n. 4, p. 429-457, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305824920002>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

MELO, Clayton Levy Lima de et al. Determinantes da aversão à perda em decisões financeiras: Uma investigação por meio de modelos fatoriais. *Revista Universo Contábil*, 14 (1), p. 115-142, 2018. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6382>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MILANEZ, Daniel Yabe. Finanças comportamentais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. 2003.

OLSEN, Robert A. Prospect Theory as an explanation of risky choice by professional investors: Some evidence. *Review of Financial Economics*, v. 6, n. 2, p. 225-232, 1997. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1058330097900082>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

RAMBO, Andrea Carneiro. *O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro*. 2014. 86f. Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

SANTOS, Tais Mara da; VALENTINO, Michele Cristina; AZEVEDO, Douglas; BELLUCCI, Danilo Peixoto. Um sistema baseado em regras fuzzy para caracterizar o perfil de um investidor. *Ciência e Natureza*, 41 (18), 1 – 8. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/32880>>. Acesso em: 28 out. 2021.

SAVAGE, Leonard J. *The foundations of statistics*. New York: Wiley. 1964.

SERRA, R. G.; GALENO, M. M.; CONTANI, E. A. R.; TORRALVO, C. F.; MARINHO, B. L. Vieses comportamentais na decisão de investimentos: um estudo empírico. *Revista de Finanças Aplicadas*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2010. Disponível em: <<http://www.financasaplicadas.net/index.php/financasaplicadas/article/view/16>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

SHARPE, William F. Capital Asset Prices: A theory of market equilibrium under conditions of risk. *The Journal of Finance*, v. 19, n. 3, p. 425-442, 1964. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1540-6261.1964.tb02865.x>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SHEFRIN, Hersh; STATMAN, Meir. Behavioral portfolio theory. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, v. 35, n. 2, p. 127-151, 2000. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-financial-and-quantitative-analysis/article/abs/behavioral-portfolio-theory/87E1D1AE8C8A8365B38CEA952EC28DF6>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Wesley Vieira et al. Finanças comportamentais: análise do perfil comportamental do investidor e do propenso investidor. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 7, n. 2, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/48>>. Acesso em: 28 out. 2021.

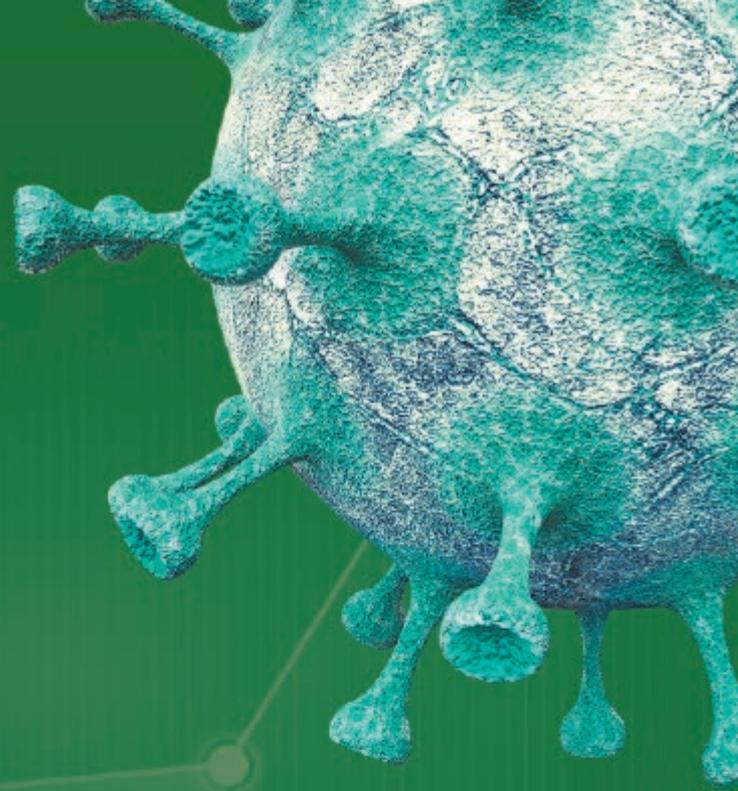
SIMON, Herbert A. *Administrative Behaviour: a Study of Decision Making Processes in Administrative Organization*. New York: Macmillan. 1957. Disponível em: <<http://digilib.fisipol.ugm.ac.id/handle/15717717/13164>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

THALER, Richard H. The end of behavioral finance. *Financial Analysts Journal*, v. 55, n. 6, p. 12-17, 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4480205>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Advances in Prospect Theory: Cumulative representation of uncertainty. *Journal of Risk and Uncertainty*, v. 5, n. 4, p. 297-323, 1992. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41755005>>. Acesso em: 28 out. 2021.

URBINA, Cíntia Meireles. *Análise sobre a Influência da Personalidade e dos Vieses Comportamentais nos Hábitos de Investimento dos Indivíduos*. 2016. 70f. Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, São Paulo, 2016.

WALTER, Silvana Anita; FREGA, José Roberto; DA SILVA, Wesley Vieira. Análise do comportamento e da percepção do investidor em relação ao risco sob a ótica da teoria de finanças comportamentais. *Revista de Administração*, v. 45, n. 2, p. 172-187, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716305362>>. Acesso em: 06 nov. 2021.



Consciência financeira dos brasileiros com a pandemia da Covid-19

Este artigo tem por objetivo verificar a conscientização dos brasileiros sobre a importância dos planejamentos pessoais e familiares e de uma reserva de emergência, com a pandemia da Covid-19. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa quantitativa, com aplicação de questionário com formulário de múltipla escolha, alcançando 414 entrevistados. O planejamento e as finanças pessoais e familiares são relevantes, pois constituem ferramentas para tomada de decisões conscientes e um meio de elaboração para reservas emergenciais. Este trabalho proporciona conhecimento e indica que educação financeira e domínio sobre aplicações de recursos são aliados para reservas de capital. Observou-se que quanto maior o nível de escolaridade e conhecimento sobre a temática, há mais inclinação para a constituição de reserva emergencial e de formulação de investimentos; porém, as reservas financeiras são, em sua maior parte, aplicadas em cadernetas de poupança. Apesar de a pandemia trazer atenção ao tema e consideração sobre planejamento financeiro, ainda há uma lacuna a ser preenchida quanto à orientação sobre finanças pessoais.

Ricardo Garcia da Silva

Tecnólogo em Gestão Financeira pela Faculdade de Tecnologia Prefeito Hiran Sanazar – FATEC – Osasco
E-mail: ricardogarcia71@uol.com.br

Lilian Roberta Julio

Tecnóloga em Gestão Financeira pela Faculdade de Tecnologia Prefeito Hiran Sanazar – FATEC – Osasco
E-mail: kailanninha@yahoo.com.br

Ester Bezerra da Silva Ribeiro

Graduanda em Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade de Tecnologia da Zona Leste
E-mail: esterbezerrasilva@gmail.com

Fernando de Almeida Santos

Coordenador do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP. Professor da FATEC – Osasco
E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br

1. Introdução

Para Moraes (2020), foram vários os danos econômicos causados pela pandemia para a sociedade, os quais influenciaram a forma como as pessoas visualizam uma boa gestão financeira de seus recursos. O autor, ainda, ressaltou a importância de uma reserva de emergência para momentos caóticos e imprevisíveis, e abordou a forma como os entrevistados pretendem, a partir de agora, planejar suas finanças pessoais, visando uma mínima segurança financeira futura. Destaca-se, também, que a atual pandemia evidenciou que as pessoas devem, em primeiro lugar, ter atitudes conservadoras em relação às situações de risco ao tratar de pessoas. Em segundo lugar, mas não menos importante, a recomendação é a mesma para nossa vida financeira. Portanto, é fundamental adotar medidas preventivas, como a adoção de uma reserva emergencial, as quais podem ser decisivas em caso de desemprego.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil (2020), os possíveis problemas com os insumos importados e com a demanda externa levantaram potenciais consequências econômicas negativas por conta da Covid-19 nos dois primeiros meses do ano de 2020.

Diante do novo ambiente, o governo federal, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BCB anunciaram e implementaram medidas para mitigar e suavizar os efeitos do estresse provocado pela Covid-19 na economia real e no SFN. Essas medidas tempestivamente liberaram capital e ampliaram e direcionaram liquidez, com o intuito de manter a funcionalidade dos mercados financeiros e assegurar a estabilidade financeira. (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2020, p. 6)

No ano seguinte (2021), esse relatório do Banco Central do Brasil constatou que o sistema financeiro nacional não sofreu falhas significativas, por conta dos bons números dos níveis de capitalização, liquidez e provisões formados antes da pandemia. O documento ainda afirma que, apesar dos esforços do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a conjuntura impactou a saúde financeira do mesmo sistema financeiro, devido à materialização das perdas por conta da redução da atividade econômica. Ou seja, embora não tenham ocorrido falhas significativas no sistema, existiram impactos expressivos devido à redução da atividade econômica.

Como Sardenberg et al. (2021) constataram na pesquisa realizada com 18 bancos, entre 11 e 17 de agosto de 2021, 55,6% dos participantes responderam que as projeções de inflação estavam bem calibradas. A resposta ao momento econômico do Banco Central do Brasil estaria justificada; porém, indefinições do momento e falta de ação limitavam o recuo da expectativa para o centro do estabelecido como meta. Sardenberg et al. (2021) verificaram que a projeção de 88,9% dos participantes com relação à taxa Selic foi de 7,50% a.a. (ou superior); isso significa que a expectativa da maioria dos bancos participantes no momento da pesquisa era a de que a taxa básica aumentasse e, por se tratar da taxa básica de juros, consequentemente tomar empréstimos ficaria mais caro. A dificuldade de pessoas físicas e jurídicas conseguirem



empréstimos significa um empecilho à realização de seus projetos de vida.

Porém, superando as previsões, comenta Ferrari (2022), a taxa básica de juros, a Selic, subiu para 12,75% ao ano, no dia 4 de maio.

Esse é o maior percentual em 5 anos. Em janeiro de 2017, os juros eram de 13%, patamar que durou até abril daquele ano. Os nove diretores do Banco Central tomaram a decisão de forma unânime.

Portanto, considerando os aspectos citados, este artigo tem como objetivo verificar a conscientização dos brasileiros sobre a importância do planejamento e de uma reserva de emergência com a pandemia da Covid-19. Os fatores analisados mantêm relação com planejamento pessoal, e orçamento pessoal ou familiar, a fim de formar uma reserva de emergência para momentos de crise.

2. Referencial Teórico

De forma a elucidar nosso artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites, revistas e artigos confiáveis, como: Banco Central, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Agência Senado, entre outros, a fim de formular e embasar o questionário. Explanaram-se, para tanto, os assuntos mais relevantes na temática financeira a respeito da reserva emergencial e do planejamento financeiro pessoal e familiar, em fase ao cenário pandêmico.

“O Banco Central do Brasil, no relatório de cidadania financeira (2021, p. 71), considera o planejamento financeiro como um dos fatores importantes para as próximas gerações terem melhores condições para a administração dos riscos, e saber usufruir de oportunidades.”

2.1 Planejamento Financeiro Pessoal

Como enfatiza Gitman (2001), um aspecto importante das operações nas famílias é o planejamento financeiro, visto que ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações dessas famílias a fim de atingir seus objetivos. Planejamento financeiro pessoal é: “Estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para o curto, médio ou longo prazo” (FRANKENBERG, 1999, p. 31).

O grande objetivo é formar patrimônio, de curto ou longo prazo. Como relatou Frankenberg (1999), para o planejamento financeiro, é necessário uma estratégia precisa, de curto ou longo prazo. Gitman (2001) estabelece como planejamento de curto prazo as ações tomadas no período entre 1 e 2 anos e, a partir desse tempo, denominada longo prazo.

Segundo Silva (2022), é fato que, a partir do Plano Real, em 1994, as famílias brasileiras acreditaram na moeda, e isso foi parte do motivo de ter funcionado a estabilização da inflação no período, o que constituiu uma oportu-

nidade para voltar a fazer planos e pensar em alguma estabilização econômica. A estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real possibilitou a evolução positiva da renda dos brasileiros. Outro fator que impulsionou a evolução foram as linhas de crédito que principalmente os bancos de iniciativa privada oferecem, cada vez mais, de forma acessível, à pessoa física. Após essa evolução, o Brasil segue a um ritmo constante de crescimento da inflação, segundo os relatórios que o Banco Central do Brasil publicou ao longo dos anos. Conforme pontuam as historiadoras Schwarcz e Starling (2015), o Plano Real foi debatido publicamente, o que fez com que a população criasse confiança na moeda e nas mudanças que seriam implementadas.

Cerbasi (2005) define planejamento financeiro como o que é possível gastar hoje sem prejudicar o padrão de vida futuro. Consiste em escolher viver bem no presente,

mesmo que isso signifique postergar um sonho em curto, médio ou longo prazo. Isso também inclui decisões como adiantar compras de carros e imóveis confortáveis devido a taxas de investimento mais viáveis na situação atual da pessoa, e por mais penoso que seja, destinar o dinheiro a mais anos de aluguel, ensejando uma poupança que, de outra forma, seria inviável durante um financiamento.

O Banco Central do Brasil, no relatório de cidadania financeira (2021, p. 71), considera o planejamento financeiro como um dos fatores importantes para as próximas gerações terem melhores condições para a administração dos riscos, e saber usufruir de oportunidades.

Observa-se a uniformidade dos autores no que se refere à relevância do planejamento financeiro e sua eficácia, que depende da consciência do planejador quanto à concordância do objetivo de longo prazo, e à coerência em decisões de curto prazo, prezando por examinarem seus gastos e fontes de renda.



No Quadro 1, destacam-se pesquisas sobretudo a respeito da temática financeira pessoal, fato que este trabalho considerou com base na pesquisa sobre a consciência financeira dos brasileiros com a pandemia da Covid-19.

A pesquisa de Melonio, Cezeze e Oliveira (2021) teve resultados a favor da questão de que as famílias, em sua grande parte, presenciaram sua renda mensal ser reduzida e, dessa forma, necessitaram fazer cortes de gastos para conseguir manter algum controle financeiro. Essa pesquisa tem como aspecto conclusivo que as famílias brasileiras estão despreparadas financeiramente para enfrentar situações como essa, de emergência pandêmica, e esse despreparo está relacionado à escassez de educação financeira das famílias. Destaca-se que a pesquisa de Assunção (2022) tem resultado similar, pois afirma que o período pandêmico teve influência nas finanças pessoais dos pesquisados.

A pesquisa de Gonçalves e Ponchio (2019) faz-se relevante e relaciona-se com o tema desta pesquisa, pois um dos seus principais resultados indicou que quem tem maior interesse em conhecer finanças adquire maior segurança financeira. Também esses indivíduos têm maior orientação para o futuro; nesse contexto, a pesquisa descreve as escolhas da pessoa – considerados os períodos temporais –, a forma como se organiza e atribui significado às experiências que vive, e sua capacidade de poupar – ou seja, priorizar o consumo futuro em detrimento do consumo imediato, que pode ser compulsivo ou não.

2.2 Orçamento Pessoal ou Familiar

Embora a recomendação de uma reserva emergencial seja amplamente divulgada atualmente por diversos canais de comunicação, a Anbima registrou, na terceira edi-

Quadro 1 – Referência de Estudos			
Título do trabalho	Autor(es)	Ano	Objetivo do trabalho
Financial education: Retirement from the perspective of academics from a public university in the central west of Minas Gerais	Reis; Borgis e Silva	2021	“(…) a proposta deste estudo foi analisar o comportamento dos acadêmicos de uma universidade pública localizada em Minas Gerais, em relação à formação de reserva financeira para a aposentadoria.”
Pandemic: The Risks of Financial Insecurity and Coping	Gonzales et al.	2022	Estudou-se o impacto de fatores psicossociais preexistentes e de rupturas financeiras e sociais relacionadas à pandemia em relação ao bem-estar familiar entre adolescentes e pais.
Regressividade financeira: investigação do impacto econômico durante a pandemia do coronavírus Covid-19 sobre a família brasileira	Melonio, Cezeze e Oliveira	2021	“Objetivou-se com essa pesquisa investigar o impacto econômico no início da pandemia do coronavírus Covid-19 sobre a família brasileira.”
Quem Pensa no Futuro Poupa Mais? O Papel Mediador do Conhecimento Financeiro na Relação entre Orientação para o Futuro e Segurança Financeira Pessoal	Gonçalves e Ponchio	2019	“Avaliar o efeito do conhecimento financeiro e da orientação para o futuro no nível de segurança financeira pessoal e, adicionalmente, identificar se o conhecimento financeiro é uma variável mediadora da relação entre orientação para o futuro e segurança financeira pessoal.”
Planejamento Financeiro Pessoal: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira	Souza e Nievas	2020	“Consiste em apresentar estratégias de investimento no mercado financeiro, de capitais e de previdência complementar para os jovens inseridos em meio ao cenário da reforma previdenciária.”
Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?	Potrich, Vieira e Cereta	2013	“Verificar se os estudantes universitários são alfabetizados financeiramente e se a alfabetização é afetada por variáveis socioeconômicas e demográficas.”
Planejamento financeiro familiar em tempos de Covid-19: a percepção de famílias sobre reserva de emergência	Assunção.	2022	“Buscou analisar se a pandemia de Covid-19 que assolou o mundo, gerando uma onda de incertezas, impactou no relacionamento de famílias brasileiras com o planejamento financeiro familiar.”
Percepção de estudantes universitários sobre o impacto da pandemia nas finanças pessoais: um estudo na Universidade Federal de Sergipe	Barbosa et al.	2021	“Verificar a percepção de estudantes universitários quanto às mudanças em suas finanças pessoais decorrentes da pandemia da Covid-19.”
Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas	Silva, Silva, Vieira, Neves e Desiderati	2017	“Analisar como a alfabetização e a educação financeira são aferidas a fim de se encontrar evidências que comprovem a distinção entre estes conceitos. Entender e identificar a existência de diferenças entre tais variáveis possibilita a adoção de políticas governamentais e programas educacionais voltados diretamente para o aumento do conhecimento financeiro dos indivíduos.”

Fonte: elaborado pelos autores.

ção da Pesquisa Raio X do Investidor, que a maioria dos brasileiros entrou em 2020 sem reserva financeira, mesmo tendo economizado mais em relação ao ano anterior.

Muitas famílias tiveram sua renda comprometida por conta da pandemia, seja pelo desemprego, corte salarial ou queda brusca de receita.

Aquelas que tiveram queda de renda, e não tinham dívidas nem investimentos, agora têm que rever gastos domésticos para continuar no azul. Já as que, além de entrarem em 2020 com a renda comprometida, ainda precisam honrar dívidas, têm de fazer um esforço adicional para não se verem ainda mais enroladas financeiramente. (ANBIMA, 2020)

O Gráfico 1 mostra que, apesar de ter havido um pequeno aumento nas economias dos brasileiros entre os anos de 2017 e 2019, esse percentual ainda é baixo e, em seu maior número, alcançou somente 38% da população, no ano de 2019. O resultado indica que, em 2020, ano em que a pandemia da Covid-19 chegou ao país, 62% dos brasileiros não possuíam uma reserva para eventuais emergências.

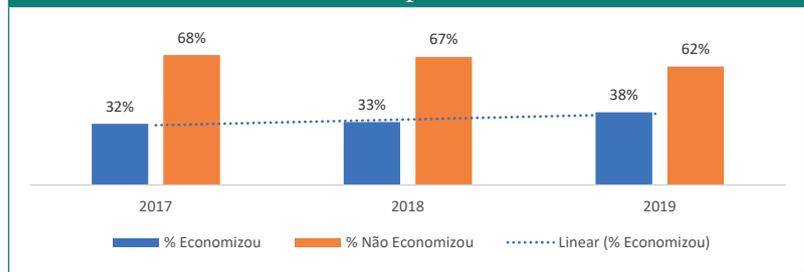
Pesquisa realizada pelo DATASENADO, com 1.200 entrevistados selecionados entre brasileiros com mais de 16 anos, em número proporcional à população de cada região – bem como ao sexo, à idade, à escolaridade e ao estado – de ocupação, mostra que a renda familiar de 68% dos brasileiros diminuiu devido à pandemia do novo coronavírus. Para 26% dos entrevistados, a renda permaneceu igual e, para 6%, aumentou (DATASENADO, 2020), conforme o Gráfico 2 ilustra.

Os entrevistados responderam ainda se concordavam com a medida aprovada pelo Congresso Nacional que concede R\$ 600 (seiscentos reais) para trabalhadores informais de baixa renda durante a crise sanitária: 97% disseram que sim e apenas 3% discordaram, segundo a Agência Senado (DATASENADO, 2020).

2.3 Reserva Financeira Emergencial

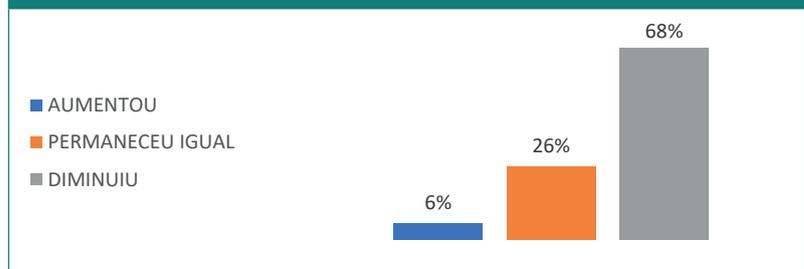
Segundo Infomoney (2020), a reserva de emergência é uma economia realizada ao longo do tempo, capaz de bancar despesas mensais fixas por um determinado período. É consenso entre planejadores e assessores financeiros que todas as pessoas devem ter uma reserva de liquidez. “A reserva deve suprir todos os seus compromissos financeiros mensais. Alguns especialistas sugerem que a reserva deve ser de, no mínimo, 3 meses, porém, o ideal são 6 meses” (IGNÁCIO, 2020).

Gráfico 1 – Comparativo Anbima



Fonte: conforme dados no site Anbima (www.anbima.com.br)

Gráfico 2 – Resultado sobre Renda Familiar



Fonte: dados do site DATASENADO (www12.senado.leg.br)

Demissão ou diminuição da renda, problemas de saúde e gastos com manutenção do carro são alguns dos motivos para se ter e utilizar sua poupança. Ou seja, a reserva de emergência que Ignácio (2020) indicou deve existir para te ajudar a sair de tempos difíceis. Para isso, o ideal é que essa reserva seja equivalente a cerca de 6 meses do custo de vida do indivíduo ou família, ou que cubra pelo menos 6 meses das necessidades mais básicas. Além disso, ela deve ser considerada como uma espécie de seguro, no qual o principal objetivo consiste em ter esse recurso à disposição, mas não precisar acioná-lo.

Conforme explica Ilda Spritzer, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a reserva emergencial fornece segurança e impede que entremos em dívidas no caso de aumento repentino de despesas ou queda acentuada nas receitas.



A Anbima define que existem três tipos de perfil do investidor:

- **Conservador:** são pessoas que não se expõem ao risco, preferem aplicações de baixa rentabilidade, porém que ofereçam mais segurança e proteção ao seu patrimônio. As aplicações mais comuns nesse perfil de investimento são: poupança e fundos de investimentos;
- **Moderado:** são investidores que aceitam correr um pouco de risco a fim de obter lucro sobre os investimentos um pouco acima da média, têm um conhecimento sobre o mercado financeiro e fazem a diversificação do seu patrimônio nos investimentos; e
- **Agressivo:** são investidores que possuem conhecimento sobre o mercado financeiro, e correm mais risco para obter as melhores rentabilidades.

O primeiro tipo, também segundo a Associação, é o perfil de investimento mais frequentemente encontrado no país, e o mais recomendado para a formação de uma reserva financeira emergencial, já que oferece o menor risco.

O economista Ignácio (2021) afirma que o ideal é que a reserva emergencial seja formada por investimentos que tenham liquidez diária – ou seja, que rendam diariamente – e que, no caso de necessidade de resgate do valor, estejam disponíveis em no máximo 24 horas, já que, como o próprio nome já diz, seu propósito é o de preencher uma necessidade emergencial.

Destaca-se, a seguir, relevantes investimentos realizados no Brasil, de acordo com a Anbima:

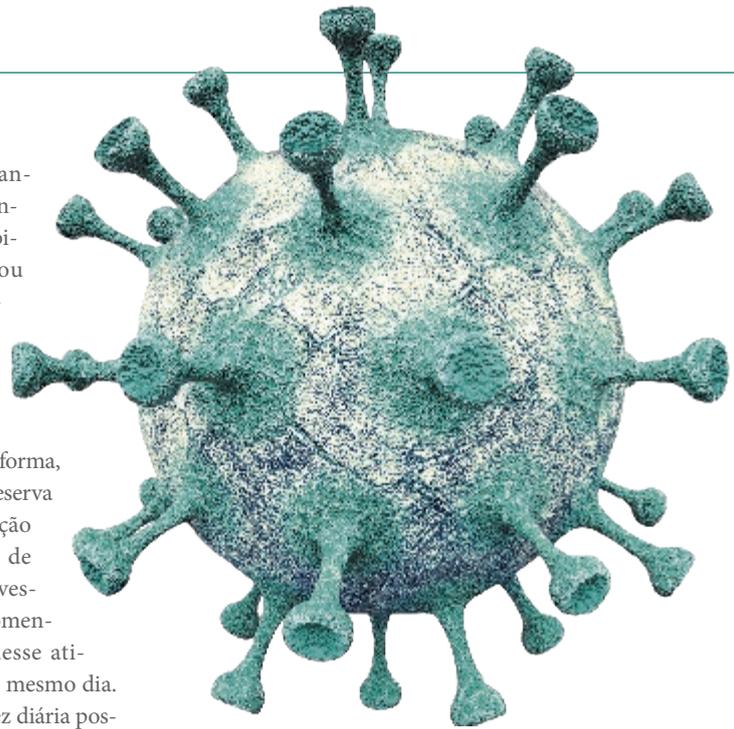
a) **Certificado de Depósito Bancário (CDB) com Liquidez Diária**

O Certificado de Depósito Bancário (CDB), com liquidez diária,

é emitido pelos bancos. É possível encontrar taxas de rentabilidade próximas ou maiores que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é um *benchmark* da renda fixa; desta forma, é possível ter uma reserva com boa remuneração e com a vantagem de resgatar o valor investido a qualquer momento. A liquidação desse ativo pode ocorrer no mesmo dia. O CDB com liquidez diária possui a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC); de acordo com essa entidade, “seu patrimônio estará protegido até o limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por conjunto de depósitos e investimentos em cada instituição ou conglomerado financeiro, limitado ao teto de R\$ 1 milhão, a cada período de 4 anos, para garantias pagas para cada CPF ou CNPJ”. Assim, caso o emissor quebre, o aplicador não perde o que investiu.

b) **Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito Agronegócio (LCA) com Liquidez Diária**

A Letra de Crédito Imobiliária (LCI) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de renda fixa do setor privado. A taxa de rentabilidade, bem como o princípio de funcionamento, é semelhante ao CDB. Esses ativos têm uma vantagem muito atrativa para o seu fundo de emergência: a isenção de tributos. No entanto, é preciso simular o investimento, pois, muitas vezes, a rentabilidade de ativos não isentos é superior aos isentos, mesmo com o desconto de taxas.



c) **Fundos de Renda Fixa**

Os Fundos de Renda Fixa são carteiras que investem, no mínimo, 80% do patrimônio em títulos de renda fixa, como o Tesouro Direto. Ele apresenta o diferencial de ter um gestor profissional que faz as alocações de ativos e acompanha diariamente a aplicação, com o objetivo de conseguir o melhor rendimento. Seus retornos, geralmente, são próximos ao CDI. Para o fundo de emergência, o ideal é que esta aplicação tenha prazo de liquidação em até D+1, para não haver transtornos caso haja urgência em resgatar o valor investido. Um ponto de atenção é que os fundos de renda fixa não possuem a garantia do FGC.

d) **Fundos DI**

Fundo DI é um fundo de investimento que tem como referência a taxa DI, que é o próprio CDI. Como nos fundos de renda fixa, os fundos DI também não possuem cobertura do FGC. Os fundos de investimentos possuem taxa de administração. Alguns deles têm ainda a taxa de performance, quando a rentabilidade supera o previsto.

e) **Tesouro Selic**

Tesouro Selic é um título público de renda fixa emitido pelo governo, que basicamente consiste em um empréstimo do seu dinheiro para o financiamento de áreas como saúde, educação e infraestrutura. Em troca, você recebe uma taxa de rentabilidade – a própria taxa Selic anual. O Tesouro Selic é ideal para compor a reserva de emergência, porque possui liquidez diária. Ou seja, todos os dias, os lucros estão disponíveis na sua conta e, caso você precise solicitar o resgate, a venda deste ativo pode ser feita a qualquer momento, pois o próprio governo faz a recompra, e a liquidação se dá em D+1, isto é, em um dia útil, o dinheiro estará disponível na conta do portador. A Poupança, apesar de ainda ser o investimento de renda fixa mais popular no Brasil, não é tão recomendável por especialistas, devido às baixas taxas de retorno e ao fato de sua rentabilidade ser mensal, e não diária como os demais ativos mencionados neste artigo. Desta forma, na necessidade de retirada de valores antes de completar um mês da data de depósito, o dinheiro em conta não apresentará rendimento algum pelo tempo em que ficou investido. Por outro lado, o capital pode ser sacado a qualquer momento, e o investimento conta também com a cobertura do FGC.

3. Metodologia

Esta parte do trabalho dedica-se a demonstrar, por meio do Quadro 2, estudos recentes envolvendo planejamento financeiro e reserva financeira de emergência, e relacionando o tempo o qual o autor delimita necessário para esta reserva.

Quadro 2 – Referência de Estudos para Questionário

Trabalho	Autor	Ano	Fundamento
Você tem algum planejamento financeiro pessoal ou familiar elaborado?	FRAKENBERG, Luis	1999	“Estabelecer e seguir uma estratégia precisa para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou família.”
Em caso de ficar sem rendimentos, sua reserva financeira supre um período?	INFOMONEY	2020	“A reserva de emergência é uma economia realizada ao longo do tempo, que seja capaz de bancar suas despesas mensais por um determinado período.”
Se você possui reserva financeira de emergência, onde aplica?	IGNÁCIO, Diego	2021	“O ideal é que a reserva emergencial seja formada através de investimentos que tenham liquidez diária, ou seja, que rendam diariamente. E que, no caso de necessidade de resgate do valor, ele esteja disponível em no máximo 24 horas.”
Considerando o cenário pandêmico, você considera educação/informação financeira importante?	GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti	2018	“Os resultados mostraram impactos positivos, como o aumento do conhecimento financeiro, maior poupança para compras, melhor planejamento financeiro e maior participação nas decisões financeiras dos familiares.”
O cenário pandêmico e suas restrições aumentaram sua preocupação sobre possuir reserva financeira?	GUENTHER, Mariana	2020	GUENTHER (2020) esclarece que, de forma geral, durante a pandemia, o hábito de consumo mudou devido – de acordo com a autora – ao fato de as pessoas começarem a dar mais valor ao dinheiro, por conta do contexto que amparou a reflexão a respeito do consumo consciente.
Nos últimos 12 meses, como você se atualizou sobre finanças?	CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento	2018	A educação financeira é mencionada por Cordeiro, Costa e Da Silva (2018) como um conhecimento que não consiste apenas em saber calcular alguma coisa antes de comprar: é um conhecimento que consegue despertar a sua consciência relacionada ao dinheiro, colaborando para registrar, poupar, investir e, acima de tudo, planejar.

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com Collis e Hussey (2005), a pesquisa voltada para o método quantitativo procura coletar e analisar os dados, por meio dos instrumentos utilizados no trabalho. A vantagem da pesquisa quantitativa é o foco na mensuração dos fatos e dados obtidos, garantindo a precisão e evitando distorções, sendo adequada em pesquisas que utilizam de meios estatísticos (CHIZZOTTI, 2000 apud CHAROUX, 2004).

Para a coleta de dados, utilizou-se questionário com 11 perguntas, dividido em três partes: a primeira busca identificar aspectos referentes ao perfil da comunidade pesquisada (como idade, sexo e nível de escolaridade); a segunda parte visa apurar o nível de orientação financeira da comunidade estudada; e a terceira parte avalia o grau de comprometimento da mesma comunidade com o planejamento fi-

nanceiro pessoal, bem como os investimentos mais utilizados para a reserva de emergência.

A pesquisa, realizada de forma quantitativa do tipo *survey*, obteve os dados por meio de formulário estruturado. Utilizou-se um estudo que analisou o número dos entrevistados, no período de 25 (vinte e cinco) dias, entre os dias 31 de março de 2022 e 24 de abril de 2022, alcançando o total de 414 entrevistados.

Por Américo e Versignassi (2021), crianças e adolescentes precisam de alguma supervisão e/ou autorização para realizarem investimentos; inclusive, para abrir uma conta nas corretoras, é necessária uma autorização formal dos pais ou dos responsáveis. Por esse motivo, descartou-se 3% dos participantes – os menores de 18 anos – e considerou-se os demais 403 participantes.

4. Resultados e Discussões

A maioria dos entrevistados identificou-se como pertencente ao gênero feminino, com 57% das respostas, seguida do gênero masculino com 41%; ainda obtivemos outros 2% entre “outro” e “não responderam” (contabilizando 1% de cada). A faixa etária que mais contribuiu para a pesquisa foi a de 18 a 30 anos, com 37% dos entrevistados; já a parcela menos participativa corresponde à faixa “acima de 50 anos”.

Observou-se, também, que metade dos entrevistados concluiu o ensino superior ou cursou pós-graduação *lato sensu* (especialização) ou *stricto sensu* (mestrado/doutorado); logo em seguida, 30% que ainda estão cursando o ensino superior e, por último, apenas 21% possuem somente o ensino fundamental ou médio. A Tabela 1 apresenta o perfil da amostra pesquisada.

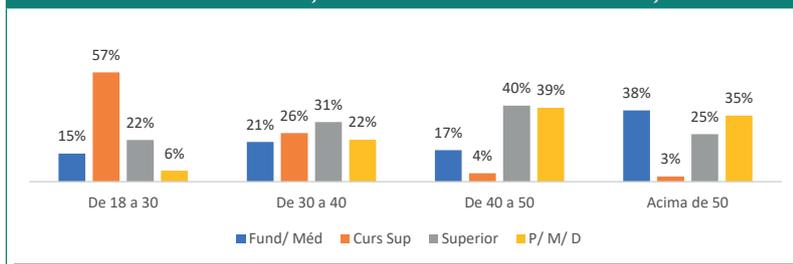
A relação Faixa Etária *versus* Formação mostrou que, embora 15% das pessoas com idade entre 18 e 30 anos tenham cursado somente o ensino fundamental e médio, esse grupo etário também possui o número mais expressivo de graduandos e graduados no ensino superior ou com alguma especialidade: um total de 85%. Seguidamente, aparece a faixa etária entre 40 e 50 anos, com 17% formados no ensino fundamental/médio, contra 83% possuidor de diploma em curso superior ou especialidade, e apenas 3% com o ensino superior ainda em curso.

Por último, observa-se a faixa etária “acima de 50 anos”, com o maior número de entrevistados que possuem somente o ensino fundamental ou médio, com 38%, e apenas 3% destes cursam o ensino superior. Além disso, 60% destas pessoas possuem curso superior ou especialidade, o menor quantitativo dentre as faixas etárias alcançadas, conforme Gráfico 3.

Perfil	Dados
Faixa Etária	Até 18 anos: 3%; de 18 a 30 anos: 37%; de 30 a 40 anos: 21%; de 40 a 50 anos: 22%; acima de 50 anos: 17%.
Formação	Fundamental / Médio: 21%; Cursando Superior: 30%; Superior: 28%; Pós/Mestrado/Doutorado: 22%.
Gênero	Feminino: 57%; Masculino: 41%; Outro: 1%; Não Responderam: 1%.

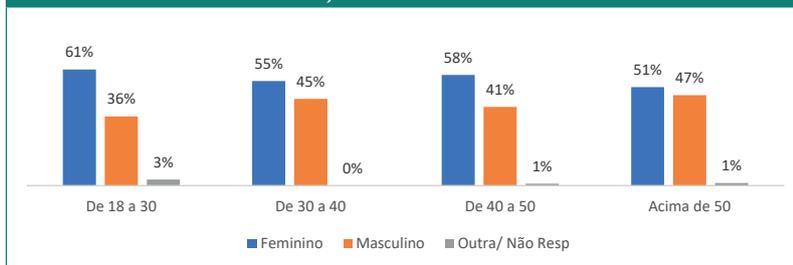
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 3 – Relação Faixa Etária *versus* Formação



Fonte: dados da pesquisa.

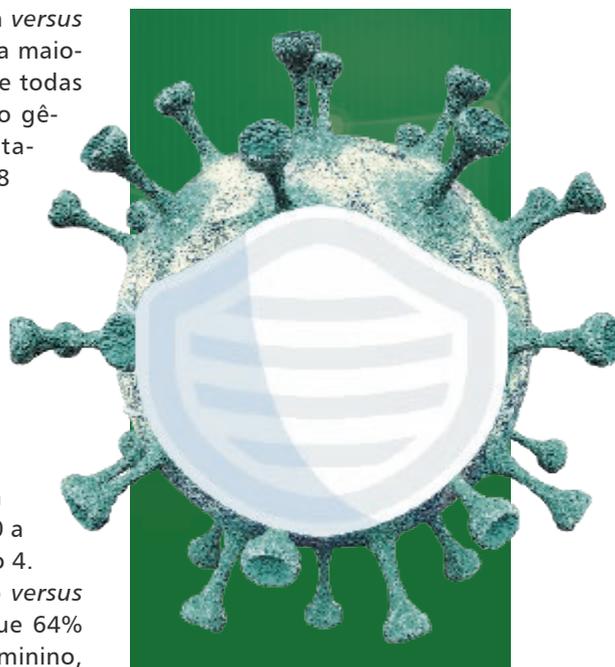
Gráfico 4 – Relação Faixa Etária *versus* Gênero



Fonte: dados da pesquisa.

Na relação Faixa Etária *versus* Gênero, observou-se que a maioria dos entrevistados entre todas as faixas etárias foram do gênero feminino, com destaque para a faixa entre 18 e 30 anos, com 61%. Há um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino somente na faixa “acima de 50 anos”, com 47% e 51%, respectivamente. “Outro” e “Não respondeu” somaram 3% na faixa entre 18 e 30 anos, e nenhuma resposta para a faixa de 30 a 40 anos, conforme Gráfico 4.

Com relação a Gênero *versus* Formação, observou-se que 64% das pessoas do gênero feminino,



35% do gênero masculino e 1% das que selecionaram a opção “outro” ou não responderam possuem ensino fundamental ou médio. Entre os que estão cursando nível superior, 61% são do gênero feminino, 36% do gênero masculino e 3% de “outro” ou “não respondeu”. Os que possuem graduação superior ou especialidade (pós-graduado, mestrado, doutorado) se equilibram com 52% das pessoas do gênero feminino, 47% do gênero masculino e 1% de “outro” ou “não respondeu”, conforme Gráfico 5.

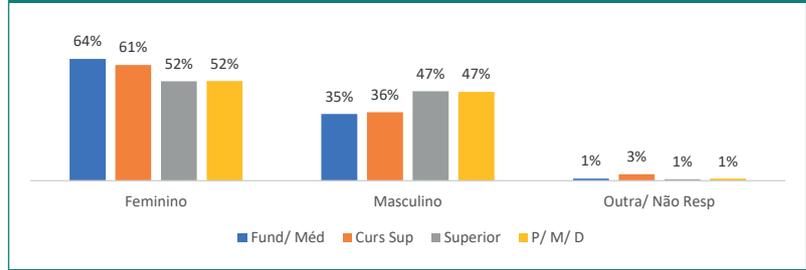
Conforme a Tabela 2, entre os participantes, 55% afirmaram ter planejamento pessoal ou familiar e se atualizaram nos últimos 12 (doze) meses, sendo que, destes, 28% são autodidatas e 26% utilizaram duas ou mais formas de se atualizarem. Enquanto isso, 9% deles se atualizaram por meio de profissionais da área. Já dentre os que não possuem planejamento financeiro (45%), 62% não se atualizaram nos últimos 12 (doze) meses, e apenas 2% se atualizaram por meio de profissionais da área.

Sobre reserva financeira de emergência, 10% responderam não ter reserva nem fazer qualquer tipo de aplicação ou investimentos, 76% responderam possuir reserva, e outros 14% possuem algum tipo de aplicação que não está voltada à reserva emergencial.

Desse total, 42% investem somente na poupança, 31% investem em duas ou mais opções, e somente 3% investem unicamente no Tesouro Selic, conforme Gráfico 6.

Conforme o Gráfico 7, entre os que possuem reserva financeira de emergência, 21% afirmaram que a reserva supre um período de até 3 meses; 16% têm reserva suficiente para suprir de 3 a 6 meses; 19% de 6 a 12 meses; 13% com reserva para o período de 1 a 2 anos; e somente 8% dos entrevistados que possuem reserva suficiente para suprir mais de 2 (dois) anos de seu custo de vida.

Gráfico 5 – Relação Gênero versus Formação



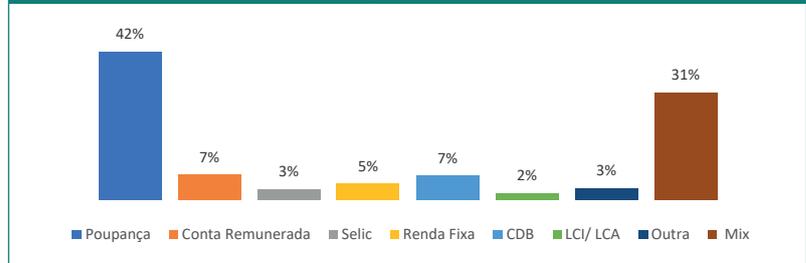
Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 2 – Planejamento e como se atualizam

Método	Sim (55%)	Não (45%)
Cursos	16%	8%
Autodidatas	28%	21%
Profissionais	9%	2%
Não se atualizou	19%	62%
Outra	2%	1%
Duas ou mais	26%	6%

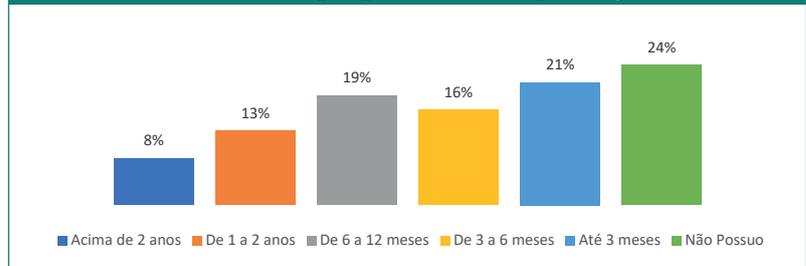
Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 6 – Aplicação da Reserva



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 7 – Tempo que a reserva supre os gastos



Fonte: dados da pesquisa.



De acordo com a Tabela 3, no cruzamento entre as informações de Formação *versus* Reserva Emergencial e Planejamento Financeiro, notou-se que o público detentor, tanto da reserva emergencial quanto do planejamento financeiro, em número expressivo, é o com formação superior completa, em andamento, ou com pós-graduação, mestrado ou doutorado. Entrevistados com formação de nível fundamental ou médio aparecem na outra ponta, com 20% para reserva emergencial e 19% para planejamento financeiro.

Do total de participantes, 21% não possuíam reserva de emergência na pandemia. Entre os 79% que possuíam, 18% afirmaram que sua reserva aumentou na pandemia; para 31%, a reserva manteve-se estável, e 30% responderam que sua reserva diminuiu.

Questionados sobre como a pandemia e suas restrições se refletiram na preocupação de possuir reserva financeira, 67% dos participantes responderam que aumentou muito; 19% afirmaram que não aumentou, nem diminuiu; 9%, que aumentou pouco; e não aumentou a preocupação em 5% deles.

No tocante à forma com que o cenário pandêmico se refletiu no nível de importância atribuído à educação e informação financeira, 76% dos participantes responderam que acham muito importante, 23% deles não acham importante, somente 1% acham pouco importante, e nenhum deles acha que possuir uma reserva de emergência não tenha importância.

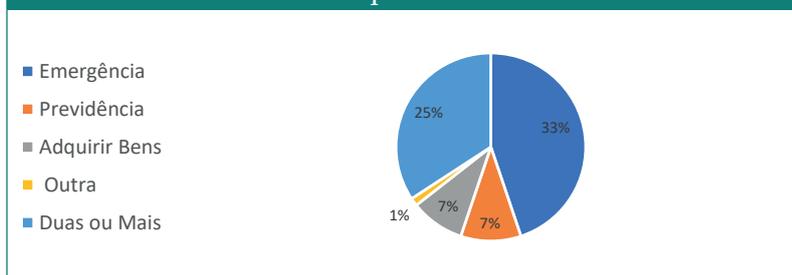
Dos participantes que possuem reserva emergencial (73% do total), 33% destinam-na para crises e emergências, 25% aplicam em duas ou mais finalidades (sendo que 86% destes reservam para emergência e mais algum objetivo), e 15% deles poupam somente para outras finalidades, conforme mostra o Gráfico 8.

Tabela 3 – Formação *versus* Reserva e Planejamento

Formação	Reserva Emergencial	Planejamento Financeiro
Fundamental / Médio	20%	19%
Cursando Superior	29%	23%
Superior Completo	28%	31%
Pós/Mestrado/Doutorado	23%	27%

Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 8 – Para que finalidade reservam



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Educação *versus* Preocupação *versus* Investimento

Educação	Preocupação	Emergência	Previdência	Bens	Outra	Duas ou Mais
Educação financeira é muito importante	Aumentou muito	19%	4%	3%	1%	14%
	Nem muito, nem pouco	3%	2%	0%	0%	6%
	Aumentou pouco	3%	0%	0%	0%	0%
	Não aumentou	0%	0%	0%	0%	1%
Educação financeira é importante	Aumentou muito	2%	1%	0%	0%	3%
	Nem muito, nem pouco	1%	0%	1%	0%	2%
	Aumentou pouco	1%	0%	0%	0%	1%
	Não aumentou	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 4, quanto à Importância da Educação *versus* o Grau de Preocupação *versus* Como Investem suas reservas, a análise considerou dois grupos: os que responderam que a educação financeira é muito importante e os que a classificaram como importante. De modo relevante, observam-se investimentos para Emergência (19%) e em Duas ou Mais aplicações (14%) apenas no primeiro grupo, para o qual a Preocupação Aumentou Muito. De acordo com os percentuais apurados, para outros níveis de preocupação e para o segundo grupo, não se observa relevância nos resultados.

5. Considerações Finais

A pesquisa partiu do seguinte questionamento: “O nível de consciência financeira do brasileiro aumentou com a pandemia da Covid-19?”. O objetivo foi verificar a conscientização dos brasileiros sobre a importância do planejamento pessoal e familiar, e de uma reserva de emergência para momentos difíceis, partindo do conhecimento em finanças pessoais, e levando em consideração o quadro de calamidade pública que o Brasil enfrentou a partir do ano de 2020. De acordo com os dados colhidos,

“Nesse aspecto, levanta-se um alerta, uma vez que se mostra crucial a integração entre educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, já publicada pelo Ministério da Educação (MEC).”

pouco mais da metade da amostra investigada afirmou conhecer planejamento financeiro pessoal e familiar: 55% dos entrevistados. A maioria dos que se atualizaram nos últimos 12 (doze) meses são autodidatas (28%), e os que se atualizavam por dois ou mais meios de aprendizado e informação totalizam 26%. Já entre os que não possuem planejamento financeiro (45%), 62% não se atualizaram nos últimos 12 (doze) meses, e apenas 2% se atualizaram por meio de profissionais da área. Esses dados nos mostram que quem tem um mínimo de conhecimento sobre planejamento financeiro – o que representa pouco mais da metade da amostra – busca conhecimento na área por si só e de forma independente.

Sobre reserva financeira de emergência, 76% responderam possuir, apesar de somente 40% deles possuírem uma reserva mínima – a que representa 6 meses de seu custo de vida, como recomendado por profissionais da área. Mas o que mais chama a atenção é o fato de que essa informação e o dado que representa a população detentora de um planejamento financeiro se refletem diretamente no grau de instrução dos entrevistados, sobretudo os com

graduação concluída ou, em andamento. Foi possível perceber que o grau de escolaridade reflete diretamente no nível de conhecimento sobre o assunto, e que, ao passo em que o entrevistado possui um maior nível escolar, maiores são também as possibilidades de procura por capacitação para iniciar de forma segura e constante uma carteira de investimentos para tal.

Nesse aspecto, levanta-se um alerta, uma vez que se mostra crucial a integração entre educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, já publicada pelo Ministério da Educação (MEC). E, apesar de haver em nível nacional uma intenção de implementação, atualmente ainda não está disponível uma matéria com esse teor. O Ministério da Educação, na qualidade de órgão responsável pela educação no Brasil, tem o poder de influenciar de forma direta no modo como as pessoas lidam com o gerenciamento do orçamento financeiro pessoal e familiar, e na conscientização da importância de uma formação de reserva emergencial diante de um quadro econômico tão incerto e volátil como o que vivemos no Brasil.



“Das pessoas que possuem reserva emergencial, 42% investem somente na poupança e 31% investem em duas ou mais opções (poupança e mais uma ou duas opções de investimento). Essa conjuntura nos leva a concluir que a formação de uma reserva de emergência ainda é bastante complexa para a maioria.”

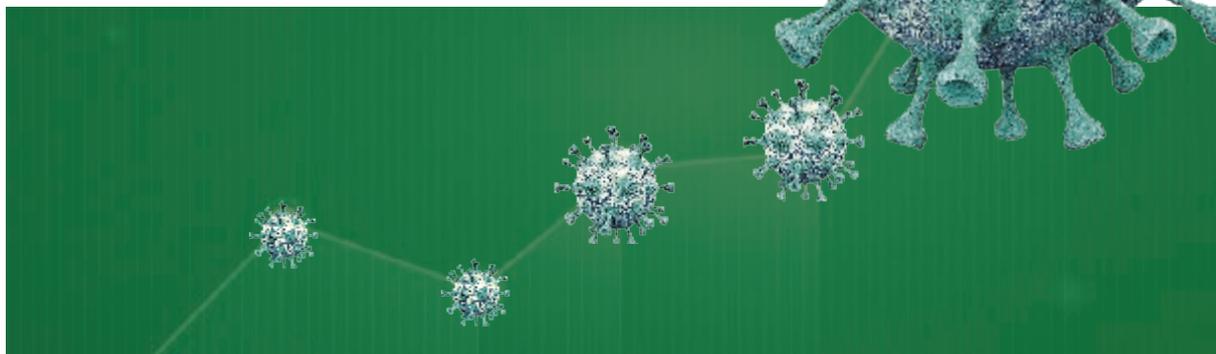
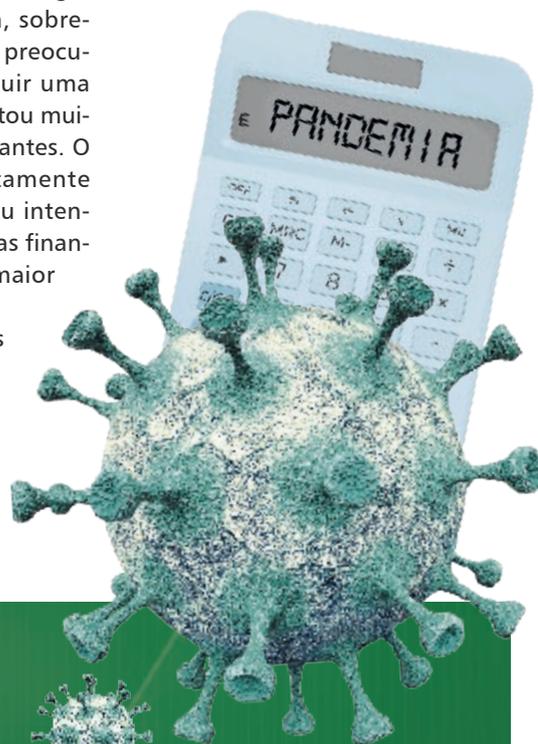
Das pessoas que possuem reserva emergencial, 42% investem somente na poupança e 31% investem em duas ou mais opções (poupança e mais uma ou duas opções de investimento). Essa conjuntura nos leva a concluir que a formação de uma reserva de emergência ainda é bastante complexa para a maioria. A maior parte dos entrevistados não possui um bom conhecimento em finanças pessoais, o que conseqüentemente acaba por impactar o seu planejamento financeiro. Isso porque, dos 76% que possuem uma reserva, somente 33% reservam exclusivamente para crises e emergências; os demais reservam para outros fins, que vão desde previdência (7%) até viagens e aquisições de bens. O resultado, portanto, mostra que essa prática ainda

não constitui uma prioridade para a maioria do público analisado.

Por outro lado, logo adiante podemos perceber que o cenário pandêmico ao menos trouxe uma maior reflexão das pessoas em geral em relação à temática, sobretudo considerando que a preocupação a respeito de possuir uma reserva financeira “aumentou muito” para 67% dos participantes. O índice expressivo indiretamente pode refletir um desejo ou intenção de planejar melhor suas finanças a fim de se ter uma maior segurança financeira.

Quanto às limitações da pesquisa, este estudo detém uma amostra por acessibilidade, e por isso deve ser trabalhado em pesquisas futuras. Recomenda-se

ampliar a amostra e incluir outras variáveis compreendendo o avanço de dados pesquisados e novas opções que podem surgir no mercado financeiro.



Referências

AGÊNCIA SENADO, DataSenado mostra que pandemia reduziu a renda familiar de 68% dos Brasileiros. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/30/datasenado-mostra-que-pandemia-reduziu-a-renda-familiar-de-68-dos-brasileiros>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

AMÉRICO, Juliana; VERSIGNASSI, Alexandre. VC S/A. Mercado Futuro é para Maiores. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/coluna/guru/quem-tem-menos-de-18-anos-pode-investir-em-renda-variavel/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ANBIMA, *Perfil de investidor: o que é como descobrir o seu*. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/perfil-de-investidor>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ANBIMA, Pesquisa mostra que brasileiros economizaram mais no ano passado, mas a maioria entrou em 2020 sem reserva financeira. [s.4: ANBIMA, 2020. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/pesquisa-mostra-que-brasileiros-economizaram-mais-no-ano-passado-mas-a-maioria-entrou-em-2020-sem-reserva-financeira8A2AB2B1732BCCEE017334E54FA25EF5.htm>. Acesso em: 16 out. 2021.

ASSUNÇÃO, Larissa Luzia Gonçalves. Planejamento financeiro familiar em tempos de covid-19: a percepção de famílias sobre reserva de emergência. Repositório Institucional – Universidade Federal de Uberlândia UFU 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34441>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de cidadania Financeira. Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Estabilidade Financeira, volume 19, nº 1 Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/202004>>, Acesso em: 4 dez. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Estabilidade Financeira, volume 20, nº 1 Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref/202104>>. Acesso em: 4 dez. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório de Inflação. Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri/cronologicos>>. Acesso em: 4 dez. 2021, 10:32:56

BARBOSA, Havana Maria Oliveira; SANTANA, Laís Nascimento; SANTANA, Jéssica Carvalho de; e GALVÃO, Nadielli Maria dos Santos. Percepção de estudantes universitários sobre o impacto da pandemia nas finanças pessoais: um estudo na Universidade Federal de Sergipe. *Revista FATEC Zona Sul REFAS 2021*. Disponível em: <<http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/article/view/531>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CERBASI, Gustavo. A importância da Reserva Financeira Emergencial. Disponível em: <<https://www.cebrasse.org.br/artigos/a-importancia-da-reserva-financeira-de-emergencia/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CERBASI, Gustavo. O que é Reserva de Emergência e como planejar. Disponível em: <<https://www.btgactualdigital.com/como-investir/artigos/financas/o-que-e-reserva-de-emergencia-e-como-planejar>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

CERBASI, Gustavo. *Os segredos de quem têm: como conquistar e manter sua independência financeira*. São Paulo: Gente, 2005.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. *Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento*. São Paulo: DVS Editora, 2004.

COLLIS, Jill; e HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de Graduação e Pós-Graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORDEIRO, N.J.N.; COSTA, M. G. V.; DA SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, v.5, n.1, p. 69-84, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36841>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DUMIT, Nath. Reserva Financeira: Qual é a importância e os tipos? [s.2: Barkus, 2020. Disponível em: <[https://www.barkus.com.br/2020/03/12/reserva-financeira-qual-e-a-importancia-e-os-tipos/?](https://www.barkus.com.br/2020/03/12/reserva-financeira-qual-e-a-importancia-e-os-tipos/)>. Acesso em: 16 out. 2021.

FERRARI, Hamilton. Juros subiram 1 ponto percentual, como esperado pelo mercado. Disponível em: <[https://www.poder360.com.br/economia/selic-sobe-para-1275-a-](https://www.poder360.com.br/economia/selic-sobe-para-1275-a-maior-taxa-em-5-anos/#:~:text=A%20taxa%20b%C3%A1sica%20de%20juros%2C%20a%20Selic%20C%20subiu%20para%2012,2022)

maior-taxa-em-5-anos/#:~:text=A%20taxa%20b%C3%A1sica%20de%20juros%2C%20a%20Selic%20C%20subiu%20para%2012,2022>. Acesso em: 5 mai. 2022.

FGC. Sobre a Garantia FGC. Disponível em: <<https://www.fgc.org.br/garantia-fgc/sobre-a-garantia-fgc>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FRAKENBERG, Luis. *Seu futuro financeiro*. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira – Essencial*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GONÇALVES, V. N.; PONCHIO, M. C. Quem Pensa no Futuro Poupa Mais? *Revista Brasileira de Marketing-ReMark*, São Paulo, v. 17, n.4 10/2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/remark.v17i4.3789>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GONZALEZ, Marybel R.; BROWN, Sandra A.; PELHAM, William E.; BODISON, Stefanie C.; MCCABE, Connor; BAKER, Fiona C.; BASKIN-SOMMERS, Arielle; DICK, Anthony Steven; DOWLING, Gayathri J.; GEBRESELASSIE, Sabrina; GUILLAUME, Mathieu; MARSHALL, Andrew T.; SHETH, Chandni; SOWELL, Elizabeth R.; VAN RINSVELD, Amandine; TAPERT, Susan F. Amily. Well-Being During the COVID-19 Pandemic: The Risks of Financial Insecurity and Coping. Publicado on-line ahead of print, 2022. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9349420/>>. <https://doi.org/10.1111/jora.12776> Acesso em: 24 ago. 2022.

GUENTHER, Mariana. Como será o amanhã? O mundo pós-pandemia. *Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 4, p. 31-44, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343590889_Como_sera_o_amanha_o_mundo_pos-pandemia>. Acesso em: 7 abr. 2022.

IGNÁCIO, Diego. A importância da reserva financeira de emergência. Disponível em: <<https://www.cebrasse.org.br/artigos/a-importancia-da-reserva-financeira-de-emergencia/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

INFOMONEY. Saiba o que é reserva de emergência e por que você precisa ter uma. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/reserva-de-emergencia/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MELONIO, L. da C. C.; CEZERE, M. L. S. de e OLIVEIRA, W. de C. Regressividade financeira: investigação do impacto econômico durante a pandemia do coronavírus COVID-19 sobre a família brasileira. *Research, Society and Development Journal*, on-line, 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19389>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MORAES, Fábio. Educação financeira em tempos de pandemia. [s.l: Noomis CIAB Febraban, 2020. Disponível em: <<https://nomis.febraban.org.br/especialista/fabio-moraes/educacao-financeira-em-tempos-de-pandemia>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PAIVA, Nelson. Principais tipos de reserva financeira que você precisa conhecer. [s.3: Laado, 2021. Disponível em: <<https://laado.com.br/principais-tipos-de-reserva-financeira-para-voce/>>. Acesso em: 16 out. 2021.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; e CERETA, Paulo Sergio. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa RECADM*, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1656>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

REIS, L. C. .; BORGIS, M. O. .; SILVA, V. G. M. Financial education: Retirement from the perspective of academics from a public university in the central west of Minas Gerais. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e184910111638, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11638. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11638>> DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11638> . Acesso em: 28 ago. 2022.

SARDENBERG, Rubens; ALVES, Jayme; CASTELLI, Luiz Fernando; CASULA, Daniel de Sales; e SIQUEIRA, João Vítor. Pesquisa Febraban 2021 entre 11 e 17 de agosto. Disponível em: <<https://bit.ly/3wzO4fq>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 496-497.

SILVA, Daniel Neves. Plano Real. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

SILVA, G. O.; SILVA, A. C. M.; VIEIRA, P. R. C.; NEVES, M. B. E. e DESIDERATI, M. do C. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade UNEB 2017*. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3726>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA, Tatiana Letícia; e NIEVAS, José Vuotto. Planejamento Financeiro Pessoal: um estudo entre jovens inseridos no contexto da reforma previdenciária brasileira. *Percurso Acadêmico PUC-MG*, v. 10, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/25353#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20maioria,contribuir%20para%20a%20redu%C3%A7%C3%A3o%20dos>>. Acesso em: 19 abr. 2022.





Educação financeira: uma análise de tuítes relacionados às finanças pessoais na plataforma virtual (2020-2022)

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a situação financeira dos usuários do Twitter no período de 2020 a 2022, por meio dos tuítes postados pelos internautas, analisando a insatisfação, opinião e situação financeira dos respectivos usuários. Para isso, desenvolveu-se pesquisa explicativa, de cunho descritivo, com auxílio de análise de dados, a partir de uma amostra de 272 tuítes, com a finalidade de compreender a opinião e situação dos usuários do Twitter durante a pandemia, e analisar quais fenômenos influenciam as finanças dos tuítes dos usuários filtrados. Mediante este estudo, observou-se que o acesso à educação financeira nas escolas se tornou objeto primordial dos usuários que tendem a desenvolver uma melhor qualidade de vida financeira. Ainda, identificou-se que, conforme a percepção dos usuários, a má qualidade de vida financeira e a ausência desta nas próprias vidas é uma reflexão da desigualdade social, que acopla fenômenos como: baixo salário mínimo, prioridades financeiras como insumos básicos, e ausência de interesse ou mesmo oportunidade financeira e acesso a esta durante a infância. Destarte, vale ressaltar a consciência dos usuários quanto à falta de educação financeira, ou mesmo a necessidade de obtê-la, ressaltados principalmente durante a pandemia.

Alane Livia Valerio da Silva

Graduanda em Ciências Contábeis pela UFPB. Atualmente, atua como monitora em Estatística I, e possui experiência como extensionista em projetos educação financeira, relações raciais, tal como atuei como bolsista PIBIC em projeto como temática em História das Instituições.
E-mail: alanelivia00@gmail.com

Aline Larissa Valerio da Silva

Graduanda em Secretariado Executivo Bilingue pela UFPB. Atualmente, atua como monitora em Língua Espanhola III, e possui experiência como extensionista em projetos de organização de eventos, relações raciais, assim como atuou como voluntária Pivic em projeto com a temática de Violência Contra Mulheres.
E-mail: alinelari18@gmail.com

1. Introdução

A discussão sobre a Educação financeira é um importante tópico para desenvolvimento pessoal, financeiro e econômico para toda e qualquer sociedade, em qualquer que seja a sua categoria social e monetária. Baseado nisso, compreende-se que a sua inexistência pode acarretar diversos problemas, desde a escassez de controle de finanças, durante a adolescência de um indivíduo ou massa, até um descontrole financeiro, enquanto sua maturação em uma área deveras necessária, no território brasileiro. Nesse aspecto, a educação financeira vem com o objetivo de disponibilizar conhecimentos sobre a “tomada de decisão no que diz respeito a assuntos ligados ao consumo, poupança ou utilização de crédito pessoal” (BRITO; BAPTISTA; SILVA; BRAZ; HENRIQUE, 2012, p. 2), como importante ferramenta de controle de gastos, de oferta de consciência financeira, dentre tantos outros benefícios em sua utilização.

Além disso, a Educação financeira possui papel primordial de di-

recionar as massas populacionais brasileiras a compreender conceitos e práticas financeiras a fim de torná-las mais capacitadas quanto a consumo, rendas e suas implicações na vida pessoal e profissional, aplicadas ao mercado de trabalho. Considera-se isso importante, pois, com a sua utilização, certos descontroles financeiros podem ser evitados, e contextos relacionados a poupança, investimentos e uso do crédito com sabedoria podem ser expandidos e aplicados na rotina mais frequentemente.

Em vista disso, essa pesquisa busca analisar o conhecimento social e suas respectivas opiniões quanto à Educação Financeira durante e após a pandemia da Covid-19, e quais as motivações da situação financeira e opinião dos usuários, tendo como base tuítes encontrados na plataforma Twitter. O objeto deste estudo é compreender a motivação da expressão das opiniões dos usuários, relacionando e descrevendo as possíveis motivações para que ambas as situações ocorram. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa, que oferecem discernimento sobre os fatores que podem desencadear uma má gestão financeira nas famílias brasileiras que compõem o Twitter.

2. Educação Financeira e Covid-19: utilidade da educação financeira no tocante à pandemia

Em um advento inesperado, no ano de 2019, um vírus “foi identificado como agente causador de um surto de pneumonias na cidade de Wuhan,

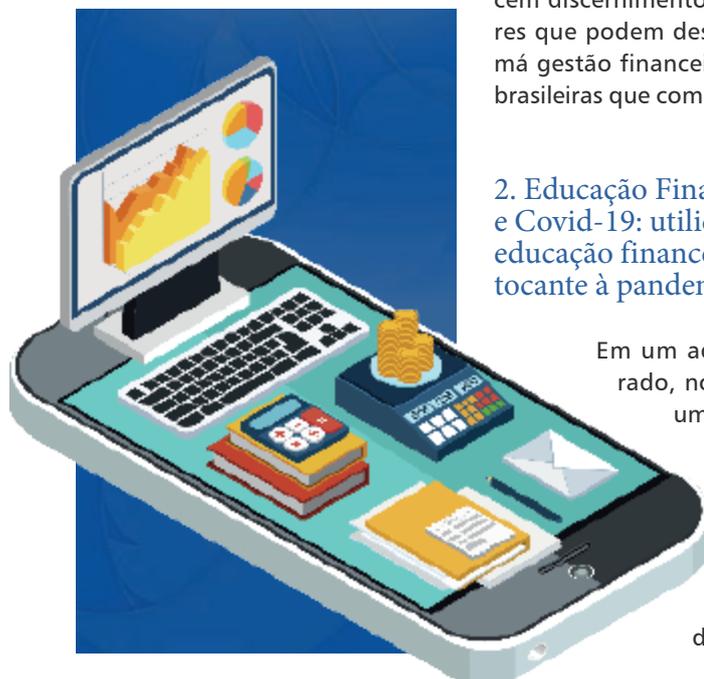
província de Hubei, na China” (CHATE; FONSECA; PASSOS; TELES; SHOJI; SZARF, 2020, p.1). Foi crescendo cada vez mais, e abrangendo todo o mundo (CHATE; FONSECA; PASSOS; TELES; SHOJI; SZARF, 2020, p.1).

Nesta situação, tornou-se impossível não ser afetado pelos efeitos negativos da pandemia no dia a dia. Conforme citam McKibbin e Roshen (2020, p. 45), os impactos da pandemia, além das mortes e enfermidades geradas, ocasionaram a desaceleração da economia global, o interrompimento de produções e transportes, e diversas anomalias no mercado financeiro, o que afetou grandemente o mundo todo, forçando a geração de mudanças e as adaptações sociais.

Sendo assim, com a economia mundial afetada, e a mão de obra como principal atividade econômica atingida, vale considerar três choques econômicos como principais influenciadores na sociedade:

Primeiro são os choques puramente médicos – os trabalhadores em seus leitos não estão produzindo PIB. O segundo é o impacto econômico das medidas de contenção públicas e privadas – coisas como fechamento de escolas e fábricas, restrições de viagem e quarentenas. O terceiro é literalmente “tudo em nossas cabeças”. (BALDWIN; MAURO, 2020, p.18)

Isto é, considerando “literalmente “tudo em nossas cabeças”, e todos os choques econômicos apresentados anteriormente, as taxas de desemprego em virtude da inconstância da economia, a redução da demanda para produção e as demais possibilidades surgidas advindas do Covid-19 afetam imensamente as pessoas, em destaque para os brasileiros – foco deste trabalho – no que tange à qualidade da vida financeira.



“Considera-se isso importante, pois, com a sua utilização, certos descontroles financeiros podem ser evitados, e contextos relacionados a poupança, investimentos e uso do crédito com sabedoria podem ser expandidos e aplicados na rotina mais frequentemente.”

Com base nisso, “devido ao impacto econômico nas famílias gerado pela crise, proveniente da pandemia, um grande número de pessoas perdeu ou teve sua jornada de trabalho reduzida e consequentemente, diminuição dos seus recursos financeiros” (MELONIO; CEZERE; OLIVEIRA, 2021, p.5). Com recursos limitados e crédito disponível, as pessoas começam a utilizar dos recursos financeiros disponíveis deliberadamente, iniciando, assim, um processo difícil de endividamento (FELIPE, OLIVEIRA, BOTINHA, 2015; LIZOTE; VERDINELLI, 2014).

Sob esse ponto de vista, a educação financeira pode “contribuir para melhorar a gestão de nossas finanças pessoais, tornando nossas vidas mais tranquilas e equilibradas sob o ponto de vista financeiro” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p.12). A partir disso, a educação financeira tem papel primordial quando se trata de poupar, ser consciente financeiramente e aplicar as práticas financeiras no cotidiano brasileiro, principalmente quando falamos sobre a renda da pessoa brasileira, principalmente durante o período de pandemia atual.

3. Contabilidade e finanças: ferramenta de auxílio no encaminhamento à ascensão da saúde financeira

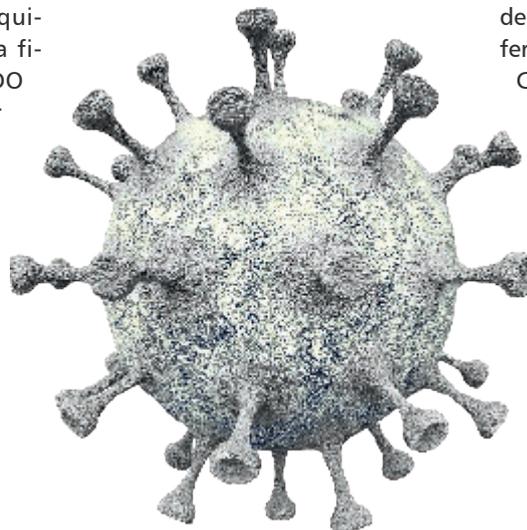
De acordo com Parteli e Falçoni (2018, p. 1), “a contabilidade existe desde os primórdios da sociedade e, atualmente, norteia todo o mundo dos negócios, em constante evolução”. Ainda, em suas palavras, ela “é uma ferramenta de informação que favorece a tomada de decisão dos seus usuários [...] pautada em princípios e tem como objeto o patrimônio das entidades econômicas” (2018, p. 1). A contabilidade é “uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas” (RIBEI-

RO, 2013), e expande-se por meio de ramos financeiros e gerenciais, responsáveis por transações de compra, venda, pagamentos e recebimentos que resultam em balanços para fins fiscais e comerciais, para diversos fins. (SANTIAGO; AQUINO; ROBERTO; SERRA; LOPES, 2021).

Sendo assim, engloba a educação financeira, responsável pela correta gestão dos recursos financeiros disponíveis à população, no tocante ao aprendizado e à prática financeira. (BAHOVEC; BARBIĆ & PALIĆ, 2017; XIAO; PORTO, 2017).

Ou seja, a educação financeira e a contabilidade, proporcionam, respectivamente, o “desenvolvimento da consciência financeira, (...) para auxiliar no controle do patrimônio, fornecendo informações para tomada de decisões através de suas diversas ferramentas e conceitos” (VENÂNCIO; ARAUJO; MOREIRA; AVELINO; SPIRONELLI, 2021, p.2).

Desse modo, a educação financeira, mediante práticas, conhecimentos e técnicas contábeis, proporciona à sociedade melhoria no comportamento pessoal e financeiro da população que se utiliza da contabilidade como auxílio nas finanças pessoais (OTTANI, CARVALHO, CAMPOS, CUNHA, 2016, p.4).



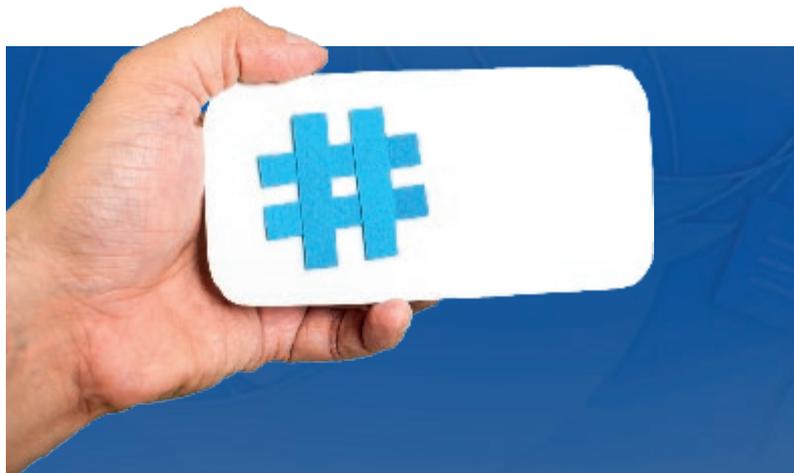
Logo, o aprendizado em educação financeira é útil em todas as fases da vida, e auxilia o indivíduo não somente a saber como gastar, mas a não agir inconsequentemente, diminuindo o consumo exagerado e a falta de educação financeira.

4. O Twitter e a saúde financeira: uma visão por meio do senso comum

Atualmente, dentro do território brasileiro, o debate e as políticas que incentivam o acesso e a disponibilidade à educação financeira têm se intensificado. “Nas últimas décadas, graças às políticas adotadas e à atuação do BCB, o Brasil conseguiu reduzir a inflação e alcançar maior estabilidade econômica” (BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013, p. 8). Esta estabilidade econômica proporcionou à população brasileira maior acesso ao crédito e aumento do poder de consumo (BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013, p. 8).

Contudo, com o poder de consumo crescendo, e a sociedade alcançando mais crédito e disponibilidade de recursos para compra de recursos essenciais ou não do dia a dia, muitas pessoas compram cada vez mais, e conseqüentemente se endividam. Para Moura (2018, p. 8), isso ocorre devido aos “desejos e anseios humanos (...) comprando coisas de que não se necessita, sem ter dinheiro, apenas para impressionar os outros, buscando (...) um status aparente de poder”.

Por outro lado, isso também pode ser resultado de uma má administração financeira, da ausência de educação financeira ou até de conhecimento sobre ela. Independentemente das distintas razões, compreende-se que atos malconduzidos relacionados ao consumo e ao dinheiro refletem-se em uma saúde financeira fraca e negativa, geradora de possíveis problemas monetários futuros.



Tendo em vista essa necessidade de expor a presença do consumismo exagerado da sociedade brasileira, assim como a situação financeira atual do brasileiro, muitos expõem a sua realidade financeira por meio de comentários em plataformas virtuais – neste caso, o Twitter.

Posto isto, o Twitter é um espaço de comunicação para conversação virtual livre e seguro e tem como objetivo a promoção de ideias, liberdade de expressão social, transparência organizacional e oferta de diversão entre os seus usuários, de maneira saudável e construtiva (TWITTER, 2022). Nele, cria-se um espaço de tranquilidade, no qual você pode dissertar sobre o que deseja, longe de sentimentos como insegurança ou vergonha. Essa liberdade de opinião proporciona ao usuário das redes sociais a autonomia de falar sobre qualquer conteúdo, principalmente no Twitter, que é a rede social abordada nessa produção.

Segundo Rodrigues (2018, p. 24-25), “a rede social foi criada em março de 2006 pelos americanos Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass e lançada em julho do mesmo ano” com foco na expansão da socialização digital. Devido ao reconhecimento global, Rodrigues (2016) cita que o Twitter atraiu bastantes usuários para a plataforma, assim como uma maior intera-

ção midiática e tecnológica dentro do seu espaço único de conversação. Isso não apenas demonstrou a visibilidade do seu alcance mundialmente, mas também reforçou o sentimento de confortabilidade do seu público-alvo com o ambiente dentro das telas, rápida e minuciosamente.

A partir disso, analisa-se que, ao oferecer um espaço privado e de exposição de ideias, cria-se uma interface entre usuário e plataforma, na qual se observa uma interação de pensamentos diários, dentre outros específicos (como publicações, memes e textos auto-críticos). Para que isso ocorra, são utilizados os famosos tuítes.

De acordo com a descrição do próprio site, o tuíte é “uma mensagem publicada no Twitter que contém texto, fotos, um GIF e/ou um vídeo», que pode ser compartilhada em segundos. Essas conversas eletrônicas vão desde conteúdos sobre política, humor e lazer, até insatisfação sobre a saúde financeira da população, que é o fator de estudo desta pesquisa.

Em vista disso, busca-se compreender os possíveis fatores que incentivam a insatisfação financeira da população tuiteira, por meio da utilização de tuítes diários, publicados no site, de maneira virtual, com o intuito de descrever como se observa o comportamento dos brasileiros em relação à educação financeira.

“Em vista disso, busca-se compreender os possíveis fatores que incentivam a insatisfação financeira da população tuiteira, por meio da utilização de tuítes diários, publicados no site, de maneira virtual, com o intuito de descrever como se observa o comportamento dos brasileiros em relação à educação financeira.”

5. Metodologia

5.1 Pré-análise

Dado o desenvolvimento deste estudo, construiu-se a metodologia baseada no método explicativo, pois ela intenta explicar quais são os fatores que resultam em um determinado efeito sobre uma situação (GIL, 1999).

Para a coleta de dados, foi realizada a pesquisa de conteúdo no Twitter, de maneira subjetiva e manual, por meio da palavra-chave “educação financeira”, para obtenção dos 272 tuítes que abordaram a temática e foram publicados na plataforma Twitter. Os tuítes foram selecionados durante o início da pandemia, ou seja, desde janeiro de 2020 até abril de 2022. Sendo assim, os tuítes foram selecionados mensalmente no decorrer deste período, ignorando-se, assim, os meses em que não havia tuítes sobre educação financeira.

Nesse contexto, a técnica escolhida foi a análise de conteúdo, pois buscou-se analisar, por meio desta, os tuítes sobre os contextos da educação financeira de diferentes modos e aplicações possíveis. Ou seja, por meio dos comentários dos usuários da rede, buscou-se enxergar e acompanhar qual a percepção do tuiteiro quanto à própria vida financeira, a forma como ele enxerga

a sociedade ao seu redor e os demais acontecimentos que influenciaram a sua vida durante a pandemia. Para Bardin (1977, p.10), a análise de conteúdos são técnicas que permitem a descrição de determinado objeto, a fim de interpretar os estudos resultantes deste objeto.

Durante o processo, a observação foi utilizada como técnica de coleta de dados. Sobre ela, Cervo e Bervian (2002, p. 27) destacam que “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para isso, foram observadas as situações apontadas pelos usuários do Twitter, com o intuito de retirar ideias e resultados sobre conhecimentos voltados à educação financeira.

Ainda, caracteriza-se como qualitativa, pois “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2003, p. 22).

Sendo assim, o critério utilizado para pré-análise dos tuítes foi definido por meio da necessidade de acompanhar o comportamento e a experiência dos usuários desde o início da pandemia até o momento atual, classificando os eventos que influenciaram as respectivas finanças de cada um, tal como opiniões

dos usuários quanto aos impactos da pandemia em suas vidas.

5.2 Exploração dos materiais

Nesta seção, são repartidas as topicalizações temáticas mais tuitadas no Twitter, sobre a Educação Financeira. O critério estabelecido na análise consiste em apresentar tuítes sobre a vida pessoal e financeira do próprio usuário ou de outrem, que tenha ligação com a temática de educação financeira.

A coleta dos tuítes foi realizada manualmente, por meio da ferramenta de pesquisa do Twitter, por meio de busca avançada, com auxílio da palavra-chave “educação financeira”. Sendo assim, classificou-se cada tuíte com base nas categorias apresentadas anteriormente. Com base nisso, os tuítes foram selecionados e divididos por categorias, para tratamento e adequação dos dados recolhidos entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de abril de 2022.

Destacaram-se aqui 7 categorias: educação financeira nas escolas; educação financeira e a desigualdade social brasileira; consciência sobre finanças e gastos; educação financeira dentro do espaço familiar; conhecimentos básicos em educação financeira; educação financeira na pandemia; desinteresse em educação financeira.

6. Análise

Esta seção compreende a análise das amostras obtidas no estudo quanto à opinião e exposição da vida pessoal financeira dos usuários do objeto deste estudo – o Twitter –, com base na categorização realizada, e na filtragem dos tuítes dos usuários, no período entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de abril de 2022.

De acordo com os resultados, o estudo contou com um total de 272 tuítes, divididos conforme mostra a tabela 1.

Com base nisso, apresenta-se a seguir as categorias descritas conforme o teor dos conteúdos abordados nos tuítes.

6.1 Educação Financeira nas Escolas

A categoria de educação financeira nas escolas contemplou 24,26% dos 272 tuítes selecionados neste estudo. Aqui, observou-se que a comunidade tuiteira, em sua grande maioria, clamava pela inserção da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BCC) das instituições de ensino.

Categorias	Total de tuítes por categoria	%
Educação financeira nas escolas	66	24,26
Educação financeira e a desigualdade social brasileira	57	20,96
Consciência sobre finanças e gastos	88	32,35
Educação financeira dentro do espaço familiar	18	6,62
Conhecimentos básicos em educação financeira	27	9,93
Educação financeira na pandemia	10	3,68
Desinteresse em educação financeira	6	2,21
Total de tuítes (categoria)	272	100

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

no. Isso porque, sob o ponto de vista dos usuários da rede, a inserção desta na BCC auxiliaria no ensino da importância do controle financeiro em consonância com o emocional, fazendo com que os alunos não saíssem do ensino infantil, fundamental e médio, sem contato com a área financeira. Tal alegação constitui a principal reclamação dos tuítes desta categoria: nenhum contato com o ensino financeiro na época dos estudos infantil, fundamental e médio, demonstrando total desconhecimento após o término dos estudos.

6.2 Educação Financeira e a Desigualdade Social Brasileira

Em virtude de o dinheiro estar muito relacionado a políticas sociais e públicas, cerca de 20,96% dos tuítes representam a insatisfação dos usuários com a desigualdade social no país. Isso porque a maioria deles afirma que se torna inviável ter educação financeira em um país com um salário mínimo que não é suficiente para custear

as despesas de casa, imagine sobrar para poupar. O dinheiro, portanto, des-

tina-se a prioridades básicas, como alimentação, roupas e mantimentos essenciais do dia a dia.

Ainda, observou-se que, com baixa renda e dificuldade de poupar, quando resta algo desse ordenado, a comunidade deseja apenas ter um momento de lazer, depois de horas de trabalho semanal. Vale ressaltar que muitos usuários enxergam a educação financeira como possibilidade destinada à elite, haja vista que o pobre só enxerga o momento de se manter e sobreviver, sem espaço para investimentos e até mesmo lazer.

Não obstante, ressalta-se a insatisfação com as políticas sociais e públicas perante os governos, e a precariedade em investimento educacionais, dado o baixo salário mínimo, a educação básica desestruturada, o desemprego e a falta de perspectiva monetária no país. Para os usuários, esses fatores são os que mais geram pessoas endividadas e analfabetas financeiramente.

6.3 Consciência sobre Finanças e Gastos

Aqui, compreendeu-se a relevância e a necessidade da definição e compreensão da Educação Financeira de maneira geral, incluída dentro de toda sociedade brasileira. A conceituação e o entendimento de finanças e gastos se mostrou uma necessidade,



“Tal índice demonstra que, por mais que plataformas virtuais disponibilizem conteúdos gratuitos focados em educar no âmbito orçamentário, financeiro e de equilíbrio de gastos, muito pouco se conhece ou se entende do assunto.”

visto que contabilizou uma porcentagem de 32,35% dos tuitos. Tal índice demonstra que, por mais que plataformas virtuais disponibilizem conteúdos gratuitos focados em educar no âmbito orçamentário, financeiro e de equilíbrio de gastos, muito pouco se conhece ou se entende do assunto. Isso porque, do total de 32,35%, 15,81%, conforme exposto na Tabela 2, contemplam usuários que afirmam não ter educação financeira, 5,51% afirmam que possuem educação financeira, e 11,03% afirmam que precisam ter e aprender educação financeira. Baseado nisso, observa-se constantemente a utilização do dinheiro de maneira errônea, como por exemplo com serviços ou produtos comprados compulsivamente, com o uso exacerbado do crédito, com a escassez de um fundo de emergência para o futuro ou até mesmo com parcelas de dívidas que superam o salário mínimo recebido pelos trabalhadores.

6.4 Educação Financeira dentro do Espaço Familiar

Neste tópico, enfatiza-se a questão da influência familiar na vida dos filhos ou parentes, como geradora de conscientização e equilíbrio financeiro,

Categoria	Total de tuitos por categoria	%	Tenho educação financeira (%)	Precisa de educação financeira (%)	Não tenho educação financeira (%)
Consciência sobre finanças e gastos	88	32,35	5,51	11,03	15,81

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Categoria	Total de tuitos por categoria	%	Teve educação financeira na infância (%)	É importante ter educação financeira (%)	Não teve educação financeira na infância (%)
Educação financeira dentro do espaço familiar	18	6,62	2,57	11,03	2,57

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

com 6,62% dos resultados. Isso porque, dos 6,62%, cerca de 2,57% afirmam ter tido educação financeira na infância, 2,57% afirmam não ter tido, e 1,48% afirma a importância de incluir educação financeira desde cedo na educação familiar, conforme exposto Tabela 3. Compreende-se que o repasse de dicas relacionadas à educação financeira para crianças é um suporte deveras crucial ao desenvolvimento mental quanto a gastos, de maneira equilibrada e consciente. Ela não apenas influencia as atitudes do indivíduo no seu afastamento de comprar em excesso, mas também colabora na oferta de conhecimento sobre termos financeiros, poupan-

ça e controle do dinheiro, para evitar futuros endividamentos, causados pelo desconhecimento da educação financeira. Por outro lado, a escassez de influências positivas no controle de gastos quando o indivíduo ainda é menor de idade acarreta descontrole financeiro, altos índices de dívidas, vícios relacionados a empréstimos bancários e carteira vazia para momentos de necessidade, emergências ou lazer, fundamentais ao ser humano. A falta de conhecimento financeiro, em seguida, tende a afetar o indivíduo desde a sua infância e pode torná-lo um mau exemplo de consumo e de gastos, tornando esse ciclo vicioso e repetitivo.

6.5 Conhecimentos básicos em Educação Financeira

No que tange às habilidades e aos conhecimentos financeiros básicos, 9,93% dos tuiteiros afirmam que há precariedade na educação financeira básica. Isso porque, segundo os usuários, a comunidade brasileira não tem conhecimento suficiente para saber discernir e escolher as melhores oportunidades quando o assunto é dinheiro. Segundo eles, as pessoas não têm conhecimento em taxas básicas de juros, não sabem escolher qual tipo de empréstimo é melhor, ou identificar por que está pagando determinado valor em uma dívida. Desse modo, a escassez destes conhecimentos leva o brasileiro a endividar-se por não ter o mínimo necessário para investir sua renda, ou somente fazer determinada compra e pagamento de dívidas contraídas no decorrer da vida.

6.6 Educação Financeira na pandemia

Foi fundamental, também, analisar como a educação financeira se mostrou afetada durante a pandemia de Covid-19, já que, nos resultados da pesquisa, 3,68% das respostas demonstraram preocupação relacionada ao descontrole financeiro. Entre as diversas motivações para esse acontecimento, pode-se apontar que a fragilidade emocional foi um dos fatores negativos mais influenciadores desse desequilíbrio orçamentário, visto que a pandemia causou ansiedade e inquietação na sociedade brasileira. Esse desbalanceamento foi notório de maneira geral, o que permitiu que alguns respondentes desta pesquisa constatassem a necessidade de obter educação financeira nas escolas, para possíveis reduções de gastos, já que nesse período ainda não haviam sido instaladas matérias curriculares que abordassem a temática financeira.

6.7 Desinteresse em educação Financeira

Este último tópico foi desenvolvido com base no tópico 06, em virtude de já ter sido implantada a educação financeira nas escolas no ano de 2020 e 2021. Com base nisso, mesmo após a implantação desta matéria nas instituições escolares, os usuários se mantiveram insatisfeitos quanto às próprias vidas financeiras. Isso porque 2,21% dos usuários demonstraram desinteresse quanto à temática. Os usuários afirmaram que o conteúdo é inútil e chato de aprender, apesar de possuírem conhecimento básico e oportunidade de acesso à educação financeira e reconhecerem a importância de ter controle das finanças pessoais.

Mediante o desenvolvimento da análise das categorias, observou-se que a grande maioria dos tuiteiros compreende a urgente necessidade de implementar a educação financeira nas escolas – isso porque muitos não tiveram acesso a ela na infância ou em algum momento da vida, ou ainda tiveram aprendizado financeiro e sua inclusão das próprias rotinas pessoais tardiamente. Sendo assim, apresenta-se um forte desejo dos usuários no que tange ao ensino nas escolas.

Entretanto, observou-se que é de conhecimento destes a importância da educação financeira nas suas vidas; contudo, reconhecer a extrema importância não tem sido o suficiente para despertar total interesse nos usuários e na usual prática no dia a dia, em virtude de considerarem que a escassez na área é resultado de falta de investimentos em políticas sociais e públicas que auxiliam o brasileiro a ter mais qualidade de vida, até mesmo para poderem se dar ao “luxo” de poupar, investir ou abdicar do tempo para praticar e es-



tudar educação financeira.

No tocante à pandemia, observou-se que o momento de incerteza e instabilidade proporcionou a uma pequena parcela tuiteira a oportunidade de refletir e frear o consumo exacerbado, priorizando a retenção de gastos e possibilidade de aprendizado financeiro. Não obstante, refletiu-se acerca da necessidade de conhecimentos básicos necessários para transações simples do dia a dia, compras, consumos e prioridades no dia do brasileiro.

7. Considerações Finais

O Twitter, atualmente, é uma rede social que abrange muitos brasileiros e abre espaço para que estes usuários possam se expressar, conforme abordado no desenrolar desta pesquisa. Com base nisso, torna-se importante considerar a opinião de tantas pessoas que compartilham opiniões sobre a rotina e os pensamentos do dia a dia.

“Estudos futuros devem direcionar a atenção sob a perspectiva atual após a inserção da educação financeira nas escolas, conforme atualização na BNCC, e analisar a evolução dos comentários após a inclusão desta nas escolas, no contexto pós-pandemia.”

Nesse sentido, neste estudo observou-se que as maiores insatisfações dos usuários da rede social abordada foi a ausência de educação financeira nas escolas e a escassez deste aprendizado nos anos iniciais e posteriores, que representam 24,26%, e 20,96%, respectivamente. Estes percentuais referem-se à escassez como consequência da ausência de práticas políticas e sociais que favoreçam a comunidade brasileira no que tange à qualidade de vida econômica e financeira.

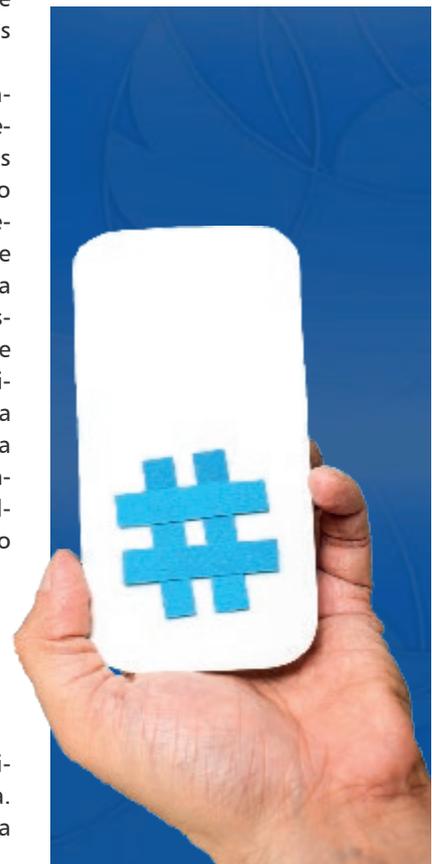
O estudo permitiu compreender que 88% dos usuários do Twitter representam a categoria de consciência financeira, na qual reconhecem precisar, ter, ou não ter educação financeira em suas vidas. Esse total inclui a parcela que recebeu educação financeira na infância, a que não recebeu e a que reconhece a importância desta em suas vidas, atestando 32,35% e 6,62%, respectivamente.

Não obstante, vale ressaltar o desinteresse como motivação para ausência de boas práticas financeiras, representando 2,21%, e a necessidade de conhecimentos básicos, com um total de 9,93%. Ainda, a pandemia permitiu a uma pequena parcela da pesquisa (3,68%) reavaliar seus maus hábitos, conscientizar-se e buscar aprendizado financeiro.

Em sua maioria, os tópicos estão relacionados à falta de dinheiro e à ausência de educação financeira. Isso decorre, muito provavelmente, da ideia de que não há necessidade de se aprender sobre a temática ou até mesmo do desestímulo a esse importante aprendizado durante a adolescência ou o início da fase adulta de um ou mais indivíduos dentro da população brasileira.

Conclui-se, assim, que a educação financeira é extremamente necessária na rotina do brasileiro das redes sociais, em destaque para o Twitter; entretanto, somente o reconhecimento da sua necessidade e importância não é suficiente para que os usuários despertem interesse na temática. Ainda, constata-se que a pandemia influenciou as atitudes dos usuários no tangente a mudança de pensamentos e busca por conhecimento financeiro, principalmente em virtude das dificuldades advindas da pandemia. No entanto, grande parte dos usuários apresenta como justificativa a insatisfação diante da ausência de investimento em direitos sociais públicos de todo brasileiro, como: acesso à educação, baixo salário mínimo, e priorização de necessidades no dia a dia. Esses fatores inviabilizam a prática financeira nas suas rotinas.

Estudos futuros devem direcionar a atenção sob a perspectiva atual após a inserção da educação financeira nas escolas, conforme atualização na BNCC, e analisar a evolução dos comentários após a inclusão desta nas escolas, no contexto pós-pandemia.



Referências

BALDWIN, Richard; Mauro, Beatrice Weder di. *Introduction*. BALDWIN, Richard; MAURO, Beatrice Weder di. *Economics in the Time of COVID-19*. Disponível em: <https://voxeu.org/content/economics-time-covid-19>. Acesso em: 20/03/2022.

BAHOVEC, V., BARBIC, D., & PALIC, I. (2017). *The Regression Analysis of Individual Financial Performance: Evidence from Croatia*. Business Systems Research Journal, 8(2), 1-13. <http://dx.doi.org/10.1515/bsrj-2017-0012>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)*. Brasília 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 20/03/2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. © Presses Univrsitaires de France. 1977. EDIÇÕES 70, LDA. ISBN: 972-44-0898

BRITO, Lucas da Silva; BAPTISTA, Jose Abel; SILVA, Sergio Roberto da; BRAZ, Sandro; HENRIQUE, Marcelo Rabelo. *A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS CONTEXTOS ACADÊMICO E PROFISSIONAL: UM LEVANTAMENTO DE DADOS COM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS*. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012.

CHATE, Rodrigo Caruso. FONSECA, Eduardo Kaiser Ururahy Nunes. PASSOS, Rodrigo Bastos Duarte. TELES, Gustavo Borges da Silva. SHOJI, Hamilton. SZARF, Gilberto. *Apresentação tomográfica da infecção pulmonar na COVID-19: experiência brasileira inicial*. Disponível em: jornaldepneumologia.com.br/details/3339/pt-BR/apresentacao-tomografica-da-infeccao-pulmonar-na-covid-19--experiencia-brasileira-inicial. Acesso em: 20/03/2022.

DEGENHARD, J. *Forecast of the number of Twitter users in Brazil from 2017 to 2025*. Statista, Jul 20, 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/forecasts/1146589/twitter-users-in-brazil>. Acesso em: 25/05/2022

FELIPE, Fany Muriell Pereira. OLIVEIRA, Tatiane Pereira de. BOTINHA, Reiner Alves. *"VOCÊ? UM CONTADOR QUE NÃO CONTROLA O PRÓPRIO DINHEIRO?" UM LEVANTAMENTO DAS DISCUSSÕES SOBRE FINANÇAS PESSOAIS NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS*.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MCKIBBIN, Warwick; Fernando, ROSHEN. *The economic impact of COVID-19*. BALDWIN, Richard; MAURO, Beatrice Weder di. *Economics in the Time of COVID-19*. Disponível em: <https://voxeu.org/content/economics-time-covid-19>. Acesso em: 20/03/2022.

MELONIO, Lizandro da Conceição Costa; Márcia Lima Santos de, CEZERE; Wemerson de Castro, OLIVEIRA. *Regressividade financeira: investigação do impacto econômico durante a pandemia do coronavírus COVID-19 sobre a família brasileira*. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19389/17276>. Acesso em: 20/03/2022.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOURA, http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-FD-SBC_v.24_n.1.01.pdf

RODRIGUES, Bruna Dalbem. *ENGAJAMENTO NO TWITTER DO MASTERCHEF BRASIL: ANÁLISE DOS TWEETS DOS USUÁRIOS A PARTIR DA #MASTERCHEFBR*. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/190104>. Acesso em: 20/03/2022.

SANTIAGO, Adriana Rodrigues de. Et al. *A contabilidade como serviço indispensável para segurança na administração de condomínios*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 11, Vol. 12, pp. 71-96. Novembro 2021. ISSN: 2448-0959.

TWITTER. *SOBRE*. Disponível em: <https://about.twitter.com/pt/who-we-are/our-company>. Acesso em: 20/03/2022.

RODRIGUES, F. R. Priscila. *Dinâmica de temas abordados no Twitter via evolução de clusters*. 2016. Monografia (graduação). Área de concentração: Computação. Universidade Federal do Ceará, Campus de Quixadá, Curso de Bacharelado em Engenharia de Software, Quixadá, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25122/1/2016_tcc_prfrodriues.pdf. Acesso em: 21/03/2022.

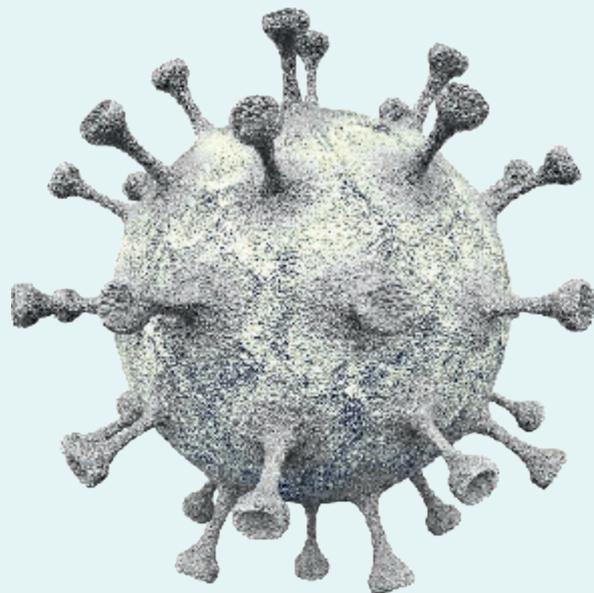
OTTANI, Denise de Souza. CARVALHO, Fernando Nitz de. CAMPOS, Édson Telê. CUNHA, Adriano Sérgio da. *Contabilidade aplicada às finanças pessoais: Um estudo de caso com os acadêmicos do Centro Universitário Municipal de São José*. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (mayo 2016).

PARTELI, Isis; FALÇONI, Mariana. A *CONTABILIDADE COMO UMA FERRAMENTA DECISIVA PARA AJUDAR AS EMPRESAS A SUPERAREM OS DESAFIOS ECONÔMICOS*. 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/a-contabilidade-como-uma-ferramenta-decisiva-para-ajudar-as-empresas-a-superarem-os-desafios-economicos.pdf> Acesso em: 24/03/2022.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade básica fácil*. 29.ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

VENÂNCIO, Geovana Peola Rezende. ARAUJO, Mariana Gonçalves. MOREIRA, Antônio. AVELINO, Cleide Henrique. SPIRONELLI, Fabiane Cristina. *A Educação Financeira utilizando conceitos contábeis aplicados às finanças pessoais como diferencial para jovens aprendizes*. Disponível em: <https://unisaesiano.com.br/uploads/2021/06>. Acesso em: 02/04/2022.

XIAO, J. J., & PORTO, N. (2017). *Financial education and financial satisfaction: Financial literacy, behavior, and capability as mediators*. International Journal Of Bank Marketing, 35(5), 805-817. <https://doi.org/10.1108/IJBM-01-2016-0009>.





Artigo Convidado

Evidenciação das ações de diversidade pelas empresas brasileiras e argentinas nos relatórios de sustentabilidade

Esta pesquisa buscou identificar as ações de diversidade promovidas por entidades brasileiras e argentinas em prol de seus colaboradores. As demandas relacionadas à promoção da diversidade nas organizações têm sido cada vez mais fortes na sociedade, com o entendimento de que a heterogeneidade dos indivíduos precisa ser considerada pelas empresas. Dessa forma, foi conduzida uma pesquisa documental a partir da análise de 89 relatórios de sustentabilidade produzidos no modelo GRI, versão *Standard*, dos quais 26 são de empresas com sede na Argentina e 63 no Brasil. A partir de um processo de codificação e categorização, foi possível constatar que as informações sobre a diversidade nas organizações, de forma geral, ainda são incipientes. Não obstante, para grupos não hegemônicos com política públicas mais estruturadas, como é o caso das mulheres e das pessoas com deficiências, a divulgação das ações de diversidade se faz mais presente nos relatórios de sustentabilidade. Para outras categorias, como raça e etnia, LGBTQIA+ e idade, as informações ainda são escassas e apresentam diferenças entre os países analisados. Este estudo contribui com a literatura, uma vez que levanta evidência sobre o estágio das ações de diversidade, e para a prática profissional, na medida em que destaca as lacunas ainda não preenchidas sobre o fenômeno analisado.

Fabiana Ribeiro Roth

Mestre em Controladoria e Finanças pela Fipecafi e contadora formada pela PUCRS. Atua no mercado corporativo há mais de 18 anos, sendo a maior parte na área de planejamento econômico/financeiro.

E-mail: fabiana_roth@hotmail.com

Samuel de Oliveira Durso

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Ciências Econômicas, também pela UFMG. Já atuou com auditoria externa e interna. É professor adjunto da UFMG.

E-mail: sodurso@gmail.com

1. Introdução

O dinamismo e os desafios do cenário econômico mundial e global requerem que as empresas se adaptem ao ambiente ao qual estão inseridas. Uma dessas adaptações é a forma de pensar e agir perante uma sociedade e um mercado cada vez mais diversificado. Durante mais da metade do século XX, os trabalhadores eram tratados de forma homogênea, em que os pensamentos, ações e o jeito de ser deveriam ser uniformes. Esse perfil está refletido nos princípios de produção do conhecido Taylorismo e Fordismo (PE-REIRA; HANASHIRO, 2010).

Na década de 1980, a partir de uma visão de que a inclusão de grupos não hegemônicos – veja definição de Leal e Rosa (2020) – melhoraria o ambiente de trabalho, a diversidade passou a ser um importante tema organizacional (SARAI-VA; IRIGARAY, 2009). Pereira e Hanashiro (2010) apontam que essas diferenças entre os colaboradores ficaram cada vez mais claras em função do aumento da heterogeneidade demográfica da força de trabalho, devido à expansão e mobilidade geográfica, assim como do desenvolvimento social.

Fleury (2000) afirma que a questão dos grupos sub-representados e da diversidade cultural tem sido um tema relevante nos Estados Unidos e no Canadá, desde a segunda metade do século XX. Nesses países, a partir da década de 60, políticas públicas levaram à promulgação de leis visando à igualdade de oportu-

nidades de educação e ao emprego para todos. Nesse contexto, subsidiárias de multinacionais, em função da pressão exercida pela matriz, passaram a introduzir políticas de diversidade, disseminando os conceitos ao redor do mundo (EGAN; BENDICK JR, 2003).

Apenas na década de 90 que políticas mais específicas sobre o tema passaram a ser uma realidade na América Latina (AL), mais especificamente no Brasil e na Argentina, onde este estudo está imerso. O estudo de Silva et al. (2020) destaca que as ações de diversidade no Brasil, tanto nas empresas como em políticas públicas, começaram em meados de 1990, a partir de leis de incentivo, como a de inclusão de deficientes físicos via sistema de cotas em empresas públicas e privadas; sistema de cotas para negros no acesso ao ensino superior; e cotas mínimas de candidatura de mulheres para cargos eletivos na política. Segundo Santos (2005), a Argentina foi o primeiro país latino-americano a aprovar a lei de cotas (LEI DE CUPOS, 1991), que previa um quantitativo mínimo obrigatório de 30% para as candidaturas femininas em todos os partidos políticos.

A diversidade ainda é um conceito em construção e, segundo Silva et al. (2020), ela pode ser entendida como a maneira com que as pes-

soas se diferem entre si no aspecto pessoal e em relação com as instituições onde atuam. Por ser um conceito multidimensional, tem características visíveis e não visíveis, como geração, capacidades físicas e mentais, orientação sexual, religião, raça/etnia, classe social, identidade de gênero, entre outras. Neste estudo, os grupos a serem estudados são: gênero, pessoas com deficiência, orientação sexual, raça/etnia e geração.

Além de gerenciar a diversidade, as companhias também devem se preocupar com a comunicação sobre o tema, tendo em vista o aumento da demanda por informações não financeiras pelo mercado. Nesse cenário, Silva (2011) destaca que as empresas devem ser coerentes com os princípios do desenvolvimento sustentável e que devem incluí-los tanto em suas estratégias quanto na comunicação que realiza ao mercado.

Assim, tendo em vista a contextualização realizada, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: **De que forma entidades brasileiras e argentinas evidenciam suas ações de diversidade nos relatórios de sustentabilidade?** O objetivo da investigação, portanto, é identificar, nos relatórios de sustentabilidade, as ações de diversidade promovidas por entidades brasileiras e argentinas em prol de seus colaboradores. A partir dessa investigação, torna-se possível, portanto, compreender, de forma mais ampla, a gestão da diversidade realizada em empresas de duas grandes nações latino-americanas.



“Nesse cenário, o objetivo da gestão da diversidade passa a ser o de obter os benefícios de diversidade humana no local de trabalho, buscando adaptar o ambiente de negócios às mudanças demográficas e sociais geradas pela globalização.”

2. Referencial Teórico

2.1 A Diversidade e a Teoria dos Stakeholders

A origem da gestão da diversidade, segundo Raineri (2018), tem sido relacionada à ação afirmativa e à igualdade de emprego exigida pela legislação nos Estados Unidos na década de 1960. Esta legislação visou assegurar a redução da discriminação e equiparar as oportunidades a grupos desfavorecidos. Na década de 1990, surge uma segunda abordagem sobre gestão de diversidade, a qual deu origem ao seu conceito tanto na literatura quanto na prática. Nesse cenário, o objetivo da gestão da diversidade passa a ser o de obter os benefícios de diversidade humana no local de trabalho, buscando adaptar o ambiente de negócios às mudanças demográficas e sociais geradas pela globalização.

A gestão de diversidade tem sido defendida de duas maneiras: i) por meio de programas internos das empresas, os quais são voltados à diversidade da força produtiva, ajudando no processo de inclusão de grupos não hegemônicos necessários para um bom desenvolvimento social; e ii) pelo aumento de desempenho da organização no mercado, a partir de

um bom gerenciamento da diversidade de pessoas nas empresas, ocasionado pelas vantagens competitivas geradas pela união das diferenças (PRESOTTI, 2011).

Nessa perspectiva, a teoria dos Stakeholders (TS) mostra-se aderente ao fenômeno abordado, uma vez que compreende que as organizações são responsáveis por todas as partes interessadas (*stakeholders*) e não apenas focadas na geração de lucro aos acionistas. A TS possui, portanto, forte correlação com as demandas de sustentabilidade que atualmente são atribuídas às entidades do setor privado (FREEMAN; DMYTRIYEV, 2017).

A TS justifica a evidenciada voluntária de informações sociais e ambientais, uma vez que a legitimidade do *business* da empresa é realizada por todos os agentes envolvidos com a entidade (os *stakeholders*). Pelo fato de a entidade trazer consigo a premissa de que ela não é autossuficiente, a companhia depende dos outros entes que estão inseridos no ambiente externo. Dessa forma, nesta pesquisa, tem-se o pressuposto de que a prestação de contas pelas entidades sobre a gestão da diversidade torna-se uma necessidade para o atendimento das demandas dos *stakeholders* na atualidade.

2.2 A Diversidade nos Relatório de Sustentabilidade

Silveira e Petrini (2017) conceituam desenvolvimento sustentável como a preocupação em suprir as necessidades da geração presente sem afetar as gerações futuras no atendimento de suas necessidades. Aveiro (2016) destaca que a sustentabilidade está relacionada a conceitos como “longo prazo”, “durável”, “consistente” e “sistemático”. Adicionalmente, quando se fala de sustentabilidade, é preciso considerar três pilares: o econômico, o ambiental e o social.

Ainda, segundo Aveiro (2016), a dimensão econômica refere-se a aspectos gerais com a finalidade de obter êxito financeiro para manter-se em longo prazo no mercado. O lado ambiental engloba os impactos causados por recursos naturais. Por fim, o pilar social envolve tanto pontos internos, relacionados com a estrutura da entidade, quanto fatores externos, voltados para o relacionamento da organização com a sociedade na qual ela se insere. Entre os pontos internos estão a governança corporativa, o incentivo a funcionários, a saúde de colaboradores, a segurança e o desenvolvimento humano. Nos fatores externos, por sua vez, estão incluídas atividades não controversas, combate à corrupção e compromisso com o comportamento ético, por exemplo.

É possível notar, portanto, que a sustentabilidade está intimamente ligada com o conceito de responsabilidade social empresarial. Essa perspectiva considera que as organizações são agentes que possuem obrigações sociais, uma vez que usam dos recursos escassos existentes no meio em que estão inseridas e, por isso, tornam-se responsáveis por seu uso de forma sustentável (SILVEIRA; PETRINI, 2017).

Segundo Guerra e Ríos-Osorio (2016), há várias metodologias de avaliação das dimensões da sustentabilidade, sendo o modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI) o mais reconhecido internacionalmente. O objetivo da metodologia GRI é suportar as informações divulgadas pelas empresas sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, o instrumento busca apoiar as empresas, governos e outras organizações no entendimento e comunicação com seus grupos de interesse em relação ao impacto que elas (organizações) produzem na perspectiva da sustentabilidade, como para as mudanças climáticas, os direitos humanos, a corrupção, entre outros.

O GRI foi fundado em Boston, em 1997, a partir das organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos, especificamente nas organizações da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres) e do Instituto Tellus. O objetivo era criar o primeiro mecanismo que garantisse que as empresas seguissem aos princípios de conduta ambiental de forma responsável, e que então foi ampliado para incluir também as questões sociais, econômicas e de governança (GRI, 2021b).

Publicada em 2000, a primeira versão sobre as diretrizes da GRI (G1) proveu a estrutura global

para relatórios de sustentabilidade. Em 2001, a GRI virou uma instituição independente e sem fins lucrativos. No ano seguinte, a GRI mudou-se para Amsterdã e teve a primeira atualização das diretrizes (G2). Conforme a demanda por relatórios GRI e a aceitação por parte das organizações, as diretrizes foram ampliadas e aprimoradas, resultando no padrão G3, em 2006, e no G4, em 2013. Em 2016, a instituição fez a transição de diretrizes para a definição dos padrões globais para relatórios de sustentabilidade – *GRI Standards*. Os *Standards* continuam sendo atualizados (GRI, 2021b).

Segundo Mascena et al. (2020), a estrutura básica do relatório de sustentabilidade da GRI é composta de três pilares: (1) Perfil, com informações sobre o contexto geral para entender o desempenho organizacional, contendo estratégia, perfil e governança; (2) informações sobre a gestão, tendo como objetivo explicar o desempenho de uma organização em uma área específica; e (3) indicadores de desempenho, que expõem informações comparáveis sobre o desempenho econômico, ambien-

tal e social das organizações. É exatamente dentro do pilar de indicadores de desempenho social que as políticas adotadas pelas empresas relacionadas à temática deste estudo são divulgadas.

Nesta pesquisa, utilizou-se o GRI devido a sua credibilidade global no que tange à sustentabilidade e, principalmente, pelo fato de a sua dimensão social tratar sobre as ações específicas realizadas para a promoção da diversidade nas organizações. Entre as divulgações relacionadas com a temática, destacam-se as seções GRI 405 – *Diversity and Equal Opportunity*, GRI 406 – *Non Discrimination*; GRI 412 – *Human Rights Assessment*. De acordo com o GRI 405, em especial, a entidade deve evidenciar informações dos colaboradores por gênero, idade e demais grupos minoritários ou em vulnerabilidade que sejam relevantes.

3. Metodologia

Para atingir o objetivo proposto no estudo, foi conduzida uma pesquisa documental a partir dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI de empresas brasileiras e argentinas. Segundo Martins e Theóphilo (2009), as pesquisas documentais são aquelas que utilizam fontes primárias de dados, ou seja, materiais compilados pelo(s) próprio(s) autor(es) do trabalho.

Assim, neste estudo foram utilizados os relatórios de sustentabilidade divulgados para 2019 na versão *Standard* e que passaram pela verificação realizada pela própria GRI. Foram consideradas apenas as organizações que disponibilizaram o material no banco de dados da GRI. Essa coleta foi realizada no dia 28 de maio de 2021. Ao todo, foram analisados relatórios de 89 entidades, das quais 26 eram argentinas e 63 brasileiras.



Adicionalmente, para a criação das categorias de análise dos relatórios selecionados neste estudo, foram utilizadas as normas da GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade, indicadores de mercado e a revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa. A Tabela 1 contempla as categorias de análise finais utilizadas, assim como as ações de diversidade adotadas no processo de codificação dos relatórios de sustentabilidade.

Todos os relatórios selecionados foram lidos a partir da procura de palavras-chave e codificados seguindo as ações estabelecidas na Tabela 1. Nesse processo, as palavras buscadas em português em cada um dos relatórios foram: equidade, mulher, diversidade, inclusão, maternidade, acessibilidade, PCD, cotas, LGBT, homo, orientação sexual, raça, etnia, negro, geração, etarismo, respeito, voluntariado, 405-1 e 405-2. As palavras-chave buscadas em espanhol foram: *equidad, mujer, diversidad, inclusión, maternidad, accesibilidad, discapacitados, cuotas*, LGBT, homo, *orientación sexual, raza, etnia, negro, generación, discriminación por edad, respeto, voluntariado*, 405-1 e 405-2. Em inglês, as palavras-chave foram: *equity, woman/women, diversity, inclusion, motherhood, accessibility, disability, quotas*, LGBT, homo, *sexual orientation, race, ethnicity, generation, ageism, respect, volunteering*, 405-1 e 405-2.

O processo de abrir relatório a relatório e de fazer a busca por palavra-chave foi oneroso, em termos de tempo, dedicação e atenção. Além disto, os relatórios eram extensos e não havia padronização, ou seja, cada empresa os fazia de acordo com sua necessidade ou escolha. Outro fator que dificultou a coleta de dados foi a qualidade das informações, em que diversas vezes havia a palavra-chave, mas não tinha a menção da política implementada. Em outros, nenhuma palavra-chave era encontrada. Todo o processo de

Tabela 1 – Categorias e ações de análise

Categorias	Ações	Referência
1. Diversidade de gênero	1.1 Possui equidade nas políticas de recompensas.	Borin et al. (2015); Cavazotte et al. (2010); Filipe e Bomfim (2020); Freitas (2020); GRI (2021a); Myers (2003); Zabludovsky (2001).
	1.2 Tem, pelo menos, 33% de mulheres nos cargos de liderança.	
	1.3 Possui programa de mentoria para mulheres com potencial de liderança.	
	1.4 Realiza treinamento para inclusão e promoção de mulheres.	
	1.5 Possui programas de inclusão e retenção de mulheres na entidade.	
	1.6 Possui políticas para a conciliação da maternidade como berçário, licença-maternidade/paternidade flexível.	
	1.7 Garante a neutralidade das políticas organizacionais em termos de gênero.	
	1.8 Possui espaço destinado à amamentação.	
2. Pessoas com Deficiência	2.1 Promove a acessibilidade do ambiente de trabalho para PCD.	Filipe e Bomfim (2020); Freitas (2020); Saraiva e Irigaray (2009); Ávila-Vitor e Carvalho-Freitas (2012).
	2.2 Realiza palestras/fóruns com o objetivo de desmistificar conceitos e sensibilizar os indivíduos.	
	2.3 Possui e cumpre o programa de cotas existente.	
	2.4 Investe na preparação de PCD, capacitando-as para o mercado de trabalho.	
3. Identidade de gênero e orientação sexual	3.1 Permite a inclusão de parceiros homoafetivos no plano de saúde e previdência.	Almeida e Vasconcelos (2018); Diniz et al. (2013); Filipe e Bomfim (2020); Freitas (2020); Philip e Soumyaja (2019); Rohm et al. (2021).
	3.2 Incentiva a presença de grupos de apoio a funcionários LGBTQIA+ na entidade.	
	3.3 Apresenta políticas de apoio/suporte a funcionários travestis e transexuais.	
	3.4 Possui programas específicos para a atração de funcionários travestis e transexuais.	
4. Raças e etnias	4.1 Apresenta políticas de cotas pautadas em raças e etnias.	Filipe e Bomfim (2020); Freitas (2020); Myers (2003).
	4.2 Possui metas pautadas em raça e etnias para profissionais em cargos de liderança.	
	4.3 Apoia organizações que buscam a inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho.	
	4.4 Divulga informação sobre a força de trabalho em cargos de liderança por raça e etnia.	
5. Etarismo	5.1 Possui metas de contratação para pessoas com mais de 50 anos.	Freitas (2020); GRI (2021a); Mattos (2021).
	5.2 Cria iniciativas que ajudam em uma boa relação entre as gerações por meio de práticas como mentoring.	
	5.3 Realiza treinamentos visando ao prolongamento da vida ativa de profissionais mais velhos.	
6. Aplicação Geral	6.1 Realiza um acompanhamento ativo sobre o desenvolvimento de colaboradores pertencentes a grupos não hegemônicos.	Borin et al. (2015); Freitas (2020); GRI (2021a); Saraiva e Irigaray (2009).
	6.2 Mantém um ambiente de trabalho que promova dignidade, cortesia e respeito pelo indivíduo.	
	6.3 Apoia pequenos negócios locais de propriedade ou operação de grupos não hegemônicos.	
	6.4 Contribui indiretamente para a implementação de programas de ação afirmativa, diversidade e inclusão na comunidade em que atua.	
	6.5 Incentiva os funcionários, parceiros e membros franqueados a doarem seu tempo para apoiar as causas de diversidade da comunidade local.	
	6.6 Inclui diversidade nas competências organizacionais.	
	6.7 Apoio à inserção de pessoas de outros países no mercado de trabalho.	

Fonte: elaborado pelos autores.

coleta de dados foi realizado pela pesquisadora responsável e, posteriormente, analisado por um segundo investigador. Da mesma forma, os trechos extraídos de relatórios em língua inglesa ou espanhola fo-

ram traduzidos pela pesquisadora principal e validado por um segundo investigador. Neste artigo, em função das limitações de espaço, não foram apresentados os trechos traduzidos na língua original.

4. Análise de Resultados

Neste tópico são apresentados os resultados do mapeamento realizado para a divulgação das ações voltadas para a diversidade nas organizações. Conforme apresentado no capítulo da metodologia, foram analisadas 63 empresas do Brasil e 23 da Argentina. Para a evidência dos trechos codificados, utilizou-se a letra "A", quando se tratar de uma entidade argentina e "B" para entidades brasileiras.

A ação "Possui equidade nas políticas de recompensas", relacionada com a categoria a da diversidade de gênero, foi evidenciada em 29 empresas, sendo esta a segunda mais demonstrada nos relatórios estudados, juntamente com "Possui políticas para a conciliação da maternidade como berçário, licença-maternidade/paternidade flexível". A seguir, são apresentados exemplos que evidenciam essas ações:

Estamos trabalhando para alcançar a equidade salarial total. Atualmente a diferença salarial varia entre 0,71% e 3,26%, sem diferenças salariais por localidade. [A23]

Relação entre salário base e remuneração das mulheres em relação aos homens. O mesmo salário base é aplicado por categoria profissional a homens e mulheres. [A15]

É interessante notar que os trechos selecionados evidenciam a preocupação com a equidade de gênero, mas, ao mesmo tempo, mostram que essa meta ainda não foi atingida. Além disso, é possível notar justificativas, como o setor de atuação, para as discrepâncias de gênero identificadas, como se o tipo de atividade desempenhada não fosse compatível com determinados atributos ou papéis esperados para as mulheres, indo ao encontro de pesquisas anteriores (AVEIRO, 2016).

Em complemento ao descrito anteriormente, a ação mais encontrada na amostra foi "Tem, pelo menos, 33% de mulheres nos cargos de liderança", aparecendo no relatório de 31 entidades. Entre os trechos encontrados está o da A4, destacado a seguir:

Apoiamos o compromisso de garantir 30% de mulheres em cargos de gestão no plano de sucessão para 2025. Como objetivo interno e para apoiar o desenvolvimento de mulheres em cargos de gestão, estabelecemos uma participação mínima de 35% de mulheres em programas como Inspire no Banco, que oferece oportunidades concretas para capacitar mulheres com alto potencial. Nosso compromisso é que os gerentes seniores se tornem mentores das mulheres, invistam no desenvolvimento de seus talentos e contratem

equipes diversificadas. Acreditamos que quando as mulheres são empoderadas, os homens também. [A4]

A empresa B42 demonstra, na página 59 de seu relatório anual de 2019, um quadro contendo os indicadores de diversidade entre os colaboradores por gênero. Na linha de cargos de superintendentes e gerentes, havia 214 homens e 85 mulheres, isto é, 39,7% dos cargos de gestão eram compostos de mulheres. A companhia B16, na página 39 do seu relatório de sustentabilidade, também traz um quadro que mostra o percentual de cargos de gestão por gênero, em que, em 2019, a gestão era composta de 45,45% mulheres.

Entre as ações encontradas para o item "Possui programa de mentoria para mulheres com potencial de liderança", estão:

Para aumentar a participação de mulheres em nossa gestão, estamos incentivando a criação de um Comitê Mulher em cada cooperativa, a fim de capacitar e engajar esse público para que assuma papéis de liderança em suas comunidades e nas instituições. Trata-se de um programa vinculado à gestão da cooperativa, reportando ao Conselho de Administração, atuando em colaboração com a Diretoria Executiva e alinhado às suas definições estratégicas. [B48]



“A ação ‘Possui equidade nas políticas de recompensas’, relacionada com a categoria a da diversidade de gênero, foi evidenciada em 29 empresas, sendo esta a segunda mais demonstrada nos relatórios estudados, juntamente com ‘Possui políticas para a conciliação da maternidade como berçário, licença-maternidade/paternidade flexível.’”

Em 2019 fizemos novas adaptações no MAIS para medir a contribuição das organizações e seus programas acompanhados pelo Banco, em relação ao empoderamento das mulheres e igualdade de oportunidades. Assim, foram avaliados 39 programas, dos quais 51% avaliaram “Muito Bom” e 49% “Bom”. [A14]

Ainda na categoria de gênero, os exemplos de evidências para o item “Realiza treinamento para inclusão e promoção de mulheres” foram:

Desenhamos e acompanhamos iniciativas para estimular o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres em toda a nossa cadeia de valor. [A17]

Aderimos à iniciativa Lean In fundada por Sheryl Sandberg, que visa promover o apoio e o empoderamento das mulheres no local de trabalho. Sua metodologia cria um espaço para compartilhar ideias, experiências, adquirir habilidades e trabalhar juntos em diferentes temas. Participamos do lançamento do Lean In em Buenos Aires, onde Patricia foi uma das palestrantes, e também adotamos a Metodologia do Círculo que eles promovem. [A11]

Women. Fast Forward: Plataforma que reúne nosso conhecimento e nossas ações para ampliar o debate, propor ações e fortalecer o papel da mulher. *Women Network:* Grupo liderado por gerentes, sócias e diretoras que promove network e diálogos sobre desafios, preocupações e oportunidades. [B29]

O item “Possui programas de inclusão e retenção de mulheres na entidade” foi encontrado em apenas duas empresas, sendo uma brasileira e outra argentina, de acordo com os seguintes trechos:

No pilar de Gênero, temos a meta aumentar a participação de mulheres na organização, compondo 30% do quadro diretivo (Diretores e Vice-Presidentes) até o ano 2020. Para isso, todos os processos de promoção para cargos diretivos devem contar com uma mulher candidata entre os três finalistas, além de aplicarmos currículo cego, que exclui a informação sobre o gênero. [B52]

Como pilares do projeto, propomos três linhas de ação nas quais trabalhamos continuamente: fluxo de renda, para aumentar o número de mulheres que ingressam, principalmente nos níveis profissionais, garantindo que em cada busca haja

pelo menos uma candidata; comunicação e conscientização, realizando ações e campanhas que promovam a igualdade de gênero entre nossos colaboradores; e conciliação da vida pessoal-família-trabalho, onde trabalhamos para melhorar a proteção da maternidade por meio de programas e benefícios específicos. [A13]

Como já mencionado anteriormente, o item “Possui políticas para a conciliação da maternidade como berçário, licença-maternidade/paternidade flexível” foi evidenciado em 29 entidades. Alguns trechos que representam o código foram:

Licença-maternidade: além do tempo estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nossas funcionárias podem optar por aderir a mais 60 dias, totalizando 180 dias de licença-maternidade remunerada. O direito se estende, também, para os casos de adoção, inclusive por casais homoafetivos. Licença-paternidade: além do tempo estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nossos funcionários podem optar por aderir a mais 15 dias, totalizando 20 dias de licença-paternidade remunerada. O direito se estende, também, para os casos de adoção, inclusive por casais homoafetivos. [B3]

Quanto à licença paternidade, são oferecidos pela Empresa cinco dias corridos quando do nascimento de filho(a), além da prorrogação por mais 15 dias corridos, totalizando 20 dias corridos de licença, estendendo o afastamento no caso de adoção ou guarda judicial, mesmo que provisória. A extensão da licença maternidade por mais sessenta dias também é garantida à empregada que adotar ou obter guarda judicial, proporcional à idade da criança. [B26]

Facilitamos a possibilidade de as mulheres continuarem amamentando após a licença maternidade. Para isso, temos duas salas de lactação em nossas instalações. [A16]

O item “Garante a neutralidade das políticas organizacionais em termos de gênero” não foi identificado em nenhuma empresa brasileira. A seguir, estão apresentados dois exemplos de trechos encontrados nos relatórios de empresas argentinas:

No marco do compromisso com a proteção dos direitos humanos e trabalhistas, que inclui a promoção da inclusão e da diversidade, em 2012 lançamos formalmente o Projeto Equidade de Gênero, que inclui melhorias no fluxo de renda das mulheres, campanhas de comunicação e conscientização, e ações que contribuam para a conciliação da vida pessoal, familiar e laboral, com foco na salvaguarda da maternidade. Aprofundando essa responsabilidade, em 2017 aderimos aos Princípios de Empoderamento das Mulheres das Nações Unidas (WEP). [A13]

Nós nos concentramos em atrair, desenvolver e reter as melhores pessoas, oferecendo em-

pregos de qualidade e oportunidades iguais de emprego para homens e mulheres. [A23]

Como é possível notar, para todas as ações voltadas para a categoria gênero, foi possível identificar empresas brasileiras e/ou argentinas que cumpriam, de alguma forma, com o item estabelecido. A literatura sobre o assunto evidencia que, entre as questões de diversidade, as ações voltadas para a equidade de gênero já estão mais consolidadas pelas organizações, o que não tende a ser o mesmo para outros grupos não hegemônicos (FREITAS, 2020; ROHM et al., 2021).

Na categoria PCD, as ações evidenciadas para “Promove a acessibilidade do ambiente de trabalho para PCD” foram:

Os editais de concurso público preveem 10% das vagas ofertadas de cada cargo/especialidade para admissão de pessoas com deficiência, e a B11 tem buscado adequar suas instalações para possibilitar o acesso irrestrito a pessoas com deficiência. [B11]

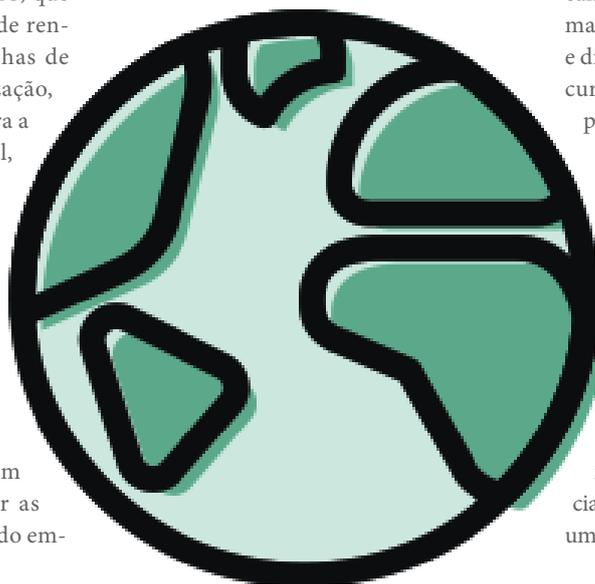
Este programa foi criado em 2018 para aumentar a sensibilização, integração e adaptação das pessoas com

deficiência com foco no local de trabalho, equipes locais e áreas comuns, tem ajudado a melhorar a capacidade da Empresa de atrair e reter talento. A B37 conta atualmente com diversos portadores de deficiência em seu quadro de funcionários em diversas áreas e negócios em todo o Brasil. [B37]

Entre as categorias relacionadas à PCD – a ação mais implementada pelas entidades –, a amostra deste estudo foi “Realiza palestras/fóruns com o objetivo de desmistificar conceitos e sensibilizar os indivíduos”. Abaixo estão alguns trechos encontrados nos relatórios de sustentabilidade analisados:

Ao respeitar a inclusão de pessoas com deficiências diferentes, trabalhamos com COPIDIS (*Comisión para la Plena Participación e Inclueran dcomas Personas com Discapacidad*), o objetivo primordial é a promoção dos direitos de pessoas com deficiência no âmbito da Cidade de Buenos Aires. Como primeiro passo, verificamos a importância não apenas de capacitar os nossos colaboradores em temas de inclusão, mas também de gerar um diálogo aberto sobre estes temas. Este ano continuamos desenvolvendo este trabalho mais especificamente pela área de Recursos Humanos e Sustentabilidade, abrindo e difundindo nossos trabalhos procurados neste tipo de organização, para gerar oportunidades de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade. [A10]

A empresa oferece formação em libras para os gestores e outros colaboradores que tenham interesse em conhecer a linguagem de sinais. Todo treinamento ou reunião que tenha a participação de pelo menos um colaborador com deficiência auditiva conta com a presença de um intérprete de libras. [B46]



“Ao se debruçar na análise das políticas de identidade de gênero e orientação sexual, para o contexto da amostra, é possível notar que ainda há muito espaço para desenvolver ações que promovam a diversidade.”

A ação “Possui e cumpre o programa de cotas existente” foi demonstrada por quatorze empresas, todas brasileiras, devido à legislação apresentada no país. Esse achado contradiz as expectativas advindas com o estudo de Santos (2017), o qual destaca que a Argentina também reserva posições para profissionais com deficiência no setor público e privado, o que não foi observado para o caso das entidades da amostra. A seguir, estão alguns exemplos de trechos encontrados que ilustram a ação em questão:

São cumpridas todas as cotas de pessoas com deficiência e a companhia vai além, com o Programa Aprendiz com *Down*, da B8, que visa capacitar e contratar jovens entre 24 e 26 anos com Síndrome de *Down*. [B8]

Em relação à equidade de acesso a oportunidades, estamos em conformidade com a legislação que estabelece a contratação de minorias, reservando 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para candidatos negros e pessoas portadoras de deficiência. [B23]

A última ação da categoria PCD, “Investe na preparação de PCD, capacitando-as para o mercado de trabalho”, foi evidenciada em quin-

ze relatórios. Alguns exemplos de trechos que ilustram este item são:

Esse programa abrange ações inclusivas como um plano de desenvolvimento para os participantes do Se-mear, sensibilização de lideranças, produção de cartilha, vídeos, palestras, workshops e capacitações, além de contratação de intérpretes de Libras para reuniões e treinamentos. Atualmente, há maior retenção dos PCDs na empresa, resultado das ações investidas. [B20]

Da Área de Recursos Humanos e da Área de Serviços Judiciais, desenvolve-se o Programa de Gabinetes Inclusivos para Pessoas com Deficiência. Trata-se de uma série de ações que buscam não apenas o efetivo emprego das pessoas com deficiência, mas também o desenvolvimento integral de suas competências nas áreas em que atuam. [A2]

Ao se debruçar na análise das políticas de identidade de gênero e orientação sexual, para o contexto da amostra, é possível notar que ainda há muito espaço para desenvolver ações que promovam a diversidade. A pesquisa de Rohm et al. (2021), que analisou as políticas realizadas por entidades que participam do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+,

já havia identificado a fragilidade nas ações em prol da comunidade LGBTQIA+ nas organizações. A ação “Permite a inclusão de parceiros homoafetivos no plano de saúde e previdência”, por exemplo, contou com apenas três ocorrências, como o trecho da B11 apresentado a seguir:

Desde 2003, os empregados homoafetivos podem incluir seus companheiros como dependentes na Associação de Assistência à Saúde dos Empregados da B11 (B11 Saúde), tendo a Companhia se antecipado à implantação da Súmula Normativa nº 12/2010 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). [B11]

A ação que rege “Incentiva a presença de grupos de apoio a funcionários LGBTQIA+ na entidade” foi expressa em trechos como:

Participação de representantes do Comitê de Diversidade em eventos que discutem temáticas LGBT+. [B14]

Já em setembro de 2017, criamos o comitê de trabalho LGBT+, cujo objetivo é promover a igualdade e o respeito à inclusão, combatendo atitudes preconceituosas em relação à orientação sexual e/ou à identidade de gênero no ambiente de trabalho. [B29]

A ação “Apresenta políticas de apoio/suporte a funcionários tranvestis e transexuais” foi evidenciada apenas por uma empresa brasileira, como segue:

Por fim, no pilar LGBT+, promovemos a extensão da assistência médica para dependentes de casais homoafetivos e passamos a utilizar o nome social dos colaboradores transgêneros em crachás e endereços de e-mail. [B52]

A análise da categoria raças e etnias, por sua vez, apresentou evidências de três dos quatro itens analisados. Todos os casos encontrados estão relacionados a empresas brasileiras, isto é, não foram encontradas iniciativas em relação a esta categoria em empresas argentinas. O item “Apresenta políticas de cotas pautadas em raças e etnias” apareceu em trechos como:

Em relação à equidade de acesso a oportunidades, estamos em conformidade com a legislação que estabelece a contratação de minorias, reservando 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para candidatos negros e pessoas portadoras de deficiência. [B22]

No pilar Raça, contratamos uma consultoria para estudar a melhor forma de promover a contratação de colaboradores negros. A partir desse diagnóstico, traçaremos uma meta e trabalharemos o tema nos próximos anos. [B52]

A ação que rege “Apoia organizações que buscam a inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho” apareceu com o seguinte texto:

Existem programas para a contratação e a inclusão de públicos específicos, como o Programa B3 Ca-



pacitação à Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação BRA, e o Programa de Qualificação Profissional B3 (Unipalmarenses) que, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, promove a inclusão de estudantes negros. [B3]

Implementada em 20 empresas, a ação “Divulga informação sobre a força de trabalho em cargos de liderança por raça e etnia” aparece em formato de tabela nos relatórios. A companhia B4, por exemplo, traz seu quadro de número de funcionários de gestão por cor e etnia e PCD, na página 83, sendo que 7,25% gestores da entidade são não brancos. A B10 apresenta na página 102 que possui 38,68% da liderança composta de negros, pardos, amarelos e indígenas. A B40 faz a abertura de seu quadro por raça: amarela, branca, indígena, parda, preta e não informada. As raças, que não a branca, totalizam 20% da gestão da empresa. Novamente, em linha com a literatura (AVEIRO, 2016), mesmo em meio à evidenciação, é importante destacar a presença de disparidades étnico-raciais para as

entidades da amostra, o que evidencia os desafios para a gestão da diversidade.

A categoria de etarismo, por sua vez, mostrou-se a menos implementada da amostra, sendo uma preocupação em apenas duas entidades. É importante destacar que, de acordo com as determinações do normativo GRI 405, as organizações precisam refletir sobre a formação da sua força de trabalho também pelo fator idade (GRI, 2021a), tornando a temática sobre o etarismo uma categoria relevante para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Nesse cenário, a empresa B14 possui duas políticas evidenciadas em seu texto na página 71 que se enquadram no item “Possui metas de contratação para pessoas com mais de 50 anos” e “Realiza treinamentos visando o prolongamento da vida ativa de profissionais mais velhos”, as quais estão apresentadas, respectivamente, nos trechos:

Ampliação de 10% do número de empregados com idade acima de 50 anos no Programa Corporativo de Voluntariado. [B14]

Realização de oito cursos de capacitação no uso de smartphones para idosos (200 pessoas capacitadas). [B14]

A empresa A23 demonstra como estratégia para garantir a ação “Possui metas de contratação para pessoas com mais de 50 anos”, de acordo com o texto da página 27 do seu relatório de sustentabilidade, a seguinte ação:

Promover a inclusão no trabalho de grupos vulneráveis: pessoas com deficiência, imigrantes, indígenas, pessoas com mais de 45 anos, refugiados, mulheres com filhos, jovens em situação de risco social. [A23]

“A partir da análise de cada categoria, nota-se que o suporte legal corrobora o desenvolvimento das políticas de inclusão nas empresas. Isso pode ser notado pelo fato de as duas categorias mais maduras (Gênero e PCD) serem as que têm mais legislações e direitos adquiridos de forma clara e fiscalizada nos países analisados.”

A categoria de aplicação geral conta com cinco itens analisados. A ação “Mantém um ambiente de trabalho que promova dignidade, cortesia e respeito pelo indivíduo” aparece no relatório da empresa B15, conforme trecho apresentado a seguir:

Somos uma empresa construída com base em culturas diversas que, unidas, formam hoje um dos maiores grupos empresariais do país. Acreditamos na diversidade de pensamento e do capital humano que nos leva a novos patamares a cada dia. Por isso, trabalhamos para ampliar nosso caminho rumo à igualdade de oportunidades, criando um ambiente propício para o desenvolvimento das pessoas, inclusivo, aberto a novas ideias e formas de pensar. Como exemplo de práticas adotadas, elaboramos na holding – como um projeto piloto - guias e protocolos de entrevistas de admissão que cobrem, além das necessidades técnicas, possíveis vieses de consciência que podem afetar a avaliação e, assim, possibilitar previamente a aderência à cultura do grupo. [B15]

A ação “Contribui indiretamente para a implementação de programas de ação afirmativa, diversidade e inclusão na comunidade em

que atua” foi difundida em apenas quatro entidades. Como exemplo de afirmações expostas no relatório de sustentabilidade, tem-se:

Nos próximos anos, aprofundaremos as atividades educacionais sobre segurança de computadores na América Latina, com foco no México e no Brasil. Além disso, a geração de projetos, ações e práticas, internas e externas, comprometidas com a diversidade e a inclusão. [A10]

No caso do item “Incentiva os funcionários, parceiros e membros franqueados a doarem seu tempo para apoiar as causas de diversidade da comunidade local”, a descrição encontrada no relatório de sustentabilidade da A20 foi a seguinte:

A A20 possui grupos de voluntários que atuam nas seguintes áreas: Mulheres; LGBTQIA+; Pessoas com alguma deficiência e etnias, para acelerar a inclusão necessária. [A20]

Finalizando com exemplos, das últimas duas políticas da categoria aplicação geral “Inclui diversidade nas competências organizacionais” e “Apoio a inserção de pessoas de outros países no mercado de trabalho brasileiro”, estão, respectivamente, os trechos:

Fundamentais para fortalecer nosso impacto, ações de treinamento e conscientização também são fomentadas. Nesse sentido, em 2019 convidamos os nossos líderes a entender e a corrigir “Vieses Inconscientes”, a fim de apontar para influências que podem emergir em processos de recrutamento e avaliação, condutas e fomentar o respeito e uma convivência mais igualitária entre todos e todas. [B39]

Em 2018, desenvolvemos diversas iniciativas de apoio à inclusão socioeconômica dos refugiados: Promovemos um seminário em comemoração ao Dia Mundial do Refugiado, apoiamos a realização da Copa dos Refugiados em parceria com a ONG do Coração da Prefeitura. [B24]

4.1 Análise Crítica por Categoria

A partir da análise de cada categoria, nota-se que o suporte legal corrobora o desenvolvimento das políticas de inclusão nas empresas. Isso pode ser notado pelo fato de as duas categorias mais maduras (Gênero e PCD) serem as que têm mais legislações e direitos adquiridos de forma clara e fiscalizada nos países analisados, como mostram os estudos de Oliveira e Oliveira (2019), Aspiazu (2014) e Santos (2017).

Para a categoria de raça e etnia, foi possível notar que todas as empresas que tiveram ações evidenciadas para essa categoria são brasileiras. Isso corrobora o estudo de Keindé e Mello (2020), que explica que, na Argentina, o racismo foi um problema negado socialmente, além do que políticas de cotas para raças são mais difíceis de implementar no país, por terem a população afrodescendente menos expressiva em relação ao conjunto total da população.

Não obstante, é importante destacar que a maior expressividade obtida das ações de diversidade para a categoria “raça e etnia” das entidades brasileiras não decorre de um aparato legal desenvolvido. Segundo Batista e Mastrodi (2020), não há lei ou programa no Brasil que estabeleça percentual mínimo de contratação de pessoas pretas, pardas e indígenas, nem incentivos fiscais para fomentar tal inclusão no âmbito privado. Apesar disso, conforme foi evidenciado, para entidade públicas, existem políticas de cotas que favorecem a inclusão da população afrodescendente.

A categoria de orientação sexual, por sua vez, mostrou-se frágil e pouco evidenciada em ambos os países. Esses achados estão em linha com o estudo de Irineu e Oliveira (2020), que destaca a inexistência de uma legislação brasileira que regulamenta o trabalho, emprego e renda tanto em relação à orientação sexual quanto ao gênero no Brasil. Também vai ao encontro da pesquisa de Rohm et al. (2021), que destacou uma contradição em relação às políticas dessa categoria, inclusive para empresas alinhadas com o discurso pró LGBTQIA+. No contexto argentino, por sua vez, embora exista a Lei n.º 26.743, de maio de 2012, que assegura direitos à comunidade LGBTQIA+, apenas uma empresa evi-

denciou uma ação nesta categoria, mesmo com os incentivos fiscais existentes para empresas privadas.

Por fim, os achados da pesquisa mostram que o etarismo é a categoria que mais precisa se desenvolver em relação à implementação de ações em prol da diversidade, tendo como base os resultados encontrados a partir da amostra do estudo. Esse resultado está em linha com os achados de Fluminhan (2019) e Arese (2020), que apontam a falta de discussão de políticas públicas para a empregabilidade dos colaboradores mais velhos de forma mais efetiva em ambos os países.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as ações de diversidade promovidas por entidades brasileiras e argentinas em prol de seus colaboradores. Para isso, foi conduzida uma pesquisa documental utilizando 89 relatórios de sustentabilidade no padrão da GRI, sendo 26 de entidades localizadas na Argentina e 63 com sede no Brasil. A partir dos procedimentos adotados, pode-se chegar a algumas considerações.

A primeira delas refere-se ao fato de as categorias com maior evidência de ações serem aquelas voltadas à diversidade de gênero e PCD. Conforme defendido, para essas categorias de análise

se existem políticas e leis mais estruturadas, tanto no Brasil quanto na Argentina, o que pode promover uma maior divulgação em relação às ações praticadas pelas entidades. Não obstante, apesar de serem as categorias com maior frequência de evidência, foi possível constatar que ainda existem muitas disparidades entre homens e mulheres e pouca inserção de PCD nas empresas da amostra.

Ainda foi possível identificar que, no Brasil, as políticas de raças e etnias apareceram evidenciadas em diversos relatórios analisados, mesmo não havendo lei ou programa que garanta um percentual mínimo de contratação de pessoas pretas, pardas e indígenas, nem incentivos fiscais para as empresas do setor privado (BATISTA; MASTRODI, 2020).



“Existe uma jornada a trilhar em termos de políticas públicas voltadas a esses grupos, uma vez que não há nenhuma legislação brasileira que regulamenta o trabalho, emprego e renda, tanto em relação à orientação sexual quanto à identidade de gênero.”

Nessa categoria, surge a principal diferença encontrada para os dois países analisados. Na Argentina, não houve evidência de política sobre raça e etnia, considerando a amostra do estudo, o que está em linha com a investigação de Keindé e Mello (2020), que aponta que o racismo foi um problema negado socialmente por muito tempo no país.

A categoria de identidade de gênero e orientação sexual apresentou uma baixa frequência de evidência tanto no Brasil quanto na Argentina. Existe uma jornada a trilhar em termos de políticas públicas voltadas a esses grupos, uma vez que não há nenhuma legislação brasileira que regulamenta o trabalho, emprego e renda, tanto em relação à orientação sexual quanto à identidade de gênero (IRINEU; OLIVEIRA, 2020). Em relação à Argentina, o resultado é contraditório, uma vez que a Lei n.º 27.636/2012

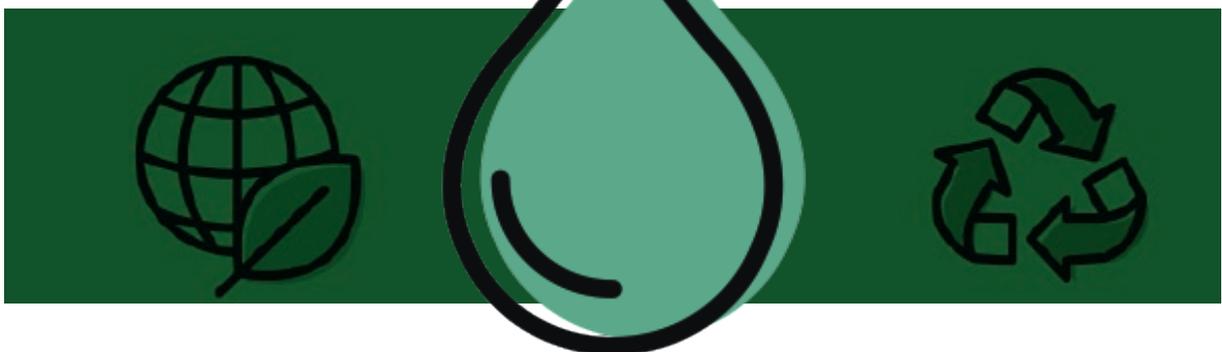
obriga o Estado a reservar pelo menos 1% das vagas na administração pública para travestis, transexuais e transgêneros, além de gerar incentivos fiscais para empresas privadas que seguirem o mesmo rumo.

Finalmente, em relação às questões geracionais, ambos os países estão em estágios iniciais em relação à evidência do combate ao etarismo nas organizações. Este fenômeno é até justificável, pois, segundo o estudo de Arese (2020), há uma falta de políticas direcionada ao tema na Argentina, e, no Brasil, a discussão não está entrando em pautas de políticas públicas de forma mais sólida (FLUMINHAN, 2019).

Deve-se ressaltar que as limitações existentes na pesquisa são de duas ordens. A primeira no aspecto operacional, em que o tamanho da

amostra não é representativo. Dessa forma, não é possível realizar a generalização para empresas fora da base de dados do estudo. E, no aspecto estrutural, tem-se o fato de a categorização dos dados ter sido feita toda de forma manual, havendo a possibilidade de erro ou de falta de informação. Apesar disso, foram adotados procedimentos de verificação pela pesquisa, buscando minimizar possíveis falhas.

Para pesquisas futuras, torna-se relevante compreender, do ponto de vista interno, as entidades como as ações voltadas à promoção da diversidade são desenvolvidas e/ou priorizadas, identificando forças em prol e contrárias ao fenômeno aqui analisado. Além disso, novos estudos cross-culturais também se mostram importantes para uma maior compreensão sobre os aspectos relacionados à diversidade no contexto organizacional.



Referências

ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, v. 14, n. 2, p. 303-333, 2018. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>

ARESE, C. El "edadismo" laboral y previsional. *Revista de Derecho de las Minorías*, v. 3, p. 138-163, 2020. [https://doi.org/10.22529/rdm.2020\(3\)05](https://doi.org/10.22529/rdm.2020(3)05)

ASPIAZU, E. L. Equidad de género, mercado de trabajo y sindicalismo en la Argentina. *Realidad Económica*, v. 284, p. 10-36, 2014.

AVEIRO, P. L. D. *Diversidade e desigualdades em empresas brasileiras: um estudo por meio do relatório de sustentabilidade GRI*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil, p. 145, 2016. <https://doi.org/10.11606/D.96.2016.tde-12072016-110722>

ÁVILA-VITOR, M. R. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Valores organizacionais e concepções de deficiência: a percepção de pessoas incluídas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 4, p. 792-807, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400003>

BATISTA, W. M.; MASTRODI, J. Materialização da ação afirmativa para negros em concursos públicos (Lei N. 12.990/2014). *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 4, p. 2480-2501, 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43825>

BORIN, F.; FIENO, P.; SAMPAIO, B. Diversidade: inclusão ou estratégia. *Harvard Business Review*, p. 87-90, 2015.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. *Revista de Administração*, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0080-2107\(16\)30510-6](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0080-2107(16)30510-6)

DINIZ, A.; CARRIERI, A.; GANDRA, G.; BICALHO, R. Políticas de diversidade nas organizações: As relações de trabalho comentadas por trabalhadores homossexuais. *Revista Economia & Gestão*, v. 13, n. 31, p. 93-114, 2013. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2013v13n31p93>

EGAN, M. L.; BENDICK JR, M. Workforce diversity initiatives of U.S. multinational corporations in Europe. *Thunderbird International Business Review*, v. 45, n. 6, p. 701-727, 2003. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/tie.10098>

FILIPPE, M.; BOMFIM, M. Por que a diversidade faz a diferença. *Revista Exame*. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/por-que-a-diversidade-faz-a-diferenca/>>. Acesso em 02 set. 2021.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas Brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000300003>

FLUMINHAN, V. P. *Reformas previdenciárias e os desafios para a empregabilidade da força de trabalho envelhecida*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil, p. 184, 2019. <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4110>

FREEMAN, R. E.; DMYTRIYEV, S. Corporate Social Responsibility and Stakeholder Theory: Learning From Each Other. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, n. 1, p. 7-15, 2017. <https://doi.org/10.4468/2017.1.02freeman.dmytryev>

FREITAS, N. B. *O olhar da diversidade a partir da perspectiva dos profissionais de gestão de pessoas*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2020. <http://hdl.handle.net/10183/213682>

GRI – Global Reporting Initiative. *Global Reporting Initiative*. 2021a. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

GRI – Global Reporting Initiative. *Our mission and history*. 2021b. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>>. Acesso em: 02 set. 2021.

IRINEU, B. A.; OLIVEIRA, B. A. Um balanço das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 8, n. 16, p. 40-55, 2020. <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2020.16.40-55>

KEINDÉ, W.; MELLO, V. R. R. Relações étnico-raciais na Argentina: história, desigualdades e resistência. *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 3, p. 349-371, 2020. <https://doi.org/10.36517/rcs.50.3.d11>

LEAL, D.; ROSA, A. Transgeneridades em Performance: desobediências de gênero e anticolonialidades das artes cênicas. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, v. 10, n. 3, p. 1-29, 2020. <https://doi.org/10.1590/2237-266097755>

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCENA, K. M. C.; BARAKAT, S. R.; ISABELLA, G.; FISCHMANN, A. A. A influência da estrutura do conselho de administração e da concentração acionária na divulgação de relatórios GRI. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 22, n. 3, p. 608-627, 2020. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i3.4075>

MATTOS, R. L. *Mudanças nas organizações: etarismo e contratação de profissionais 50+*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Competitividade). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, p. 85. 2021. <https://hdl.handle.net/10438/30750>

MYERS, A. O valor da diversidade racial nas empresas. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 483-515, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300005>

OLIVEIRA, L. A.; OLIVEIRA, E. L. A mulher no mercado de trabalho: algumas reflexões. *Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta*, v. 8, n. 1, p. 17-27, 2019. <http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/287>

PEREIRA, J. B. C.; HANASHIRO, D. M. M. Ser ou não ser favorável às práticas de diversidade? Eis a questão. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 4, p. 670-683, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000400007>

PHILIP, J.; SOUMYAJA, D. Workplace diversity and inclusion: policies and best practices for organizations employing transgender people in India. *International Journal of Public Policy*, v. 15, n. 3/4, p. 299-314, 2019. <https://doi.org/10.1504/IJPP.2019.103011>

PRESOTTI, L. *Gerenciar a diversidade cultural nas organizações: caminhos para a inclusão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, p. 152, 2011. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10186>

RAINERI, A. Diversity management in three Latin American countries: an institutional theory perspective. *Academia Revista Latinoamericana de Administración*, v. 31, n.2, p. 426-447, 2018. <https://doi.org/10.1108/ARLA-08-2016-0220>

GUERRA, L. C. R.; RÍOS-OSORIO, L. A. Evaluación de sostenibilidad con metodología GRI. *Dimensión Empresarial*, v. 14, n. 2, p. 73-89, 2016. <https://doi.org/10.15665/rde.v14i2.659>

ROHM, R. H. D.; VALUANO, G. S.; MARTINS, J. O. A. L. Compromisso com a diversidade ou gestão da imagem? Uma análise das empresas filiadas ao Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 8, n. 2, p. 339-382, 2021. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2021.v8n2.457>

SANTOS, S. A. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, 2005. http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf

SANTOS, W. Pessoas com deficiência e inclusão no trabalho na América Latina: desafios à universalização dos direitos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 25, n. 4, p. 839-854, 2017. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR0935>

SARAIVA, L. A. S.; IRIGARAY, H. A. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 3, p. 337-348, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000300008>

SILVA, A. F. M. *Incorporação da sustentabilidade nos processos e práticas de comunicação corporativa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, p. 62, 2011. <http://hdl.handle.net/10362/8066>

SILVA, D. C. *Gestão da diversidade: um estudo de caso em uma organização agroindustrial*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, SP, Brasil, p. 62, 2019. <http://hdl.handle.net/11449/190663>

SILVA, J. T.; RODRIGUES, I.; FERREIRA, G. T. C.; QUEIROZ, M. J. Pilares da diversidade e inclusão em uma multinacional. *Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)*, v. 10, n. 1, p. 43-62, 2020. <https://doi.org/10.20503/recape.v10i1.46101>

SILVEIRA, L. M.; PETRINI, M. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. *Gestão & Produção*, v. 25, n. 1, p. 56-67, 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-530x3173-16>

ZABLUDOVSKY, G. Women managers and diversity programs in Mexico. *Journal of Management Development*, v. 20, n. 4, p. 354-370, 2001. <https://doi.org/10.1108/02621710110388992>



NBC T 16.11 versus NBC TSP 34: as principais mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade sobre custos no setor público

Ao fim de 2021, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC TSP 34, que, a partir de 2024, revoga a NBC T 16.11, ambas sobre custos no setor público. Essa alteração representa um marco no que se refere às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), visto que a NBC T 16.11 é a última das normas de primeira geração a ser revogada. Considerando a novidade normativa, que carece de publicações, e a relevância do tema custos para a sociedade, a classe contábil e as entidades, questiona-se nesta pesquisa as diferenças entre essas duas normas. Nesse sentido, o objetivo do artigo é comparar as duas normas, visando identificar os seus principais pontos de semelhanças e de diferenças. Foi adotada uma abordagem metodológica descritiva e qualitativa, empregando alguns elementos da técnica de análise de conteúdo. São colocados lado a lado, de modo sistemático, diversos pontos estruturais e conceituais das normas, tais como objetivos, alcances, terminologias e disposições. Em síntese: ambas não possuem correlação com as normas internacionais; a nova norma é bem maior do que a antiga, com pouco mais do que o dobro de palavras; a norma antiga tem enfoque mais conceitual, enquanto a nova tem vertente mais gerencial; para a nova norma, os principais usuários da informação de custos são os gestores – embora não sejam os únicos.

Orion Augusto Platt Neto

Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Contador registrado no CRCSC. Possui graduação em Ciências Contábeis, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC. Trabalhou no Serviço Público Federal, tendo ocupado o cargo de Contador e exercido a função de Auditor
E-mail: orion.platt@ufsc.br

Flávio da Cruz

Professor aposentado do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Esag/Udesc). Possui graduação em Ciências Contábeis e mestrado em Administração pela UFSC. Trabalhou como contador de prefeituras e servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
E-mail: flacruz2012@gmail.com

1. Introdução

Em 18/11/2021, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em seu Plenário, a NBC TSP 34, que, a partir de 1º/1/2024, revoga a NBC T 16.11, ambas sobre custos no setor público. Essa representa a revogação da última das normas da primeira geração entre as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Há um intervalo de 10 anos entre essas duas normas sobre custos. Nesse período, houve mudanças importantes na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) no Brasil, que contaram com a participação de agentes como o Grupo Assessor (GA NBC TSP), do CFC, e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), atualmente vinculada ao Ministério da Economia.

Um fato relevante inicial a destacar, comum às duas normas em transição, é que nenhuma possui qualquer correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS). Todavia, a NBC TSP 34 é a única com essa característica entre as NBC TSP de segunda geração vigentes. Não se pode, no entanto, desconsiderar o contexto de convergência internacional que embasa todas as NBC TSP.

A adoção do sistema de custos por entidades do setor público brasileiro tem previsão desde a Lei n.º 4.320/1964, reforçada por

normativos posteriores, tais como o Decreto Lei n.º 200/1967; a Emenda Constitucional n.º 19/1998, referente ao princípio da eficiência na administração pública; e a Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (SANTOS, 2014).

Segundo Lima e Lima (2019), apesar de ter sido iniciada oficialmente em 2008, a reforma da Contabilidade Pública em direção às IPSAS no Brasil ainda se encontra em estágio inicial. Considerando que existem prazos até 2025 para que municípios adotem procedimentos conformes às IPSAS, ainda não é possível afirmar o nível de convergência no país (LIMA; LIMA, 2019).

A primeira geração das NBC TSP foi iniciada em 2008, com a aprovação das 10 primeiras normas – na época, chamadas NBCASP – que compunham a série T 16 das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) – NBC T 16.1 a NBC T 16.10. Essa geração teve sua última inclusão no ano de 2011, com a NBC T 16.11, e sua última mudança em 2013.

A segunda geração das NBC TSP foi iniciada em 2016, com a aprovação da NBC TSP – Estrutura Conceitual, com aplicação a partir de 2017, que iniciou as revogações das normas de primeira geração, que se seguiu gradualmente. Nesse sentido, a atualização da norma sobre custos visou também alinhar o tema ao novo padrão normativo (SOUZA, 2021).

Segundo Morais et al. (2012, p. 4), a NBC T 16.11 “padronizou os conceitos, os objetos, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação de custos no setor público brasileiro”. Souza (2022), membro do GA NBC TSP, esclarece que

essa norma apresenta natureza mais conceitual,

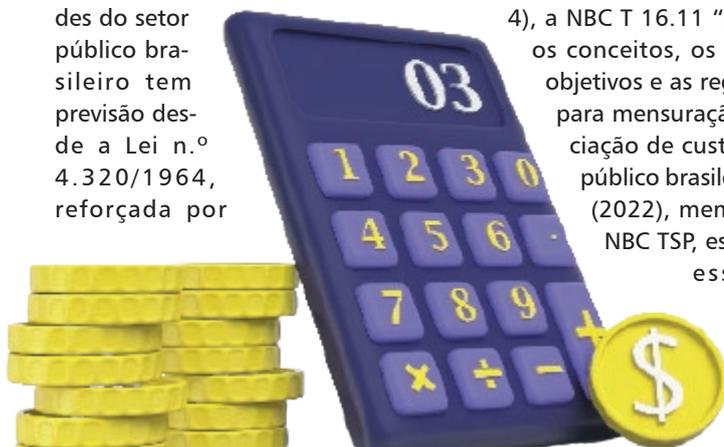
enquanto os agentes demandam orientação mais técnica para implantação de custos. Além de suprir essa lacuna, a NBC TSP 34 visou aumentar a sensibilização (*enforcement*) para a implantação de custos no setor público (SOUZA, 2021).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem a seguinte questão para investigação: *Quais as principais diferenças entre as NBC TSP de primeira e de segunda geração sobre custos do setor público?* Como consequência, o objetivo do artigo é comparar a NBC T 16.11 com a NBC TSP 34, visando identificar seus principais pontos de semelhanças e de diferenças, em caráter descritivo e exploratório. Devido à limitação de espaço, não podem ser abordados e comparados todos os itens e aspectos das normas, mas apenas alguns selecionados.

Com este artigo, busca-se contribuir para o estudo acadêmico e técnico das referidas normas, o que permite compreender alguns pontos priorizados pelo GA NBC TSP no processo de modernização das normas sobre custos dentro do processo de convergência em curso. Principalmente devido à recém-emissão da NBC TSP 34, até o encerramento da presente pesquisa (ao fim do 1º semestre de 2022), não foram encontradas publicações com análises da nova norma ou sobre a mudança, conforme se evidencia na fundamentação teórica a seguir.

2. Fundamentação Teórica

A primeira seção deste capítulo aborda as normas de âmbito nacional e internacional que dispõem sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público para todos os entes públicos do Brasil, buscando-se enfoque sobre custos no setor público. A segunda seção aborda pesquisas anteriores sobre custos no setor público, em âmbito nacional, devido à natureza das normas em tela.



“A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não dispõe diretamente sobre normas de Contabilidade Pública, diferentemente do que acontece com aspectos orçamentários e fiscalizatórios (controles).”

2.1 Normas aplicáveis à Contabilidade Pública

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não dispõe diretamente sobre normas de Contabilidade Pública, diferentemente do que acontece com aspectos orçamentários e fiscalizatórios (controles). Todavia, a Carta Magna exige a disponibilização de informações e dados contábeis e a fiscalização contábil no setor público. Além disso, a Constituição (1988) dispõe sobre a criação de leis complementares para regular finanças públicas, dívida pública, exercício financeiro, gestão financeira e patrimonial, fundos, entre outros aspectos ligados às contas públicas.

Recepcionada pela Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 4.320/1964 (BRASIL, 1964, art. 1º) estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços de todos os entes públicos. Essa Lei dispõe que a Contabilidade tem o papel de evidenciar “os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial” (BRASIL, 1964, art. 89). A Lei n.º 4.320/1964 (BRASIL, 1964, arts. 85 e 99), todavia, é sucinta em disposições sobre custos.

Esse cenário mudou no ano de 2000, com a edição da Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar n.º 101/2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal” (BRASIL, 2000, art. 1º). O objetivo dessa Lei, em síntese, é buscar o equilíbrio das contas públicas por meio da ação planejada e transparente dos entes públicos. Uma inovação importante da LRF é a exigência de que a administração pública mantenha “sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial” (BRASIL, 2000, art. 50, § 3º). Assim, a Lei expressa a finalidade do sistema de custos.

O Decreto-Lei n.º 9.295/1946 estabelece as atribuições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), dentre as quais está: “editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional” – alínea incluída pela Lei n.º 12.249/2010 (BRASIL, 1946, art. 6, d). Com esse fundamento, o CFC emite as NBC. Particularmente para a administração pública, são editadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

A sigla NBC TSP começou a ser adotada em 2009, a partir da já revogada Resolução CFC n.º 1.156/2009 (CFC, 2009), sobre a estrutura das NBC. Atualmente,

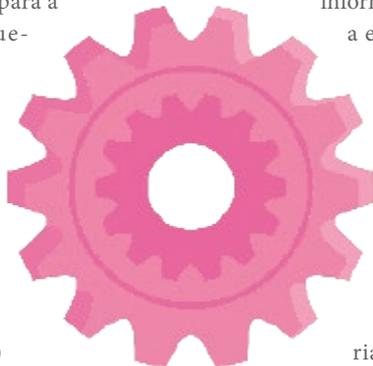
a estrutura é regulada pela Resolução CFC n.º 1.328/2011 (CFC, 2011, art. 4º): “As Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas se estruturam conforme segue: [...] II – do Setor Público – NBC TSP – são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela *International Federation of Accountants* (Ifac); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais” (CFC, 2011, art. 4º, inciso II).

Na referida Resolução, observa-se a intenção do CFC de editar normas convergentes às normas da Ifac, bem como outras normas sem equivalentes internacionais. A Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês) mantém, em sua estrutura, o Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB), também chamado de *IPSAS Board*. O IPSASB é um conselho independente, apoiado pela Ifac (2010, p. 20), e “constituído para desenvolver e emitir sob sua própria autoridade Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público”, as IPSAS.

A primeira geração das NBC TSP foi emitida entre 2008 e 2014, sem correlações com as IPSAS. Em 2008, o Plenário do CFC aprovou as 10 primeiras, que constituíam as NBC da série T 16, sobre “Aspectos Contábeis Específicos da Gestão Governamental”. Houve a inclusão da NBC T 16.11 em 2011, além de alterações e revogações posteriores. As 10 primeiras entraram em vigor em 25/11/2008, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU). As NBC T 16 foram apenas inspiradas nas normas internacionais, ou seja, não eram convergidas.

A emissão das NBC TSP de segunda geração, convergidas às IPSAS, foi iniciada em setembro de 2016, quando o Plenário do CFC aprovou a NBC TSP – Estrutura Conceitual, com efeitos aplicados a partir de 1º/1/2017. Nos anos seguintes, até o fim de 2021, seguiram-se as aprovações das NBC TSP 01 a 34. Essas normas são elaboradas pelo Grupo Assessor (GA NBC TSP), apoiado pelo CFC, cujos trabalhos de harmonização são assim descritos:

No ano de 2015, o CFC reformulou o GA NBC TSP, com o objetivo de impulsionar o processo de convergência das normas contábeis do setor público aos padrões internacionais. Nesta nova fase, o trabalho do GA NBC TSP tem sido o de harmonizar as normas internacionais (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) à realidade brasileira. A harmonização exige não apenas a tradução das normas para a língua portuguesa, mas a análise sobre a aplicabilidade do contexto das normas internacionais à realidade dos entes públicos brasileiros. (CFC, 2022)



O GA optou pelo método indireto para adoção das IPSAS, ou seja, adaptou as normas internacionais à legislação brasileira, em vez de emitir uma tradução direta.

De todas as 35 NBC TSP de segunda geração aprovadas até 2021, apenas a NBC TSP 34 não possui correlação com as IPSAS. Todavia, tal falta de correlação não significa falta de amparo normativo e conceitual. Nesse contexto, a Estrutura Conceitual é a norma basilar, visto que “estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais” NBC TSP, sendo tais conceitos “aplicáveis à elaboração e à divulgação formal dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs)” (CFC, 2016, item 1). Cabe destacar que a Estrutura Conceitual revogou as NBC T 16.1 a 16.5, determinados itens da NBC T 16.6 (R1) e a Resolução CFC n.º 750/1993, relativa aos princípios de Contabilidade, entre outras.

A Estrutura Conceitual possui diversas disposições que mostram a relação das normas e relatórios contábeis aos custos no setor público, dentre as quais merecem menção os itens 2.10, 2.12, 2.15 e 3.8, com um extrato do primeiro aqui transcrito (CFC, 2016, item 10):

2.10 A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras são necessárias para o atendimento

da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) [...].

Observa-se que informações sobre custos são um conteúdo importante a constar nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público (RCPG), com vistas a apoiar os processos decisórios dos usuários da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Após o GA NBC TSP estudar as matérias e elaborar as minutas das NBC TSP, o CFC as submete à audiência pública, visando captar sugestões para aprimoramentos. Com a aprovação no Plenário do CFC, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) altera o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que “leva o normativo de forma prática para implantação nos demais entes federativos” (CFC, 2022), de modo que o Manual funciona “como um filtro normativo de aplicabilidade das NBC TSP” (CFC, 2022).

A STN, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, tem atribuição de desenvolver ações no sentido de promover a convergência às normas internacionais da Ifac e às NBC TSP, “respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente”, conforme preceitua a Portaria n.º 184/2008, do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2008, art. 2º).

Desde 2008, em sua primeira edição, o MCASP faz parte das ações da STN, em consonância com as orientações estratégicas para a CASP (CFC, 2008). O MCASP faz a intermediação e dispõe sobre quando e como cada aspecto das NBC TSP será aplicado aos entes públicos. Por isso, em caso de eventuais conflitos com outros normativos, prevalecem as suas disposições, acima das NBC TSP (BRASIL, 2021). No ano de 2022, aplica-se a 9ª edição MCASP (BRASIL, 2021) a todos os entes. Todavia, até essa edição, não há disposições específicas sobre implantação de sistemas de custos e cumprimento da NBC T 16.11.

“Cabello, Bilancieri e Azevedo (2019) identificaram que têm crescido os estudos sobre o nível de conformidade na adoção das normas de Contabilidade aplicadas ao setor público no Brasil, abrangendo as três esferas de Governo. Todavia, a maior parte não enfoca normas ligadas a custos no setor público.”

De acordo com entrevistas realizadas por Lima e Lima (2019), gatilhos diversos impulsionam a atuação de instituições na reforma da CASP brasileira: enquanto o CFC passou a tratar o assunto devido a pressões normativas concernentes às demandas da profissão contábil, as motivações da STN parecem estar mais relacionadas com a necessidade de uniformização e consolidação das contas públicas, influenciadas pelas exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), no que se refere à elaboração de estatísticas fiscais. Por sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) não tem atuado ativamente na fiscalização das NBC TSP.

2.2 Pesquisas anteriores sobre normas de custos no setor público

Cabello, Bilancieri e Azevedo (2019) identificaram que têm crescido os estudos sobre o nível de conformidade na adoção das normas de Contabilidade aplicadas ao setor público no Brasil, abrangendo as três esferas de Governo. Todavia, a maior parte não enfoca normas ligadas a custos no setor público.

Glenski et al. (2021, p. 126) realizaram um estudo bibliométrico que “explorou a produção

acadêmica sobre custos no setor público, nos periódicos nacionais, classificados pela Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), como da área de Ciências Contábeis, no período de 2004 a 2018”. Foram consultados 34 periódicos; 20 deles publicaram 40 artigos sobre o tema (GLENSKI et al., 2021). Os resultados evidenciaram que o maior número de publicações ocorreu no ano de 2012; a Revista de Contabilidade e Organizações (RCO) teve o maior número de publicações (6 artigos); e a instituição com mais autores foi a Universidade de São Paulo (USP) (GLENSKI et al., 2021). Este estudo não abrangeu produções anteriores a 2004 e as publicadas em anais de eventos, bem como aquelas em revistas fora da área. Com isso, trabalhos seminais, relevantes e antigos podem não ter sido captados.

Antes disso, Oliveira, Silva e Silva (2016, p. 1) buscaram identificar as principais pesquisas de jornais acadêmicos sobre implementação de custos no setor público brasileiro, mediante revisão de literatura com método qualitativo e análise de conteúdo. Identificaram 10 pesquisas acadêmicas: “prescrevendo modelos, diretrizes e processos; su-

gerindo métodos de custeio; identificando e conceituando fatores ou aspectos limitadores do processo de implantação; confrontando pesquisas nacionais com as internacionais; e, por último, identificando a percepção de profissionais da área” (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2016, p. 1). Os autores (2016, p. 1) concluíram que:

Apesar da predominância prescritiva dos estudos e do aparato legal e normativo existente no Brasil, tais pesquisas mencionaram poucos avanços práticos na implantação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público, o que pode caracterizar a necessidade de estudos mais intensivos sobre os aspectos limitadores que vêm dificultando esse processo.

Alves, Martins e Martins (2017) também detectaram que as revistas refletem a escassa produção nacional sobre custos no setor público, mediante pesquisa bibliográfica em periódicos com *Qualis* superior a B4, no horizonte entre 2009 e maio de 2014. Os autores detectaram, entre outros aspectos, que os artigos são baseados em problemas e soluções isoladas, não se embasam em experiências anteriores e não apresentam continuidade (ALVES; MARTINS; MARTINS, 2017).

Apesar de o foco do presente artigo ser nacional, visto que as NBC TSP sobre custos são produção brasileira sem correlação às IPSAS, cumpre mencionar a pesquisa de Messias, Ferreira e Soutes (2018, p. 585), que investigou “experiências internacionais relativas à implementação de sistemas e ferramentas de gestão de custos, de forma a identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos entes governamentais no processo, além dos benefícios proporcionados à gestão”. Por meio de estudo bibliométrico e análise de conteúdo, os autores consideraram 17 artigos internacionais, publicados entre 2001 e 2016, que apresentavam casos de implantação ou apenas discutiam a temática ou a metodologia do tema (MESSIAS; FERREIRA; SOUTES, 2018).

Segundo Oliveira, Silva e Silva (2016, p. 1), apesar de um sistema de informação de custos no setor público brasileiro ter sido considerado necessário legalmente desde o ano de 1964 (por conta da Lei n.º 4.320), “só a partir do final da década de 1990 que essa discussão passou a ter evidência nos âmbitos acadêmico e profissional da contabilidade pública do Brasil”.

Nesse sentido, uma das primeiras obras sobre custos no setor público é de Cruz (1995), publicada nos Anais do II Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos, da As-

sociação Brasileira de Custos (ABC). Tratava-se de uma proposta focada na funcional-programática, uma classificação antiga da despesa orçamentária. A proposta foi baseada em uma experiência prática do autor (CRUZ, 1995, p. 11), “acontecida desde 1987, quando participou da equipe de consultores que desenvolveu um modelo de avaliação para um programa público financiado pelo BIRD ao governo catarinense”; a sigla BIRD refere-se ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, instituição ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o sistema de Contabilidade Pública da época, com todas as limitações inerentes, foi aproveitado na medida do possível, visando iniciar a aplicação e a difusão do tema, antes mesmo da Constituição Federal de 1988.

Logo após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Cruz e Platt Neto (2001, p. 1) abordaram “as dificuldades para adoção de metodologias de acompanhamento e controle de custos nos municípios brasileiros e a necessidade de pesquisas universitárias voltadas para solucioná-las”. Eles destacam a imposição normativa trazida pela LRF, em contraste com limitação da Lei n.º 4.320/1964, e analisam o espaço aberto aos contadores (CRUZ; PLATT NETO, 2001). Os autores diagnosticam que a implantação de sistemas de custos enfrenta “dificuldades estruturais e conjunturais tanto na contabilidade, quanto nos modelos gerenciais adotados” e, nesse sentido, propõe que sejam adotadas iniciativas imediatas e diretas por parte dos municípios, no sentido de assegurarem sua autonomia, por meio de sistema contábil próprio (CRUZ; PLATT NETO, 2001, p. 1).

Antes da NBC T 16.11, Machado e Holanda (2010, p. 793) detectaram que, “não obstante as determinações legais, o fato é que

a administração pública até 2010 [...] não utilizava sistema de custos, salvo por iniciativas isoladas de alguns órgãos”. Segundo os autores (2010), isso se dava pela ausência de sistema e de metodologia adequada para aplicação sistemática e uniforme. Nesse cenário, eles apresentam um modelo teórico e conceitual, com diretrizes e descrição do processo de implantação do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal.

Logo após a edição da NBC T 16.11, Morais e Platt Neto (2011, p. 1 e 12) identificaram que as perspectivas associadas à reforma da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) se referem à utilização da depreciação e a implementação do subsistema de custos, além da possibilidade de maior reconhecimento, avaliação e evidenciação dos ativos (tais como imóveis, infraestrutura, bens de uso comum e recursos naturais), passivos e provisões. Os resultados da pesquisa sugerem que apenas tal reforma pode promover a devida distinção entre o orçamento e a Contabilidade, a partir da adoção do regime de competência para a contabilização do patrimônio público (MORAIS; PLATT NETO, 2011), representando uma base consistente para a apuração de custos.

Alguns anos depois, já em período de adoção obrigatória do regime de competência conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), visando contribuir para a adoção da NBC T 16.11, Fernandes e Bezerra (2016, p. 204) propuseram “diretrizes para implantação de Subsistema de Mensuração e Acumulação de Informação de Custos no Setor Público (SMAIC-SP)”, integrado às NBC TSP. O modelo proposto buscou abrangência geral e aplicação a todos os entes, considerando que as informações de custos geradas poderiam contribuir para a prestação de contas, a tomada de decisões e a instrumentalização do controle social (FERNANDES; BEZERRA, 2016).



“Quanto aos objetivos, a pesquisa de base do presente artigo é classificada como descritiva, embora contenha elementos exploratórios, visto que serve para um mapeamento inicial das diferenças entre as normas enfocadas.”

Em artigo mais recente, publicado no CBC, também à luz da NBC T 16.11, Xavier Junior et al. (2019) analisaram a relação entre desempenho e custos no setor público, tendo as universidades federais como objeto. Os autores empregaram as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) nas análises, ou seja, as despesas sob o regime de competência, e apuraram o custo por aluno equivalente, a partir das VPD totais de cada instituição, com vistas a minimizar os efeitos de porte. “Os resultados sugerem que existe relação entre desempenho e custos nas universidades federais do Brasil, na medida em que, dos 10 (dez) indicadores de desempenho utilizados na pesquisa, 7 (sete) têm correlação estatisticamente significativa com os custos” (XAVIER JUNIOR et al., 2019, p. 1).

Não foram detectados artigos e estudos sobre a NBC TSP 34 em bases acadêmico-científicas, nem em buscas abertas na internet, devido ao fato de que a norma é muito recente em relação ao presente estudo.

Cumprir mencionar a existência de iniciativas de segmentos técnicos. Dentre elas, destaca-se o Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público, realizado pela STN e pelo CFC, que, no ano de 2021, teve a sua 7ª

edição. Quanto a livros técnicos recentes, merece menção a obra de Mauss e Souza (2020), intitulada “Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público”, em 2ª edição; a 1ª edição foi lançada no ano de 2008.

3. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos objetivos, a pesquisa de base do presente artigo é classificada como descritiva, embora contenha elementos exploratórios, visto que serve para um mapeamento inicial das diferenças entre as normas enfocadas. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é documental. Segundo Raupp e Beuren (2014, p. 89), a pesquisa documental “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Assim, permite identificar e interpretar dados brutos, de modo a extrair seus respectivos significados.

A pesquisa realizou a análise comparada de duas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC): a NBC T 16.11 e

a NBC TSP 34. Em relação à NBC T 16.11, foi utilizada a redação final da Resolução CFC n.º 1.366/2011, consolidada com as alterações promovidas pela Resolução CFC n.º 1.437/2013, excluídos os textos revogados. Isso fez tal norma ser reduzida em 574 palavras em relação à versão constante no sítio do CFC. Quanto à NBC TSP 34, foi apenas corrigida uma quebra de página, o que fez o número de páginas cair em uma.

Na área da Contabilidade, existem outras pesquisas documentais de natureza normativa, tal como a de Costa, Theóphilo e Yamamoto (2012), que compararam normas do CFC com as respectivas normas internacionais, visando identificar se existiam diferenças relevantes entre os pronunciamentos brasileiros e as normas internacionais, empregando análise de conteúdo.

Na presente pesquisa, foram empregados alguns elementos da técnica de análise de conteúdo, de Bardin (1997, p. 9), que representa “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. É uma técnica frequente em pesquisas qualitativas. A análise considerou as duas normas mencionadas sobre custos no setor público, a partir de documentos disponíveis no sítio do CFC em maio de 2022.

Foi realizada a análise sistemática das duas normas, com foco em comparações sobre: (1) aspectos estruturais (páginas, seções, itens, palavras, etc.); (2) objetivo, alcance, aplicação e vigência; e (3) alguns aspectos conceituais selecionados.

Para auxiliar na identificação de semelhanças e diferenças entre as normas, foi também empregada a ferramenta gráfica nuvem de palavras (*word cloud*), que seleciona e apresenta as palavras com maiores números de ocorrências nos textos, dando ênfase de tamanho às mais recorrentes. Trata-se de uma ferramenta comum em pesquisas documentais e bibliométricas, inclusive na área da Contabilidade. Para confecção da nuvem de palavras, utilizou-se a aplicação Wordart (<https://wordart.com/>). Os procedimentos específicos constam na nota da Figura 1.

4. Resultados da Pesquisa

Este capítulo está estruturado em 4 seções, que buscam atender às comparações estabelecidas no capítulo de metodologia. Devido à ausência de estudos anteriores sobre a NBC TSP 34, optou-se por não incluir uma seção própria de discussão dos resultados. Algumas discussões são trazidas ao longo de todo o artigo. Para simplificar as menções, em algumas ocasiões, a NBC T 16.11 é chamada de “norma antiga” e a NBC TSP 34 de “norma nova”.

4.1 Identificação das normas

O Quadro 1 reúne, de modo comparado, os principais parâmetros identificadores das duas normas em análise.

Com base no Quadro 1, sobre essas duas normas, constata-se que: há um intervalo de 3.646 dias (aproximadamente 10 anos) entre as aprovações pelo Conselho



Notas: conectivos e termos genéricos foram descartados; palavras com apenas uma ou duas ocorrências foram descartadas ou ligadas a termos associados; e conjugações verbais foram unidas. Fonte: elaborada com os textos das normas e o Wordart.

Quadro 1 – Principais aspectos de identificação e dimensão das normas

Aspectos	NBC T 16.11 a	NBC TSP 34 b
Tema	“Sistema de Informação de Custos do Setor Público”	“Custos no Setor Público”
Fundamento legal	Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 c	Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 c
Período de audiência d	[início não informado] a 18/10/2010	30/4/2021 a 1º/8/2021
Resolução de aprovação	Resolução CFC n.º 1.366/2011	- [Não há]
Datas de aprovação e publicação no DOU	25/11/2011 2/12/2011	18/11/2021 10/12/2021
Alterações	Resolução n.º 1.437, de 22/3/2013	- [Não há]
Correlação com IPSAS	- [Não há]	- [Não há]
N.º de itens	27	78
N.º de seções de 1º nível	12	20
N.º de páginas	8	14
N.º de palavras	2.713	5.608

Notas: a Para a NBC T 16.11, foi utilizada a redação final da Resolução CFC n.º 1.366/2011, consolidada com as alterações promovidas pela Resolução CFC n.º 1.437/2013, excluídos os textos revogados. b Para a NBC TSP 34, foi corrigida uma quebra de página no arquivo disponibilizado pelo CFC. c Alterado pela Lei n.º 12.249/2010. d Conforme agenda de audiências públicas do CFC. Fonte: elaborado com base em dados das normas (CFC, 2011 e 2021).

Federal de Contabilidade (CFC); ambas possuem o mesmo fundamento legal; nenhuma possui correlação com normas internacionais; a norma nova possui 51 itens a mais do que a antiga – 188,9% maior; a norma nova possui 8 seções a mais do que a antiga – 66,7% maior; a norma nova possui 6 páginas a mais do que a antiga – 75,0% maior; e a norma nova possui 2.895 palavras a mais do que a antiga – 106,7% maior (pouco mais do que o dobro).

Destaca-se que não há qualquer menção às Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS) ou à Federação Internacional de Contadores (Ifac) em nenhuma das normas. Nenhuma delas aborda qualquer base legal ou normativa diferente das NBC e do próprio Decreto-Lei n.º 9.295/1946, que estabelece atribuições do CFC. Todavia, apenas a NBC TSP 34 está alinhada ao novo padrão normativo de convergência às IPSAS (SOUZA, 2021).

Também não há menções à Constituição Federal, à Lei n.º 4.320/1964, à Lei Complementar n.º 101/2000, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) ou a outros normativos ou autoridades específicas do setor público estatal brasileiro. Todavia, apenas a NBC T 16.11 menciona a existência de normativos no Brasil: “Vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de transparência e prestação de contas, seja para controle interno, externo ou controle social” (CFC, 2011, item 8).

O sumário da nova norma é mais detalhado. Em comum entre os dois sumários, estão os nomes das três primeiras seções: Objetivo; Alcance; e Definições – que é aspecto comum entre as NBC TSP. Destaca-se que coincidências em nomes de seções não implicam similaridades de conteúdos, assim como diferentes nomes podem abranger conteúdos similares.

A Figura 1 apresenta as nuvens de palavras das duas normas, lado a lado.

Observa-se, em comum nas duas nuvens, a dominância dos termos “custo”, “informação” e “objeto”. Outros termos também são comuns, porém com diferentes intensidades, tais como “serviço”, “custeio”, “entidade”, “deve(r)”, “público” e “sistema”.

Há outras palavras que só aparecem na nuvem da nova norma, como “desempenho”, “gerenciamento”, “gestão” e “decisão”. Enquanto a NBC TSP 34 apresenta 20 ocorrências de “desempenho” e 31 de “gerenciamento”, na NBC T 16.11 essas palavras ocorrem apenas 2 vezes e 1 vez, respectivamente. Isso evidencia uma mudança do enfoque de custos na nova norma, com vertente mais gerencial, como ramo da Contabilidade, conforme explicado por Souza (2021).

A NBC TSP 34 é explícita ao dis-

Quadro 2 – Objetivo, alcance, aplicação e vigência

Aspectos	NBC T 16.11	NBC TSP 34
Objetivo da norma	“1. Esta Norma estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).”	“1. Esta Norma tem por objetivo estabelecer diretrizes e padrões a serem observados na implementação do sistema de custos. Trata de critérios para geração da informação de custos, como instrumento de governança pública, e aponta para o importante papel do gestor na adoção efetiva de modelos de gerenciamento de custos.”
Alcance	“7. O SICSP é obrigatório em todas as entidades do setor público.”	“3. Esta Norma se aplica às entidades do setor público, conforme alcance definido na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL.”
Aplicação / enfoque	“8. Vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de transparência e prestação de contas, seja para controle interno, externo ou controle social. Além dos aspectos legais, esta Norma também destaca o valor da informação de custos para fins gerenciais. Sua relevância para o interesse público pode ser entendida pelo seu impacto sobre a gestão pública, seja do ponto de vista legal ou de sua utilidade.”	“2. O apoio da alta administração é imprescindível para implementar modelo de gerenciamento de custos que propicie a utilização da informação de custos como ferramenta de auxílio aos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização.” “4. Esta Norma trata principalmente do uso da informação de custos para fins gerenciais.”
Vigência / aplicação	“Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012. A entidade que esteja sujeita a legislação que estabeleça prazo distinto para início da sua adoção pode adotar esta Norma a partir do prazo estabelecido por aquela legislação.”	“Esta Norma deve ser aplicada pelas entidades do setor público a partir de 1º de janeiro de 2024, salvo na existência de algum normativo em âmbito nacional que estabeleça prazos específicos, casos em que estes prevalecem, e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Resolução CFC n.º 1.366/2011, que aprovou a NBC T 16.11, e a Resolução CFC n.º 1.437/2013 [...]”

Fonte: elaborado com base em transcrições das normas (CFC, 2011 e 2021).

por que “o objetivo desta Norma é apurar custos para fins gerenciais” (CFC, 2021, item 21). Nesse sentido, “a informação de custos deve ser útil para subsidiar a avaliação das políticas públicas, apresentando os resultados alcançados, consubstanciados em relatórios contendo seus indicadores de desempenho” (CFC, 2021, item 77). Essa representa, portanto, uma novidade importante, sem paralelo na norma antiga.

4.2 Objetivo, alcance, aplicação e vigência das normas

O Quadro 2 reúne transcrições de aspectos básicos das duas normas em análise, lado a lado.

A partir do Quadro 2, observa-se que a NBC T 16.11 é mais conceitual, e a NBC TSP 34 tem maior enfoque sobre a implementação e

o gerenciamento de custos – o que não significa que a norma antiga não aborde os fins gerenciais, conforme se observa no item 8. Seus campos de aplicação são similares, ou seja, ambas se destinam às entidades do setor público. Nesse ponto, o diferencial da NBC TSP 34 é fazer menção à Estrutura Conceitual, visto que se coloca entre as normas de nova geração.

Quanto à vigência, apesar de ambas estarem aprovadas pelo CFC e publicadas no DOU, a NBC TSP 34 revoga a NBC T 16.11, a partir de 1º/1/2024, quando passa a ter aplicação. Todavia, ambas estão sujeitas a normativos em âmbito nacional que estabelecem prazos específicos diferentes – no caso, o principal normativo aplicável é o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, fundamentado na seção 2.1).

4.3 Outros aspectos selecionados para comparação

Sem a pretensão de esgotar os conteúdos de cada norma, nos itens a seguir são tratados alguns aspectos temáticos selecionados para a comparação.

Objetivos do sistema de custos: a NBC T 16.11 possui um item que estabelece 5 objetivos para o seu subsistema de custos, enquanto a NBC TSP 34 possui 3 itens com 10 objetivos (1 no item 14 e 9 no item 15) para o sistema, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Observa-se, no Quadro 3, que os 5 primeiros objetivos (letras “a” a “e”) do item 3 da norma antiga e do item 15 da norma nova possuem diversas similaridades, embora não sejam iguais. Os objetivos das letras “f” a “i” do item 15 da NBC TSP 34 trazem algumas novidades, como: atender diversos níveis gerenciais; subsidiar estudos que contribuam para a busca de eficiência no setor público; e apoiar o monitoramento do planejamento estratégico. Apesar de só aparecerem uma vez, os termos “eficiência” e “planejamento estratégico” são exclusivos da nova norma.

Sistemas x subsistemas: a NBC T 16.11 emprega o termo “Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP)”, definido como aquele que “registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública” (CFC, 2011, item 2). O emprego desse termo deriva da já revogada NBC T 16.2, que dispunha que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) era organizada na forma de um sistema de informações composto por subsistemas. A NBC TSP 34 define que: “Sistema de custos compreende o modelo de gerenciamento de custos, o sistema de informação de custos e a definição de funções e responsabilidades organizacionais com o intuito de gerar informações de custos como instrumento de go-

Quadro 3 – Objetivos dos sistemas de custos	
NBC T 16.11	NBC TSP 34
<p>“3. O SICSP de bens e serviços e outros objetos de custos públicos têm por objetivo: (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade; (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades; (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço; (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados; (e) apoiar programas de controle de custos e de melhoria da qualidade do gasto.”</p>	<p>“14. O sistema de custos deve ser organizado de forma a propiciar o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos fundamentados nas diretrizes da alta administração de cada entidade, que norteiem os aspectos conceituais e sistêmicos para o seu desenvolvimento e implantação. Diante desses fundamentos, o processo de geração da informação de custos deve ter foco nos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização.”</p> <p>“15. O sistema de custos possui diversos objetivos, incluindo: (a) mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade, bem como dos demais objetos de custos; (b) apoiar a avaliação de desempenho, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os de outras entidades, públicas ou privadas, estimulando sua melhoria; (c) subsidiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço, introduzir novos produtos e serviços, descontinuar antigos, estabelecer tarifas; (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções e definições de tarifas e preços aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados; (e) subsidiar ações de planejamento, monitoramento de custos e melhoria da qualidade do gasto; (f) produzir informações que atendam aos diversos níveis gerenciais da entidade; (g) subsidiar estudos com vistas a promover a busca pela eficiência nos órgãos e entidades do setor público; (h) direcionar políticas de contingenciamento do gasto público com o objetivo de minimizar seus impactos nas ações governamentais; e (i) apoiar o monitoramento do planejamento estratégico.”</p>

Fonte: elaborado com base em transcrições das normas (CFC, 2011, item 3; 2021, itens 14-15).

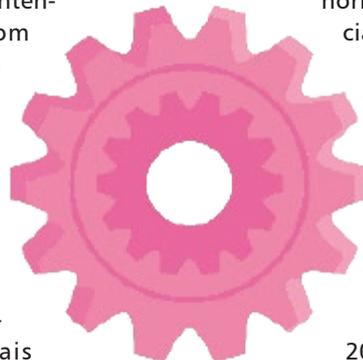
vernância pública”; e que “Sistema de informação de custos é o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e demais objetos de custos” (CFC, 2021, item 5).

Obrigatoriedade da adoção: as duas normas são taxativas quanto ao dever de as entidades do setor público adotarem sistema de custos (CFC, 2011, item 7; CFC, 2022, item 24).

Usuários das informações: a NBC TSP 34 amplia o enfoque sobre os usuários da informação de custos, contendo uma seção com 4 itens sobre o tema. Ao todo, a nova norma emprega 13 vezes o termo “usuário(s)”, contra 4 ocorrências na NBC T 16.11. Apesar de reconhecer os demais

usuários, a nova norma estabelece que os principais usuários da informação de custos são os gestores, em suas decisões sobre a aplicação de recursos (CFC, 2021, itens 7-8).

Regime de competência: as duas normas requerem a adoção do regime de competência na geração de informações de custos (CFC, 2011, item 14; CFC, 2021, item 67). A norma antiga ainda faz referência ao princípio da competência – entre os princípios de Contabilidade já revogados –, enquanto a nova norma tem a competência como parte de sua estrutura basilar. A norma de nova geração enfatiza que “o que determina o custo do período é o momento do consumo, que equivale ao fato gerador contábil” (CFC, 2021, item 23).



“Porte das entidades: a NBC TSP 34 dispõe que o porte não justifica a ausência de iniciativas quanto ao desenvolvimento de modelo de gerenciamento de custos nem de sistema de informação de custos (CFC, 2021, item 65). A NBC T 16.11 não menciona o porte das entidades.”

Métodos de custeio: as duas normas definem “método de custeio” de forma similar: “se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado”, segundo a NBC T 16.11 (CFC, 2011, item 9). A NBC TSP 34 apenas substitui a palavra “apropriação” por “atribuição” (CFC, 2021, item 5).

Mudam os métodos exemplificados como os principais: de “direto; variável; por absorção; por atividade; pleno” na norma antiga; para “direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno)” na nova (CFC, 2011, item 9; 2021, item 5). Assim, nota-se que: o “por atividade” sai; o “por absorção” passa a ser chamado de “por absorção parcial”; e o “pleno” passa a ser chamado de “por absorção integral”. Na nova norma, o Custeio Baseado em Atividades (ABC) não é tratado como um método, mas como uma “técnica que pode ser utilizada para fazer o rastreamento de custos indiretos até os objetos de custo final [...] pode ser utilizado para operacionalizar métodos de custeio como o custeio por absorção parcial e o custeio por absorção integral (custeio pleno)” (CFC, 2021, item 38).

Evidenciação/divulgação das informações de custos: a norma

antiga possui seção de “Evidenciação das informações de custos”, contendo apenas o item 13. A norma nova possui 4 itens em seção intitulada “Divulgação”. Apesar de o item 13 da NBC T 16.11 abordar apenas o dever de a entidade evidenciar seus objetos de custos em notas explicativas (com uma série de detalhes metodológicos), outra seção estabelece que “as informações de custos descritas nesta Norma podem subsidiar a elaboração de relatórios de custos, inclusive da Demonstração do Resultado Econômico (DRE)” (CFC, 2011, item 25). Por sua vez, a NBC TSP 34 emprega a seção de divulgação para recomendar “que a entidade divulgue relatório de custos em base regular, com periodicidade mínima anual, demonstrando o desempenho de sua atuação ao longo do tempo, contendo análise e interpretação do consumo dos recursos à sua disposição e explicações de eventuais variações ocorridas no período” (CFC, 2021, item 70) – sem quaisquer menções a demonstrativos específicos.

Processos de implantação: a NBC T 16.11 aborda apenas a implantação do SICSP (CFC, 2011, item 21). As disposições da NBC TSP 34 são as mesmas da norma antiga, porém chama isso de “modelo de gerenciamento de custos” (CFC, 2021, item 63). A nova norma

aborda também a implantação do “sistema de informação de custos” (CFC, 2021, item 64).

Porte das entidades: a NBC TSP 34 dispõe que o porte não justifica a ausência de iniciativas quanto ao desenvolvimento de modelo de gerenciamento de custos nem de sistema de informação de custos (CFC, 2021, item 65). A NBC T 16.11 não menciona o porte das entidades.

Integração de sistemas: as duas normas destacam o dever de integração entre o sistema de informações de custos e outros sistemas organizacionais, como orçamento, patrimônio e folha de pagamento (CFC, 2011, itens 19-20; CFC, 2021, itens 59-62). O sistema de custos deve capturar e buscar o aprimoramento dos dados financeiros e físicos. Todavia, a NBC TSP 34 permite que a “entidade utilize procedimentos manuais para alimentar o sistema de informação de custos, quando esse sistema for alicerçado em base simplificada, por exemplo, planilhas eletrônicas, desde que garantidas a conformidade e a rastreabilidade dos dados” (CFC, 2021, item 60). Conforme tratado na revisão de literatura, Messias, Ferreira e Soutes (2018) identificaram a não integração do sistema de custos com os demais sistemas estruturantes como sendo um dos maiores dificultadores do processo.

Características/Atributos da informação de custos: conforme a NBC T 16.11, há 9 atributos da informação de custos: relevância; utilidade; oportunidade; valor social; fidedignidade; especificidade; comparabilidade; adaptabilidade; e granularidade (CFC, 2011, item 12). A NBC TSP 34, por sua vez, estabelece 6 características qualitativas da informação de custos: relevância; representação fidedigna; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade (CFC, 2021, item 12). Essas últimas são as mesmas 6 características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (CFC, 2016, item 3.2). Apenas a nova norma aborda as restrições da informação quanto a essas características.

Responsabilidades: conforme a norma antiga, “a responsabilidade pela consistência conceitual e apresentação das informações contábeis do subsistema de custos é do profissional contábil”, enquanto “a análise, a avaliação e a verificação da consistência das informações de custos são de responsabilidade da entidade do setor público” (CFC, 2011, itens 24 e 22). Para a norma nova, “a geração das informações de custo é atribuição do profissional da contabilidade, mas a integridade e fidedignidade das informações extraídas das bases de dados de origem são de responsabilidade dos gestores das transações registradas nos sistemas integrados ao sistema de informação de custos”

(CFC, 2021, item 66). Assim, cada norma segrega deveres dos contabilistas e dos gestores das entidades, responsáveis pelas bases de dados e sistemas. Nenhuma dessas normas aborda auditoria ou fiscalização para verificação da veracidade dos dados e das informações.

Accountability, transparência e controle social: O termo *accountability* não aparece nas normas. Todavia, o termo “prestação de contas e responsabilização”, que na NBC TSP – Estrutura Conceitual se relaciona à *accountability*, aparece 5 vezes na nova norma. Na norma antiga, o termo “transparência e prestação de contas” foi empregado uma vez, com o mesmo sentido. O termo “transparência” possui 6 menções na nova norma, contra 3 da norma antiga. O termo “controle social” possui 2 menções na norma antiga e uma na nova.

Reconhecimento de recursos sem desembolso: A nova norma estabelece que “recursos consumidos devem ser atribuídos aos objetos de custos, mesmo que a entidade que se beneficie do consumo não seja a responsável pelo desembolso, parcial ou integral” (CFC, 2021, item 58). Isso prioriza a fidedignidade quanto ao custo dos recursos, mesmo que não tenha havido desembolso, como no caso de doações recebidas e da utilização de serviços

voluntários. A norma antiga, por sua vez, não menciona qualquer tipo de atribuição dessa natureza.

5. Conclusões

Considera-se atingido o objetivo de comparar a NBC T 16.11 com a NBC TSP 34, visando identificar seus principais pontos de semelhanças e de diferenças. A partir dos resultados apresentados entre os capítulos de fundamentação teórica e de resultados, ficaram evidentes as principais diferenças e semelhanças entre essas NBC TSP, de primeira e de segunda geração, sobre custos do setor público.

Entre os principais pontos identificados com diferenças importantes entre as normas, destacam-se, resumidamente: a NBC TSP 34 (nova norma) é bem maior do que a NBC T 16.11 (norma antiga) – 51 itens a mais (188,9% maior), 6 páginas a mais (75,0% maior) e 2.895 palavras a mais (106,7% maior); a norma antiga tem enfoque mais conceitual, enquanto a nova tem vertente mais gerencial, o que se evidencia inclusive no maior emprego de termos como “gerenciamento”, “desempenho”, “gestão” e “decisão”, além de termos exclusivos, como “eficiência” e “planejamento estratégico”; nesse mesmo sentido, a nova norma estabelece que os principais usuários da informação de custos são os gestores – embora não sejam os únicos e esses não sejam relegados na norma antiga.



Quanto aos pontos relativamente semelhantes, destacam-se os seguintes: as normas não possuem correlação com as IPSAS, embora a nova tenha amparo normativo conceitual harmonizado; requerem a adoção do regime de competência na geração de informações de custos, e a nova norma tem a competência como parte de sua estrutura básica, não como parte dos revogados princípios de Contabilidade; ambas são taxativas quanto ao dever de as entidades do setor público adotarem sistema de custos, porém com enfoques e peculiaridades sobre como fazê-lo.

Destaca-se que as mudanças normativas observadas representam uma evolução conceitual e de enfoque que tende a contribuir para o atingimento dos objetivos



da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com benefícios tanto no seu campo de aplicação quanto para os usuários da informação contábil. A NBC TSP 34, com seu enfoque gerencial, estabelece que as informações de custos devem ser úteis para auxiliar na avaliação das políticas públicas. Tais informações também contribuem para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*), de modo que toda a sociedade se beneficia com o conhecimento dos custos nas entidades do setor público, instrumentalizando o controle social, entre outros controles essenciais.

Quanto às limitações desta pesquisa, destacam-se: a limitação inerente à abordagem qualitativa empregada na análise de conteúdo, visto que os autores foram o prin-

cipal instrumento de coleta e análise de dados, refletindo seus conhecimentos e valores na identificação de aspectos considerados importantes; a limitação de espaço inerente ao artigo, que não permitiu ampliar as considerações sobre alguns pontos e abordar outros aspectos, que possivelmente seriam relevantes nas normas; e o fato de ainda não haver publicações técnicas e acadêmicas sobre a nova norma, que permitiriam o cotejamento da literatura para discussão dos resultados com outros pontos de vista.

Nesse sentido, para pesquisas futuras, sugere-se: realizar outras comparações entre as normas, inclusive com o emprego de outras técnicas, que reduzam subjetividades interpretativas; enfatizar aspectos mais específicos das normas, permitindo uma análise detalhada de pontos de interesse; e entrevistar membros do GA NBC TSP para buscar entender o processo de estudo e construção da nova norma, incluindo os motivos e as inspirações nacionais e internacionais.

Referências

ALVES, M. C.; MARTINS, C. M. F.; MARTINS, P. L. Custos no setor público: reflexões sobre a incidência na literatura nacional veiculada em periódicos acadêmicos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., 2018, João Pessoa. *Anais* [...]. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0934-951-custos-no-setor-publico.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. *Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000* (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. *Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 9. ed. Brasília, DF: STN, 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Portaria n.º 184, de 25 de agosto de 2008*. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília, DF: MF, 2022. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=24439>. Acesso em: 16 out. 2022.

CABELLO, O. G.; BILANCIERI, M. V.; AZEVEDO, R. R. de. Conformidade inicial das normas de Contabilidade aplicadas ao setor público no Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, [S. l.], v. 20, n.º 3, p. 5–17, 2020. DOI: 10.21714/2446-9114RMC2019v20n3t01. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/841>. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *GA NBC TSP*. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/areas-de-interesse/area-publica/o-ga-nbctsp/>. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016*. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília, DF: CFC, 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.doc>. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *NBC TSP 34, de 18 de novembro de 2021*. Aprova a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público. Brasília, DF: CFC, 2021. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP34.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *Orientações estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil*. Brasília, DF: CFC, 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2020/08/CCASP_Orientacoes_Estrategicas_Contabilidade.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *Resolução n.º 1.328, de 18 de março de 2011*. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília, DF: CFC, 2011. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1328.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *Resolução n.º 1.366, de 25 de novembro de 2011*. Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Brasília, DF: CFC, 2011. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). *Resolução n.º 1.437, de 22 de março de 2013*. Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. Brasília, DF: CFC, 2013. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1437.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

COSTA, J. A.; THEÓFILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. *Contabilidade Gestão e Governança*, Brasília, v. 15, n.º 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/482>. Acesso em: 16 out. 2022.

CRUZ, F. da. Mensuração dos custos públicos baseado na funcional-programática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS, 2., 1995, Campinas. *Anais [...]*. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/3499>. Acesso em: 16 out. 2022.

CRUZ, F. da; PLATT NETO, O. A. As exigências de implantação de sistema de custos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a oportunidade para o surgimento da CEMP - Contabilidade Estatal Municipal Participativa. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 1., 2001, São Paulo. *Anais [...]*. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos12001/default.asp?con=>. Acesso em: 16 out. 2022.

FERNANDES, E. S.; BEZERRA FILHO, J. E. Subsistema de informação de custos no setor público: proposta de um modelo de mensuração e acumulação com base na contabilidade por competência. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, [S. l.], v. 9, n.º 2, p. 204-223, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/244>. Acesso em: 16 out. 2022.

GLENSKI, K. C.; GERIGK, W.; LEPCHAK, A.; RIBEIRO, F. Perfil das publicações sobre custos no setor público nos periódicos nacionais de contabilidade. *RAGC – Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, Monte Carmelo, v. 9, n.º 41, p. 126-141, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2568>. Acesso em: 16 out. 2022.

IFAC – INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. *Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público*: Edição 2010. Tradução: Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, DF: CFC, 2010. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/12_ipsas2010_web.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

LIMA, R. L. de; LIMA, D. V. de. Brazil's experience in IPSAS implementation. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 16, n.º 38, p. 166-184, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n38p166>. Acesso em: 16 out. 2022.

MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no Governo Federal do Brasil. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 44, n.º 4, p. 791-820, jul./ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/rap/a/sYYrhjyGpwryFBcPP7xjFz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2022.

MAUSS, C. V.; SOUZA, M. A. *Gestão de custos aplicada ao setor público*: inclui 12 casos de aplicação prática de mensuração de custos e resultados em entidades públicas. 12. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2020.

MESSIAS, D.; FERREIRA, J. C.; SOUTES, D. O. Gestão de custos no setor público: um panorama de experiências internacionais. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 69, n.º 3, p. 585-604, jul/set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i3.2961>. Acesso em: 16 out. 2022.

MORAIS, L. M.; PLATT NETO, O. A. A reforma contábil promovida pelas NBCASP e o processo de convergência: implicações e perspectivas. In: CONGRESSO DA ANPCONT, 5., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. Disponível em: <https://anpcont.org.br/pdf/2011/CUE164.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

MORAIS, L. M. d; VICENTE, E. F. R.; PLATT NETO, O. A. A reforma na contabilidade pública brasileira e o processo de convergência: implicações e perspectivas. *Revista de Informação Contábil*, v. 6, n.º 2, p. 1-20, abr./jun. 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180411130514id_/https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/7951/8028. Acesso em: 16 out. 2022.

OLIVEIRA, A. do N.; SILVA, C. do E. T. da; SILVA, J. F. P. da. Subsistema de informação de custos: um estudo sobre as principais contribuições acadêmicas para a implementação e utilização do sistema de custos na administração pública brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA, 21., Natal, 2016. *Anais [...]*. Disponível em: <https://seminario2016.ccsa.ufrn.br/assets/upload/papers/26a1b3ee1ff474f708ea9d29238d164c.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014. p. 76-97.

SANTOS, E. F. dos. Subsistema de mensuração e acumulação de custos no setor público: uma contribuição, em conformidade com a NBC TSP 16.11. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Vitória, 2014. Disponível em: http://legado.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elisangela%20Fernandes%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

SOUZA, R. O. de. *NBC TSP 34 - Custos no Setor Público*. [S. l.], TV CRCRJ, 2021. 1 vídeo (117 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zavsXKiByNs>. Acesso em: 16 out. 2022.

XAVIER JUNIOR, A. E. X.; DE MENEZES, A. K.; DE ALMEIDA, C. A. S.; MACEDO, A. F. P. Relação entre desempenho e custos no setor público: um estudo nas Universidades Federais do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS - ABC, 26., 2019, Curitiba. *Anais [...]*. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4645>. Acesso em: 16 out. 2022.



Rent Seeking e o Processo de Distribuição de Limite Orçamentário às Universidades Públicas Federais

Fundamentando-se na literatura sobre *rent seeking theory*, esta pesquisa teve o objetivo de analisar a influência do tamanho, do desempenho e da governança pública na distribuição do limite orçamentário das universidades públicas federais. Para fins da pesquisa, partiu-se da premissa de que fatores estruturais das universidades são utilizados como argumento para ampliar a disponibilidade de recursos das universidades pelo governo federal. A amostra, coletada no período de 2014 a 2018, compôs-se de 55 universidades. Foi utilizada a técnica de regressão com dados em painel, visto que a amostra contém dados seccionais e temporais. Para consecução do objetivo da pesquisa, a variável dependente consiste no valor empenhado (EMP) de seu orçamento discricionário até setembro, período escolhido por ser aquele em que existe mais pressão sobre o governo federal para liberar limites orçamentários. As várias independentes utilizadas na pesquisa foram os fatores estruturais, como tamanho – ‘AGE’, governança – ‘IGovPub’, e desempenho – ‘IGC’ e ‘TSG’. Por resultados, o número de alunos equivalente, o índice de governança pública e o índice geral de curso exercem influência positiva sobre o valor empenhado. A análise da influência desses fatores no processo *rent seeking* possibilita o aprimoramento das práticas de gestão universitária para obtenção de melhores indicadores, como o avanço dos estágios de adoção das boas práticas de governança e o aperfeiçoamento constante do planejamento, alcançando, assim, maior disponibilidade de recursos orçamentários.

Thales Spinelli Maximo Lins

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2021) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Atualmente é Assistente em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Atua na área de Administração Orçamentária, com ênfase em Ciências Contábeis.

E-mail: thalesmaximo@hotmail.com

Dimas Barrêto de Queiroz

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN (2015). Mestre em Ciências Contábeis pelo mesmo Programa (2011). Atualmente é Professor do Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC) e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

E-mail: dimasqueiroz@gmail.com

1. Introdução

O fenômeno conhecido na literatura econômica como *rent seeking* é um dos temas principais da escola de economia 'Public Choice', cujo conceito é fundamental para a compreensão das políticas de governo que instituem privilégios a determinados grupos de indivíduos ou firmas (HENRIQUE, 2014). A abordagem da *rent seeking theory* adiciona uma dimensão à capacidade das instituições, públicas ou privadas, usarem a seu favor a intervenção do Estado. As atividades de *rent seeking* caracterizam-se como uma competição entre grupos que buscam garantir privilégios em diversos setores da economia. Agentes organizados em ações coletivas tentam, na medida do possível, conquistar privilégios e transferir renda de outros grupos (SILVA, 2004).

A dinâmica orçamentária das universidades públicas federais abre espaço para as atividades de *rent seeking* na liberação do limite orçamentário para empenho do crédito discricionário, o qual é controlado pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, em nível de ministérios. O decreto estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício vigente e fixa limites para o empenho orçamentário (BRASIL, 2019).

Os repasses financeiros e a liberação dos limites orçamentários são distribuídos pelo Ministério da Educação, que os envia às reitorias de todas as universidades federais, à medida que a despesa pública é executada, mediante sua regular liquidação. Ocorrem, nesse processo, negociações entre os gestores das universidades – reitores, na maioria das vezes – e os responsáveis técnicos no Ministério da Educação. Cria-se, assim, um grupo de interesse para fazer frente

à classe política a fim de obter recursos financeiros, o que se caracteriza como atividade de *rent seeking*.

Nessa dinâmica de obtenção de recursos públicos, ainda que não seja estritamente necessário, pode-se afirmar que a atividade de *rent seeking* geralmente relaciona-se com a ação governamental decorrente do poder que os governos têm de interferir na economia e criar regulamentações (HENRIQUE, 2014), como no caso das subvenções e das assistências governamentais. Grupos ou empresas empreendem esforços e recursos, a fim de lhes garantir essas assistências e benefícios econômicos por parte do governo.

Na ausência de pesquisas específicas sobre as universidades, esta análise se baseou em estudos acerca de subvenções e das assistências governamentais. Estudos sobre a temática apontam fatores que influenciam empresas a receberem essas assistências. Alguns resultados mostram que empresas privadas maiores e com percentuais de crescimento mais elevados, em razão dos recursos financeiros e não financeiros superiores que possuem, tendem a receber mais subvenções e assistências governamentais (SCHEREN; DALCHIAVON;

MOURA, 2018; SAAC; REZENDE, 2019; GIRMA; GÖRG; STROBL; WALSH, 2008). O próprio resultado dessas empresas pode representar um determinante para o recebimento desses recursos (JULIÃO et al., 2013).

Outro determinante para o recebimento de assistência governamentais é a governança corporativa, que pode influenciar o direcionamento do recurso público (SCHEREN; DALCHIAVON; MOURA, 2018). Da mesma forma, os gestores podem adotar boas práticas de governança em suas instituições para conseguirem mais assistência do poder público, porque essas práticas de governança influenciam a eficiência da aplicação dos recursos públicos, diminuem a ineficiência da gestão e a ocorrência de corrupção, e elevam a eficiência da organização (SANTOS; ROVER, 2018; DIAS, 2016; GHANG, 2014).

Conforme evidências apresentadas, esta pesquisa baseia-se no pressuposto de que: (a) há atividades de *rent seeking* na busca de tratamento preferencial junto aos tomadores de decisão na esfera pública (CHAVES et al., 2018; MANCUSO; GOZETTO, 2013; HENRIQUE, 2014); e (b) a destinação de recursos públicos pode ser influenciada por fatores relacionados ao porte, ao desempenho e à governança das organizações (SCHEREN; DALCHIAVON; MOURA, 2018; SAAC; REZENDE, 2019; GIRMA; GÖRG; STROBL; WALSH, 2008; JULIÃO et al., 2013).

Para fins desta pesquisa, parte-se da premissa de que fatores estruturais das universidades são utilizados como argumento para ampliar a disponibilidade de recursos das universidades pelo governo federal. Considerando os elementos teóricos apresentados, o objetivo da pesquisa foi verificar a influência do tamanho, do desempenho e da governança pública na distribuição do limite orçamentário nas universidades públicas federais.



“A dinâmica orçamentária das universidades públicas federais abre espaço para as atividades de *rent seeking* na liberação do limite orçamentário para empenho do crédito discricionário, o qual é controlado pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, em nível de ministérios.”

Ao fornecer evidências de que o tamanho das universidades federais, seu desempenho e as práticas de governança pública podem influenciar o direcionamento dos recursos públicos, esta pesquisa contribui para a literatura sobre *rent seeking*, ao evidenciar fatores que fazem parte do processo em que o gestor consegue a liberação de mais recursos para sua instituição. A pesquisa pode contribuir para a investigação do comportamento de *rent seeking* no orçamento das universidades, e sua importância reside justamente no fato de essas condutas poderem constituir um dos principais obstáculos para o desenvolvimento das instituições que recebem menos disponibilidade de limite para executar seu orçamento. Portanto, os recursos que poderiam ser mais bem direcionados são deslocados pela busca de transferências, de privilégios e de rendas.

2. Revisão Bibliográfica e Desenvolvimento das Hipóteses

2.1 *Rent Seeking* no Setor Público Brasileiro

O conceito de *rent seeking* tem como referência seminal o trabalho de Tullock (1967), que levan-

tou a ideia de que os custos sociais para se obter renda não podem ser negligenciados em função da forma como as empresas entram em competição, causando uma perda econômica. Em seu estudo, também considerado seminal, Krueger (1974) utilizou a expressão *rent seeking* para designar a atividade na qual firmas e indivíduos aplicam recursos escassos na competição por rendas artificialmente criadas pela intervenção governamental no mercado.

Rent seeking pode ser definido como todo comportamento comissivo e intencional de pessoas que, atuando individualmente ou por meio de grupos, durante determinado período de tempo, de modo isolado ou em conjunto, com a utilização de recursos pecuniários ou não, pressionam, direta ou indiretamente, agentes públicos, com o propósito de obter, manter ou expandir a renda econômica disponibilizada a partir da intervenção estatal ou sobre a economia, gerando perdas sociais em casos concretos (CÂNDIA, 2019).

Convém enfatizar que a renda obtida por meio de atividade de *rent seeking* não é derivada de uma geração de riqueza, mas de uma distribuição de renda que favorece os grupos de interesse que

obtiveram sucesso nesse processo, com a correspondente perda para o restante da sociedade; assim, não agrega valor – apenas emprega esforço para aumentar a participação na riqueza já produzida (HENRIQUES, 2014).

Sobre como as atividades de *rent seeking* podem interferir no crescimento econômico, assim como toda a sociedade, pela má alocação de recursos na economia, Barelli e Pessoa (2012) desenvolveram um método para incorporar atividades não produtivas no modelo neoclássico de acumulação de capital. Os autores apontaram que, quando as atividades improdutivas se tornam mais eficientes, fatores de produção se movem para elas e longe das atividades produtivas, resultando em uma queda no bem-estar.



O comportamento de *rent seeking* se caracteriza quando indivíduos, grupos ou empresas empreendem esforços e alocam seus recursos, a fim de lhes garantir uma renda econômica. Nesse sentido, a influência dos tomadores de decisão no setor público pode ser entendida por meio da *rent seeking theory*. No entanto, entende-se que nem toda ação governamental que gera renda econômica para determinado grupo é fruto de atividade de *rent seeking*. Lisboa e Latif (2013) apresentam, na história do Brasil, vários momentos em que o governo beneficia alguns setores da economia por acreditar, amparado por um alto grau de legitimação social, que eles seriam fundamentais para gerar crescimento econômico de longo prazo.

Tendo como referência o orçamento público brasileiro, a atividade dos *rent seekers* pode ocorrer a partir da pressão sobre os responsáveis pela fixação da despesa pública, embora seja mais fácil visualizar a ocorrência dessas condutas durante a execução orçamentária, a fim de obter concretamente o benefício e expandir ou manter o que já foi obtido (CÂNDIA, 2019). A configuração do Estado brasileiro e o processo de democratização proporcionaram abertura para o desenvolvimento de atividades de pressão de grupos de interesse nas instituições. Na esfera municipal, a presença de *rent seeking* ganha mais relevância quando relacionada à literatura sobre instituições e em que medida elas são vulneráveis a grupos de interesse (MAHLMEISTER; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2018).

As atividades de *rent seeking* também têm efeitos sobre os objetivos prioritários do governo (HENRIQUES, 2014). Segundo o autor, em vez de ser um agente econômico que busca corrigir falhas de mercado e oferecer serviços públicos de boa qualidade, o governo passa a priorizar o atendimento à enorme demanda de *rent seekers* por vantagens geradas artificialmente pelo poder de legitimidade do Estado.

A realização dessas práticas tem sido questionada à luz da ética e gerado debates sobre sua legalidade. *Lobby* e *rent seeking* são temas que têm sido associados a estudos sobre corrupção. Caldas (2016) assevera que os agentes públicos, influenciados pelos *rent seekers*, direcionam recursos orçamentários para grupos de despesa nos quais os desvios podem ser feitos de forma mais fácil – embora, contrariamente à teoria tradicional de *rent seeking*, Lambsdorff (2002) tenha argumentado que a corrupção tem implicações piores do que as atividades alternativas de procura de renda.

Portanto, para distinguir o *rent seeking* da corrupção, do ponto de vista social, é necessário entender o “meio” de procurar tratamento preferencial. Conforme indica Lambsdorff (2002), a situação na qual os fatores de produção (recursos) são

aplicados nas atividades durante o processo de procura de rendas é tratada pela literatura como *rent seeking*, e não como corrupção. Portanto, trata-se de perdas de eficiência devidas à utilização improdutiva de recursos na procura de rendas (LAMBSDORFF, 2002).

2.2 Financiamento e Execução Orçamentária das Universidades Públicas Brasileiras

O financiamento das universidades públicas federais brasileiras está previsto em lei. O governo federal é o principal financiador da manutenção dessas instituições, que ainda contam com uma parcela de arrecadação própria como resultado de suas atividades. Conforme o art. 55 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e o desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (BRASIL, 1996, p.18).

As fontes orçamentárias das universidades são divididas em recursos do Tesouro, recursos diretamente arrecadados ou próprios, e recursos provenientes de contratos e convênios com organismos públicos e privados. Seu orçamento é discutido e aprovado pelo Congresso Nacional e integra o orçamento geral da União, no capítulo dedicado ao Ministério da Educação. Esses recursos são aplicados com estrita observância das disponibilidades legais e respeitando a competência que é dada a cada instituição pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo Ministério da Educação (MEC).



“No processo de distribuição do limite orçamentário, também se destacam as negociações que podem ser realizadas pelos gestores dos órgãos subordinados e os tomadores de decisão para captar mais disponibilidade, e os fatores que podem estar envolvidos.”

Como estabelece o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), até trinta dias depois da publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso (BRASIL, 2019). Portanto, ao estabelecer, entre outras medidas, o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício vigente, o Decreto fixa limites para o empenho do orçamento e indicativo de controle de fluxo financeiro dos ministérios, os quais alocam a disponibilidade para execução orçamentária aos seus órgãos vinculados.

Observa-se, então, que a programação financeira das instituições está submetida à vontade política do governo, pois, à medida que esses recursos ingressam nos cofres públicos, são liberados recursos do Tesouro para os órgãos setoriais dos ministérios ou órgãos, com base em sua programação financeira, para executar seus programas de trabalho. Assim, fica a critério de cada ministério executar os projetos de acordo com os limites de gastos estabelecidos no decreto de programação financeira e no cronograma de desembolsos detalhados em portaria.

Nesse contexto, na condição de organizações a receberem a autori-

zação para empenho, os institutos federais de ensino superior (Ifes) devem ser responsáveis por gerenciar e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários provisionados, além de orientar, coordenar e acompanhar as atividades relativas à execução do orçamento, propondo ações para o aprimoramento do processo orçamentário institucional (MILIONI; BEHR; GOULARTE, 2015).

No processo de distribuição do limite orçamentário, também se destacam as negociações que podem ser realizadas pelos gestores dos órgãos subordinados e os tomadores de decisão para captar mais disponibilidade, e os fatores que podem estar envolvidos.

2.3 *Rent Seeking* e a Distribuição de Limites Orçamentários nas Universidades Federais

Por falta de referências específicas sobre as decisões orçamentárias, no que se refere à distribuição de limite às universidades, foram utilizadas as evidências relacionadas ao recebimento de subvenções e assistências governamentais por parte das empresas. Para isso, foram desenvolvidas três hipóteses de pesquisa baseadas em aspectos institucionais das empresas, como tamanho, desempenho e governança, que podem influenciar

o recebimento dessas assistências.

Saac e Rezende (2019) buscaram identificar as características das empresas que receberam subvenções e assistências governamentais, os setores econômicos que mais recebem subvenção governamental e as características econômicas e operacionais dessas empresas. Os referidos autores afirmam que existe uma relação entre o recebimento de subvenções e assistências governamentais e a adoção das normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) –, o tamanho da empresa, o fato de ser auditada pelas maiores empresas contábeis especializadas em auditoria, a disponibilidade de financiamentos por bancos públicos, o controle acionário privado e a apresentação de valores provisionados em contingências fiscais.

Fonteles et al. (2014) analisaram a relação entre o *disclosure* socioambiental e a prática de incentivos governamentais e indicaram o perfil das empresas beneficiárias de incentivos governamentais. Seu estudo apontou diferentes características institucionais entre o grupo de empresas que recebem assistências governamentais e o das empresas que não recebem. Algumas características observadas foram: tempo de mercado, tamanho, alavancagem e média de rentabilidade.

No setor público, a distribuição de limite orçamentário às universidades pode estar associada a fatores relacionados às próprias instituições. Sendo assim, a complexidade inerente às relações políticas e organizacionais que subjaz ao processo orçamentário federal brasileiro é algo que precisa ser levado em conta, e as decisões alocativas no setor público não podem ser explicadas como um fenômeno dissociado do contexto institucional (BARCELOS, 2012).

Ao examinar a eficácia dos subsídios governamentais na criação de novos postos de trabalho nas empresas na Irlanda, Girma et al. (2008) sugeriram, em seus resultados, que as empresas de maior dimensão recebem subvenções mais elevadas. Da mesma forma, Saac e Rezende (2019) mostraram que o tamanho da empresa impacta 34,58% a mais nas chances de receber subvenção governamental, comparativamente com as menores. Portanto, nota-se uma relação positiva entre o recebimento de assistência governamental e o tamanho das instituições.

O estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018) concluiu que, além das práticas de governança corporativa, o tamanho e o crescimento das empresas também influenciam o recebimento de subvenções e assistências governamentais, em função dos recursos financeiros e não financeiros serem superiores nas empresas maiores em tamanho e em crescimento.

Assim, diante do exposto e considerando que o tamanho das empresas influencia positivamente o recebimento de mais benefícios governamentais (SCHEREN; DALCHIAVON; MOURA, 2018; SAAC; REZENDE, 2019; GIRMA; GÖRG; STROBL; WALSH, 2008), o tamanho das univer-

sidades públicas federais pode ser um fator determinante para o recebimento de mais disponibilidade de limite orçamentário. Nesse sentido, foi elaborada a primeira hipótese desta pesquisa:

H₁: O tamanho das universidades públicas federais influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário.

Nessa perspectiva, espera-se que as maiores universidades apresentem maior recebimento de limite para executar seu orçamento. Além disso, há indícios de que a governança corporativa também é um fator determinante para que recebam mais recursos do governo.

O estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018) verificou a influência da governança corporativa para o recebimento de subvenções e assistências governamentais em companhias abertas listadas na B3 S.A. Seus resultados revelaram que a governança corporativa apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando influência para o recebimento de subvenções e assistências governamentais.



Nas instituições públicas, a governança pode ser um fator determinante no direcionamento de recursos, assim como as práticas de governança corporativa tendem a influenciar positivamente o recebimento de subvenções e assistências governamentais (SCHEREN; DALCHIAVON; MOURA, 2018).

Saac e Rezende (2019) demonstraram que, apesar da estimativa de que a governança corporativa pudesse levar as empresas a receberem subvenções e assistências governamentais, seus resultados não possibilitaram relacionar a governança ao grupo de empresas que se beneficiam de subvenções governamentais.

Segundo o Relatório de Levantamento de Governança do TCU (2017), com o intuito de estimular suas organizações a adotarem as boas práticas de governança, o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, desde 2013, levantamentos para conhecer a situação desse tema no setor público com maior profundidade. Os eixos abordados nesses levantamentos são: governança e gestão de tecnologia da informação, de pessoas, de contratações, bem como de governança pública. Em 2017 e 2018, o TCU reuniu esses temas em um só instrumento de autoavaliação, a fim de possibilitar uma análise mais ampla e efetiva.

Desde então, no âmbito federal, o TCU tem empregado esforços para implementar adequadamente o processo de governança das instituições públicas. No contexto atual brasileiro, marcado pela necessidade de transparência e prestação de contas, a utilização e o fortalecimento dos mecanismos de governança pública são imprescindíveis para otimizar a gestão institucional, inclusive das instituições federais de ensino superior (COSTA et al., 2018).

“Assim, tendo em vista o processo discricionário da distribuição do limite orçamentário às universidades, os gestores das universidades podem utilizar a governança pública, alegando que essa prática visa ao melhor alcance de seus objetivos estratégicos.”

Assim, tendo em vista o processo discricionário da distribuição do limite orçamentário às universidades, os gestores das universidades podem utilizar a governança pública, alegando que essa prática visa ao melhor alcance de seus objetivos estratégicos (ALVEZ JUNIOR, 2019), como argumento favorável para obtenção de limite orçamentário. Assim, foi desenvolvida a segunda hipótese desta pesquisa:

H₂: A governança pública influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário.

Assim como o tamanho e a governança corporativa das organizações têm se mostrado capazes de influenciar o recebimento dessas assistências governamentais, Julião et al. (2013) analisaram se o recebimento das subvenções governamentais tem uma relação estatisticamente positiva com o lucro das empresas do setor elétrico nacional e as maiores companhias internacionais desse mesmo setor. Entre seus resultados, constataram que existe relação positiva entre o recebimento de subvenção governamental e a lucratividade das empresas.

Como a lucratividade das empresas, no setor público, os indi-

cadores das instituições podem representar seu desempenho quanto às características, ao fornecimento de serviços e ao atendimento de seus objetivos. Sobre o desempenho das universidades federais, a composição do Índice Geral de Cursos (IGC), regulamentado pela Portaria Normativa n.º 12, de 5 de setembro de 2008, está atrelada a outros indicadores, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que depende de um conjunto de fatores referentes à graduação, tais como: professores doutores e mestres, professores com regime de dedicação integral ou parcial, infraestrutura, organização didático-pedagógica, notas dos concluintes e ingressantes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e o indicador de diferença entre o desempenho observado e o esperado – o chamado IDD (INEP, 2011).

A complexidade inerente ao contexto da educação superior demanda a utilização de um indicador de desempenho formado por diferentes fontes de informações. Assim, o IGC pode ser considerado um indicador abrangente de avaliação do desempenho institucional, pois engloba diversos itens avaliativos (HOFFMANN et al., 2014). Já a taxa de sucesso na

graduação (TSG) é um dos indicadores definidos na Decisão Plenária n.º 408/2002, do TCU, que envolve tanto a área da graduação quanto a da pós-graduação, para avaliar as instituições federais de ensino superior. A TSG expressa o índice de alunos que concluem o curso na duração-padrão prevista para cada curso. Esse indicador mede, de certa forma, o grau de eficiência da instituição na formação superior (BOYNARD; NOGUEIRA, 2015).

Então, como o estudo de Julião et al. (2013) apontou relação positiva entre a lucratividade da empresa (resultado) e o recebimento de recursos do governo, nas universidades, um desempenho melhor pode ser um dos determinantes para que ele libere mais limite orçamentário para executar seu recurso e manter suas atividades. Com base nisso, foi elaborada a hipótese 3:

H₃: O desempenho das universidades públicas federais influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário.

Assim, espera-se que as universidades que apresentam melhor desempenho consigam obter mais disponibilidade de limites para executar seu orçamento.

3. Metodologia

3.1 Característica e Amostra da Pesquisa

O estudo proposto analisou os dados das universidades federais entre os anos de 2014 e 2018, e sua população foi composta de 63 universidades. Desse total, foram excluídas as universidades que não têm as informações necessárias para calcular os indicadores de gestão do TCU, que não apresentaram os dados do Índice Geral de Cursos (IGC) e/ou que não tiveram o iGovPub elaborado em algum dos anos. Portanto, a amostra final da pesquisa foi composta de 55 instituições, após serem excluídas as seguintes universidades: UFAC, UFES, UFESBA, UFF, UNIFESP, UNILA, UNILAB e UNIRIO.

3.2 Definição das Variáveis e Modelos Econométricos

A variável dependente desta pesquisa é o valor empenhado pelas universidades até o mês de setembro. Essa escolha se deve ao comportamento na distribuição de limite orçamentário pelo MEC, que, no último trimestre do ano, é enviado quase totalmente às instituições, consoante o comportamento conservador do governo, que libera de forma tardia as dotações orçamentárias (ALVES, 2011).

Portanto, o mês de setembro é o período em que se pode observar mais atentamente as instituições que tiveram a disponibilidade de limite antecipada ou retardada por dois motivos: porque o mês de setembro é o período anterior à liberação orçamentária total, geralmente realizada nos últimos meses do ano, e porque pode refletir, dentro do exercício orçamentário, os resultados das negociações ocorridas, até o momento, entre os gestores e os tomadores de decisão quanto à liberação orçamentária.

Essas negociações para se obter limite orçamentário podem ser vistas sob a ótica da *theory rent seeking* presente no contexto da educação superior pública, visto que se caracterizam como atividades em que gestores pressionam os agentes públicos de forma direta ou indireta, com o propósito de obter recursos econômicos disponibilizados a partir de uma decisão do Estado, que passa a priorizar o atendimento dessa demanda de *rent seeking* (CHAVES et al., 2018; CÂNDIA, 2019; HENRIQUES, 2014).

3.2.1 Variável Dependente

O limite orçamentário liberado para as universidades federais é realizado por meio de vários documentos de sistemas; entre eles, as Notas de Lançamento (NL) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que possibilitam contabilizar vários atos de gestão. Os diferentes documentos de sistema para cada um dos créditos orçamentários, sejam eles vinculados, discricionários ou de arrecadação própria da instituição, impossibilitam verificar o valor do limite recebido pelas universidades em um mês específico do exercício. Por esse motivo, a pesquisa utilizou o valor empenhado das despesas discricionárias como *proxy* para o limite orçamentário liberado, uma vez que este não pode ser medido diretamente em uma série temporal.

Para a análise, os valores utilizados para calcular a variável dependente 'valor empenhado' (EMP) foram coletados em relatórios no *site* do Tesouro Gerencial, que contém as informações sobre quanto as universidades empenham de seu orçamento discricionário mensalmente e o total do orçamento discricionário de cada ano estudado. Então, a variável



'valor empenhado' (EMP) apresentou valores de 0% a 100%, representando a proporção do orçamento discricionário empenhado até o mês de setembro de cada exercício. Ressalte-se que só foi analisado o orçamento discricionário distribuído pela Matriz OCC, definida pelo MEC. Logo, não foram incluídos os recursos vinculados à folha de pagamento nem os chamados recursos próprios, que são diretamente arrecadados pelas universidades provenientes de convênios/contratos com organismos públicos e/ou privados, de cursos de extensão e especialização e da realização de concursos públicos.

3.2.2 Variáveis Independentes

O tamanho das universidades pode ser um fator determinante na atividade de *rent seeking* realizada pelos gestores para conseguirem do Ministério de Educação (MEC) mais liberação de limite orçamentário. A *proxy* utilizada como o tamanho das universidades neste estudo foi o indicador de gestão 'número de alunos equivalentes' (AGE) fornecido ao Tribunal de Contas da União (TCU). O cálculo do AGE leva em consideração o número de diplomados, a duração-padrão do curso, o número de alunos que ingressaram, além do fator de retenção.

“O tamanho das universidades pode ser um fator determinante na atividade de rent seeking realizada pelos gestores para conseguirem do Ministério de Educação (MEC) mais liberação de limite orçamentário.”

O número de alunos tem sido utilizado como proxy para estimar o tamanho das universidades, como nos estudos de Gallego et al. (2009), Católico (2012) e Pêsoa et al. (2018), que utilizaram, entre suas variáveis, o tamanho da instituição, ao analisarem fatores que explicam o nível de divulgação de informações nas universidades.

O desempenho pode representar outro determinante na liberação da disponibilidade orçamentária. As variáveis utilizadas como proxy para o desempenho das universidades foram o indicador de gestão ‘taxa de sucesso da graduação’ (TSG) do TCU e o Índice Geral de Cursos (IGC), calculado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) nas universidades brasileiras é um indicador resultante da razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na instituição e o tempo de permanência fixado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) para cada curso. O indicador de desempenho IGC é resultado das

avaliações individuais dos cursos de graduação e pós-graduação. Essas variáveis foram escolhidas como proxy devido às suas distintas naturezas. De um lado, a TSG representa uma variável quantitativa, que visa representar um produto no processo produtivo educacional que contemple a questão do desempenho acadêmico das Ifes (COSTA et al., 2012). De outro, o IGC pode representar um desempenho qualitativo da instituição.

Sabe-se da importância de se utilizarem, de forma concomitante, dados qualitativos e quantitativos para avaliar o desempenho das universidades, pois ambos são capazes de oferecer subsídios de sustentação para as conclusões que possam ser geradas (HOFMANN et al., 2014).

Da mesma forma que o tamanho e o desempenho, a governança foi analisada devido ao seu potencial de representar mais um fator que influencia a distribuição de limite orçamentário às universidades. A variável de governança utilizada no estudo foi o indicador de governança elaborado no levantamento de governança e gestão pública do TCU: iGovPub (índice de governança pública).

Sobre a coleta das variáveis,

os indicadores AGE e TSG foram coletados por meio dos relatórios de gestão das universidades, publicados anualmente em seus sites. As Ifes, como órgãos integrantes da estrutura federal, têm a obrigação legal de publicar não só os dados financeiros, como também os estatísticos, as realizações na infraestrutura, a contextualização socioeconômica da instituição, as informações orçamentárias e os indicadores de produtividade, como os indicadores de desempenho estabelecidos pela Decisão n.º 408/2002, do Tribunal de Contas da União (TCU), com o intuito de construir uma série histórica da evolução de aspectos gerenciais relevantes, orientando seus gestores para as boas práticas administrativas.

O IGC foi coletado no site do Inep, que calculou e divulgou os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. A variável iGovPub foi encontrada no site do Tribunal de Contas da União, que divulgou os resultados do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública dos ciclos de 2017 e 2018, que contém os relatórios individuais de cada respondente, nos quais se encontram os resultados obtidos pelas instituições.

O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas nesta pesquisa, assim como o sinal esperado da relação entre elas e a variável dependente (EMP).

3.2.3 Modelo econométrico

A técnica econométrica utilizada para verificar a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente foi a regressão com dados em painel, tendo em vista que a amostra é composta de dados seccionais (as universidades) e temporais (os anos de 2014 a 2018). A pesquisa iniciou-se em 2014 para envolver o maior número possível de instituições, pois as universidades fundadas mais recentemente não apresentam dados para o cálculo das variáveis para anos anteriores. O ano de 2018 é o mais recente, com todas as variáveis de pesquisa divulgadas até o momento do estudo.

A estimação do primeiro modelo foi condizente com as H_1 e H_3 de pesquisa, que analisou o tamanho e o desempenho das universidades por ter seus dados disponibilizados em um período maior - de 2014 a 2018. O primeiro modelo econométrico é apresentado pela Equação 1.

Foi estimado o segundo modelo, alinhado à H_2 de pesquisa, analisando a governança pública das instituições, que foi divulgada apenas em dois anos do tempo de estudo (2017 e 2018). O segundo modelo econométrico é apresentado pela Equação 2.

Após a estimação dos modelos, a significância dos parâmetros e dos modelos foi verificada pelas estatísticas t e F, respectivamente. Nos modelos, foram verificados os pressupostos da normalidade por meio do teste de Jarque – Bera, a ausência de autocorrelação mediante teste de Wooldridge, e a homocedasticidade dos resíduos da regressão pelo teste de Wald. Para ambos os modelos, foi aplicada a técnica de correção de White, por meio do método dos er-

Quadro 1 – Descrição das variáveis independentes			
Dimensão	Indicador	Definição	Sinal esperado
Tamanho	Número de alunos Equivalentes (AGEit)	Indicador de Gestão do TCU, que registra a quantidade de alunos	+
Governança	iGovPubit	Índice de governança pública	+
Desempenho	Taxa de Sucesso da Graduação (TSGit)	N.º de diplomados (NDI) N.º total de alunos ingressantes	+
	Índice Geral de Cursos (IGCit)	Resultado das avaliações individuais dos cursos de graduação e pós-graduação	+

Fonte: elaboração própria (2020).

Equação 1

$$EMP_{it} = \beta_0 + \beta_1 AGE_{it} + \beta_2 TSG_{it} + \beta_3 IGC_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

EMP_{it} = Valor empenhado por i, no ano t;

AGE_{it} = Número de alunos equivalentes de i, no ano t;

TSG_{it} = Taxa de sucesso da graduação de i, no ano t;

IGC_{it} = Índice Geral dos Cursos de i, no ano t;

ε_{it} = Termo de erro

Equação 2

$$EMP_{it} = \beta_0 + \beta_1 iGovPub_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

EMP_{it} = Valor empenhado por i, no ano t;

$iGovPub_{it}$ = Índice de governança pública de i, no ano t;

ε_{it} = Termo de erro.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Obs.
EMP	0,631627	0,121545	0,215977	0,897478	275
AGE	25.734,3	18.078,8	1.045	77.552	275
iGovPub	0,407818	0,143753	0,12	0,8	110
TSG	46,6953	13,73822	3,98	90	275
ICG	3,389777	0,47581	2,139087	4,349276	275

Fonte: dados da pesquisa.

ros-padrão robustos, corrigindo a presença de heterocedasticidade.

4. Análise e Interpretação dos Dados

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na pesquisa. As variáveis 'valor empenhado' (EMP), 'número de alunos equivalentes' (AGE), 'taxa de sucesso da graduação' (TSG) e 'índice geral de cursos' (IGC) foram anali-

sadas no período de 2014 a 2018, o que resultou em 275 observações cada. Já a estatística descritiva da variável 'índice de governança pública' (iGovPub) apresenta 110 observações, pois foram incluídos apenas os anos de 2017 e 2018. A análise foi realizada com as 55 universidades participantes da amostra.

A média da variável EMP equivale a 0,63, ou seja, em média, 63% do crédito discricionários das universidades são empenhados até o mês de setembro nos anos da pesquisa.

“A amplitude dos dados sugere uma não uniformidade na distribuição do limite orçamentário às universidades pelo Ministério de Educação.”

A variável EMP teve um desvio-padrão de 0,12, e valores mínimo e máximo que variaram entre 21% e 90%. A amplitude dos dados sugere uma não uniformidade na distribuição do limite orçamentário às universidades pelo Ministério de Educação. Ainda, fatores como a estratégia própria da instituição para execução de alguma demanda posteriormente e até mesmo a ineficiência interna na execução do recurso podem interferir no valor empenhado. A universidade que apresentou o maior valor empenhado foi a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, no ano de 2016, e o valor mínimo de 21,5% foi apresentado pela Universidade Federal do Cariri em 2014.

Considerando uma distribuição linear ao longo dos meses, até o mês de setembro, a proporção do orçamento executado pelas instituições deveria ser de, aproximadamente, 75% do orçamento. No entanto, os resultados apontaram que, em 86% das observações, o valor empenhado do orçamento, até o mês de setembro, é inferior a 0,75. Esses resultados demonstram o comportamento do governo federal de liberar mais limites para empenho, nos últimos meses do exercício, e corroboram o pensamento de Alves (2011), que também apon-

ta como consequência desse comportamento um aumento potencial do montante de despesas que serão inscritas em restos a pagar.

Já sobre as variáveis independentes, a análise descritiva apresentada na Tabela 1 mostra que o número de alunos equivalentes (AGE), utilizado como *proxy* para o tamanho das universidades, apresentou uma média de 25.734, considerando-se um desvio-padrão de 18.078. Os valores mínimo e máximo para essa variável indicam que as universidades apresentam tamanhos diversificados, portanto podem receber tratamentos diferentes em questões orçamentárias do Ministério da Educação.

Em relação à variável iGovPub, na Tabela 1, a média obtida foi 0,41. Os valores mínimo e máximo para o iGovPub, além do desvio-padrão, indicam estágios diferentes quanto à adoção das práticas de governanças pelas universidades. Esses resultados demonstram – segundo Marques et al. (2020), que estudaram a adesão das universidades às práticas de governança pública utilizando o indicador iGovPub – uma disparidade entre as universidades públicas federais em relação ao nível aprimorado de governança e ao nível inicial de governança, confirmando

uma diferença de desempenho das universidades quanto à adoção de boas práticas de governança.

No tocante às variáveis de desempenho adotadas no estudo, a variável taxa de sucesso da graduação (TSG) apresentou uma média de 46%, com desvio-padrão de 14% e valores mínimo e máximo de 4% e 90%, respectivamente. A amplitude dos dados indica que as universidades apresentam diferentes desempenhos quanto à formação dos alunos. Isso significa que a distribuição orçamentária pode ser uma ferramenta para minimizar a diferença entre esses resultados. Já a segunda variável de desempenho, índice geral de cursos, apresentou menos dispersão em relação à média, comparada com a dispersão da TSG. Isso quer dizer que as universidades se diferenciam menos quando observado o desempenho qualitativo por meio do IGC.

Devido à amplitude encontrada para as variáveis estudadas, verificaram-se perfis diferentes quanto ao tamanho, à adoção de boas práticas de governança e ao desempenho entre as instituições avaliadas. Para testar, de fato, as hipóteses de pesquisa, passa-se, agora, para a fase de inferência estatística, apresentada no próximo tópico.

Para realizar os testes das hipóteses de pesquisa, foram adotados dois modelos de estimação das relações entre as variáveis. O primeiro levou em consideração o período de 2014 a 2018, para verificar as relações entre as variáveis da pesquisa, conforme a Equação 3, cujos resultados estão apresentados na Tabela 2.

Inicialmente, foram aplicados os testes necessários para identificar qual o método de regressão com dados em painel mais apropriado. Conforme os resultados apresentados nos testes de especificação de painel (*Chow*, *Breusch-Pagan* e *Hausman*), foi indicado que o modelo de efeitos fixos é mais apropriado em relação aos modelos com efeitos aleatórios e *pooled*. O modelo apresentou-se adequado ao nível de 1%, conforme a estatística do teste F, com um poder de explicação (R-quadrado *within*) de, aproximadamente, 8%.

Depois de feitos os testes de *Jarque – Bera*, *Wooldridge* e *Wald*, encontraram-se evidências para a normalidade da distribuição dos resíduos, falta de autocorrelação e presença de heterocedasticidade. A heterocedasticidade foi corrigida pelo método dos erros-padrão robustos de *White*. Os resultados do primeiro modelo estão ilustrados na Tabela 2.

Ao observar os resultados expostos na Tabela 2, constatou-se que o modelo é capaz de explicar 8,13% das variações no valor empenhado pelas universidades até setembro. Ao analisar as variáveis de interesse, verificou-se que a taxa de sucesso da graduação (TSG) não apresentou significância estatística, e o tamanho das instituições (AGE) e o índice geral de cursos (IGC) apresentaram significância estatística de 1% e 10%, respectivamente.

A variável AGE, utilizada como *proxy* para o tamanho das universidades, apresentou o sinal esperado conforme a expectativa teórica

Tabela 2 – Influência do tamanho e do desempenho sobre o valor empenhado

Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro-padrão	p-valor
AGE	0,00000645	0,00000228	0,006*
TSG	-0,0005391	0,0008485	0,528
IGC	0,1671653	0,0934809	0,079**
(constante)	-0,0758258	0,3113847	0,809
R2 within	0,0813	-	-
Teste F (3, 54)	4,75	-	0,0052
<i>Hausman</i>	8,55	-	0,0139
<i>Chow</i>	2,86	-	0,0000
<i>Breusch-Pagan</i>	25,19	-	0,0000
VIF	1,44	-	-
<i>Wooldridge</i>	0,486	-	0,4889
<i>Wald</i>	852,83	-	0,0000
<i>Jarque-Bera</i>	1,92	-	0,3829

Nota: * as variáveis foram significantes a 1% ** as variáveis foram significantes a 10%.

Fonte: resultados da pesquisa.

de que, assim como o tamanho das empresas influencia positivamente o recebimento de mais benefícios governamentais (SCHEREN; DALCHIAVON; MOURA, 2018; SAAC; REZENDE, 2019; GIRMA; GÖRG; STROBL; WALSH, 2008), o tamanho das universidades influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário, o que confirma a primeira hipótese (*H1*).

Esse resultado se assemelha aos de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018), que utilizaram o tamanho da empresa (*log* do ativo total) como uma das variáveis de controle da pesquisa, o que também pode influenciar o recebimento de subvenções e assistências governamentais, revelando-se estatisticamente significativa. Portanto, confirmou-se que empresas maiores tendem a receber mais subvenções e assistências governamentais.

Esses achados também são análogos aos do trabalho de Isaac e Resende (2019), cujo objetivo foi identificar as características das empresas que receberam subvenções e assistências governamentais. Ao utilizarem como medida

de tamanho o logaritmo natural do ativo total da empresa, os autores concluíram que existe uma relação estatística positiva entre o recebimento de subvenções e de assistências governamentais e a adoção de IFRS, tamanho da empresa.

Sobre a análise das variáveis de desempenho, a TSG, que demonstra o desempenho quantitativo, não apresentou significância estatística. Isso sugere que a taxa de sucesso da graduação, nessa amostra, não influencia o recebimento de autorização de execução orçamentária nas universidades. Já o índice geral de cursos (IGC), variável de desempenho qualitativo, apresentou relação positiva com a variável dependente, conforme a terceira hipótese da pesquisa (*H₃*).

Nesse sentido, não foi possível validar a hipótese da pesquisa de que o desempenho das universidades públicas federais influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário. Esperava-se a relação significativa dos dados qualitativos e quantitativos para avaliar o desempenho das universidades (HOFFMANN et al., 2014).

“O tamanho das universidades influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário, o que confirma a primeira hipótese (H1).”

Embora a hipótese não tenha sido validada, os resultados apontaram que o índice geral de cursos é capaz de influenciar o valor empenhado pelas universidades. Com base nesse resultado e levando em consideração que o IGC abrange informações de infraestrutura, recursos didático-pedagógicos, corpo docente, além do desempenho obtido pelos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), ele pode representar um indicador utilizado nas atividades de *rent seekers* para obtenção de recursos do governo.

O Modelo 2 foi estimado para verificar a influência do Indicador de Governança Pública no recebimento de limite orçamentário nas universidades federais. Em razão de o indicador IGovPub estar disponível apenas em dois anos da pesquisa, só foram analisados os anos de 2017 e 2018. A estimação do segundo modelo econométrico se deu por meio da técnica de regressão com dados em painel com efeitos fixos, por ser o mais apropriado, indicado depois da realização dos testes de *Chow*, *Breusch-Pagan* e *Hausman*. Verificou-se, por meio das estatísticas F e t, respectivamente, a significância do modelo ao nível de 1% e a dos parâmetros com um poder de explicação (R-quadrado *within*) de, aproximadamente, 38%.

Tabela 3 – Influência da governança pública sobre o valor empenhado

Variáveis explicativas	Coefficientes	Erro-padrão	p-valor
IGOV PUB	0,375022	0,105843	0,001*
(constante)	0,5099933	0,043165	0,000
R2 within	0.1653	-	-
Teste F (4,54)	12,55	-	0,0008
<i>Hausman</i>	6,74	-	0,0094
<i>Chow</i>	2,74	-	0,0001
<i>Breusch-Pagan</i>	8,68	-	0,0016
VIF	1,00	-	-
<i>Wooldridge</i>	0,593	-	0,4363
<i>Wald</i>	3,00E+32	-	0,0000
<i>Jarque-Bera</i>	8,78	-	0,0124

Nota: * as variáveis foram significantes a 1%

Fonte: resultados da pesquisa.

Os pressupostos da normalidade, da falta de autocorrelação e da homoscedasticidade da regressão foram examinados pelos testes *Jarque – Bera*, *Wooldridge* e *Wald*, respectivamente. O teste de *Jarque – Bera* resultou na não normalidade da distribuição dos resíduos, no entanto, com base no Teorema do limite central, pode-se relaxar esse pressuposto devido ao tamanho da amostra. Também se encontraram evidências da falta de autocorrelação e da presença de heterocedasticidade. O método dos erros-padrão robusto de *White* foi utilizado para corrigir a presença de heterocedasticidade. Os resultados constam na Tabela 3.





A variável IGOVPUB, utilizada como indicador de governança nas universidades, apresentou o sinal esperado, conforme a expectativa teórica de que, assim como a governança corporativa das empresas influencia positivamente o recebimento de benefícios governamentais (SCHEREN, DALCHIAVON & MOURA, 2018), a governança adotada nas universidades influencia positivamente o recebimento de limite orçamentário.

O IGOVPub apresentou uma influência positiva com significância de 1%. De modo semelhante, os resultados do estudo de Scheren et al. (2018), que utilizaram como *proxy* para governança corporativa o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, apresentaram coeficiente positivo e estatisticamente significativo em um nível de significância de 1%, indicando que a governança corporativa influencia o recebimento de subvenções e assistências governamentais.

Assim, quanto maior a adoção das boas práticas de governança por parte das universidades públicas, maior o recebimento de limite orçamentário para empenho

do seu orçamento até o mês de setembro. Nesse sentido, a governança e o levantamento realizado pelo TCU tornam-se relevantes para fortalecer a confiança da gestão nas instituições públicas (MARQUES et al., 2020). Tendo em vista que as práticas de governança influenciam a eficiência da aplicação dos recursos públicos em educação e saúde (SANTOS & ROVER, 2019) e são uma ferramenta que possibilita atingir, a contento, os objetivos estratégicos das universidades (ALVES JUNIOR, 2019), a adoção das boas práticas de governança pode representar um argumento utilizado pelos gestores para o recebimento antecipado de limite orçamentário para executar seus recursos.

De modo geral, esta pesquisa identificou possíveis relações entre o tamanho e a governança das universidades federais e o recebimento de limite orçamentário, conquanto as maiores universidades e as que apresentaram melhores indicadores de governança pública receberam mais liberação para execução orçamentária até o mês de setembro. Entretanto, o desempenho não foi um dos fato-

res capazes de influenciar positivamente o recebimento de limite. Assim, as H_1 e H_2 foram aceitas, e a H_3 foi rejeitada.

5. Considerações Finais

Como já referido, o objetivo deste trabalho foi verificar a influência do tamanho, do desempenho e da governança pública na distribuição do limite orçamentário nas universidades públicas federais.

Os resultados encontrados trouxeram inovações para pesquisa sobre o tema, porquanto investigou o comportamento de *rent seeking* no orçamento das universidades e preencheu uma lacuna na literatura nacional sobre fatores que podem influenciar a distribuição de limite orçamentário nessas instituições.

De forma prática, o estudo – ao identificar fatores que influenciam o recebimento de limite orçamentários, como a governança e o índice geral de curso,

“Nesse intento, o comportamento de *rent seeking*, por parte dos gestores, abre margem para um grande potencial de aprimoramento do ensino superior, a exemplo do avanço dos estágios de adoção das boas práticas de governança e da melhora dos diversos itens avaliativos.”

indicador de desempenho da instituição – possibilita o aprimoramento das práticas de gestão universitária para obtenção de melhores indicadores e, assim, maior disponibilidade de recursos orçamentários.

Nesse intento, o comportamento de *rent seeking*, por parte dos gestores, abre margem para um grande potencial de aprimoramento do ensino superior, a exemplo do avanço dos estágios de adoção das boas práticas de governança e da melhora dos diversos itens avaliativos, como infraestrutura, organização didático-pedagógica, desempenho no Enade que compõe o IGC. Além disso, tal prática viabiliza a adoção de medidas para combate à evasão, uma vez que o número de alunos equivalente influencia o recebimento de limite. Portanto, quanto maior o número de alunos, mais a disponibilidade de recursos será favorável à instituição, ou seja, uma distribuição de limite orçamentário mais linear durante o exercício financeiro.

Diante dessas contribuições, o aperfeiçoamento dos indicadores das universidades ganha importância, pois essas instituições são incentivadas a buscar qualidade no desempenho acadêmico

e aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária. Além do mais, a importância da otimização do desempenho das universidades se dá pelo seu papel fundamental no desenvolvimento econômico relacionado com as demandas da sociedade, como a formação de profissionais qualificados para acompanhar as constantes transformações da economia, tecnologia e informação (HOFFMANN et al., 2014).

No que diz respeito à limitação da pesquisa, destaca-se a falta de estudos anteriores que apresentassem modelos para verificar fatores capazes de influenciar a distribuição de limite orçamentário às instituições públicas no cenário nacional e de resultados para serem comparados com os abordados neste estudo. Ressalta-se, ainda, a limitação temporal, visto que a dinâmica orçamentária brasileira apresenta constantes mudanças e fatores que podem causar alterações significativas em seus mecanismos. Portanto, os resultados aqui encontrados podem não se estender para um período temporal maior.



Referências

- ALVES, D. P. *Carry-over: a flexibilização do princípio da anualidade orçamentária como indutora da qualidade do gasto público e da transparência fiscal*. Prêmio Tesouro Nacional de monografias, 2011.
- ALVES JÚNIOR, P. S. V. *Análise da Eficiência das Universidades Federais Brasileiras com Enfoque sobre a Governança Pública* (2019). Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- AQUINO, A. C. B.; AZEVEDO, R. R. Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 580-595, 2017.
- BARCELOS, C. L. K.; *Governança orçamentária e mudança institucional: o caso da norma geral de direito financeiro – Lei n.º 4.320/64*. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- BARELLI, P.; PESSÔA, S. de A. Rent-Seeking and Capital Accumulation. *Economic Inquiry*, vol. 50, n.º 2, April 2012, 399–417, 2012.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. A coleta de dados das IFES para alocação de recursos orçamentários. Brasília, DF, nov. 2006.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Cálculo do Aluno Equivalente para fins de Análise de Custos de Manutenção das Ifes. TI/DEDES/SESu/MEC Brasília, 16 fevereiro de 2005.
- _____. Decreto n.º 9.711, de 15 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2019 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.
- BOYNARD K. M. S.; NOGUEIRA, J. M. Indicadores de gestão em conflito com indicadores de qualidade? Lições econômicas para a gestão universitária. *Revista GUAL*, v. 8, n. 4, p. 237-258, 2015.
- CATÓLICO, D. F. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. *Rev. Fac. Cienc. Econ.* v. 20, n. 1, p. 57-76, jun. 2012.
- CALDAS, O. V.; CRISTIANO, M. C.; PAGLIARUSSI, M. S. (2016). Corrupção e composição dos gastos governamentais: evidências a partir do programa de fiscalização por sorteios públicos da Controladoria-Geral da União. *Rev. Adm. Pública: Rio de Janeiro*.50 (2), 237-264.
- CÂNDIA, E.; Rent-Seeking e despesa pública: até quando perdurará a invisibilidade jurídica?; *Revista dos Tribunais*; vol. 1001/2019, Mar/2019 DTR-2019-23858.
- CHANG, M.-C. (2014). Efficiency and governance of power corporations: a China and Taiwan analysis. *Polish Journal of Environmental Studies*, 23(5), 1515-1525.
- CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum Education (UEM)*, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 1-12, 2018.
- COSTA, E. M., et al. Eficiência e desempenho no ensino superior: uma análise da fronteira de produção educacional das IFES brasileiras. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 415-440, set.-dez. 2012.
- COSTA, A. C. P da; LEAL, A. F. P.; NASCIMENTO, L. C. B do; MENDONÇA, C. M. C. de; GUERRA, L. C. B. Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU: o estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental; *Rev. Serv. Público Brasília*, 69 (3) 163-191 jul/set 2018.
- DIAS, L. N. DA S. *Fatores que impactam na corrupção e na ineficiência relacionadas à aplicação de recursos da Saúde Pública Municipal*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- FONTELES, I. V., Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., & Ribeiro, M. S. Fatores determinantes da evidenciamento socioambiental sob o enfoque do recebimento de assistências governamentais. In *Anais, 8º Congresso da ANPCONT*, 8., Rio de Janeiro. São Paulo: ANPCONT, 2014.
- GIRMA, S.; GÖRG, H.; STROBL, E.; WALSH, F. Creating jobs through public subsidies: an empirical analysis. *Labour Economics*, v. 15, n. 6, p. 1179-1199, 2008.
- GALLEGO, I.; GARCÍA, I.; RODRÍGUEZ, L. Universities' Websites: disclosure practices and the revelation of financial information. *The International Journal of Digital Accounting Research*, v. 9, p. 153-192. 2009.

- HENRIQUES, A. D.; *A Economia Política da inovação e competitividades no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE. Brasília, 2014.
- HILLMAN, N. W.; TANDBERG, D. A.; GROSS, J. P. K.; Performance Funding in Higher Education: do financial incentives impact College Completions?; *The Journal of Higher Education*, vol. 85, n.º 6, november/december 2014, pp. 826-857.
- HOFFMANN, C; ZANINI, R.R.; CORRÊA, A.C.; SILUK, J.C.M.; JUNIOR, V.F.S.; ÁVILA, L.V.; O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). *Educação e Pesquisa*, 2014; 40 (3): 651-666.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Manual dos indicadores de qualidade. Brasília: INEP, 2011.
- JULIÃO, C. M. de; LAGIOIA, U. C. T.; CARLOS FILHO, F. A. de; ARAÚJO, J. G. de; SILVA FILHO, L. L. da; MACIEL, I. É. S. (2013). Um estudo sobre a correlação entre o recebimento de subvenções governamentais e o lucro das empresas nacionais e das maiores internacionais, do setor elétrico. *Revista Uniabeu*, 6(14), 173-189.
- KHAN, M. H. (2000). Rent-seeking as process. Rents, Rent-seeking and Economic Development: theory and evidence in Asia, 700144.
- KRUEGER, A. O. The political economy of the rent-seeking society. *The American Economic Review*, American Economic Association, v. 64, n. 3, p. pp. 291–303, 1974.
- LAMBSDORFF, Johann Graf. Corruption and rent-seeking. *Public Choice*, v. 113, n. 1/2, p. 97-125, 2002.
- LISBOA, M. d. B.; LATIF, Z. A. Democracy and growth in Brazil - revised version. [S.l.], 2013.
- MAHLMEISTER, R.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N.; Testando Rent-Seeking no Brasil: desigualdade e arrecadação de IPTU nos municípios brasileiros. *Policy Paper*, n. 32. Insper, Centro de Políticas Públicas, 2018.
- MANCUSO, W. P.; GOZETTO, A. C. O.; Lobby e políticas públicas no Brasil. "As ideias também importam - Abordagem Cognitiva e Políticas Públicas no Brasil". Editora Juruá e FGV – Direito, RJ, 2013.
- MARQUES, P. V. da S. B.; PETER, M. da G. A.; NASCIMENTO, C. P. S. do; MACHADO, M. V. V. Governança nas Universidades Federais do Brasil segundo o "Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública" do Tribunal de Contas da União; *Rev. Controle, Fortaleza*, v. 18, n.2, p. 164-196, jul./dez. 2020.
- MILIONI, K. C.; BEHR, A.; LOPES, G.; JEFERSON, L.; Análise do Processo de Elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior; 2015. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, vol. 8, núm. 4, diciembre, 2015, pp. 164-188.
- PÊSSOA, I. S.; CANUTO, E. S. L.; COSTA, J. C.; ALMEIDA, J. E. F.; *Determinantes da transparência das Universidades Federais Brasileiras: uma análise empírica no ano de 2013*. *GCont*, v. 5, n. 2, Florianópolis, jul-dez. 2018.
- REIS, C.Z.T. OLIVEIRA, A. R. SILVEIRA, S. F. R. CUNHA, N. R. S. Variáveis discriminantes do nível de institucionalização do Modelo Orçamentário nas Universidades Federais. *Revista de Ciências da Administração*, v.16, n. 39, p.83-100, ago. 2014.
- REIS, C.Z.T. OLIVEIRA, A. R. SILVEIRA, S. F. R. CUNHA, N. R. S. Modelo Orçamentário das Universidades Federais: fatores motivadores e inibidores de sua institucionalização. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 10, número 6, p. 1081-1100, 2017.
- SAAC, D. M. P.; REZENDE, A. J.; Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337 Blumenau, v. 15, n. 2, p. 116-136, abr./jun., 2019.
- SANTOS, R. R. dos.; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos; *Revista de Administração Pública* – Rio de Janeiro 53(4):732-752, jul. - ago. 2019.
- SCHEREN, G., DALCHIAVON, A. & MOURA, G. D. de. Influência da Governança corporativa para o recebimento de subvenções e assistências governamentais em companhias abertas; *RGC*, São Paulo, v. 5, n.1, art.2, pp. 31-56, jun. 2018.
- SILVA, M. F. G. Corrupção e produção de bens públicos. In: BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 127-128.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Orientação para o cálculo dos indicadores de gestão. Brasília: TCU, mar. 2004.
- TULLOCK, Gordon. (1967) The welfare costs os tariffs, monopolies ans theft. *Western Economic Journal*, n. 5, 1967. p. 228.
- TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopolies, and theft. *Economic Inquiry*, Blackwell Publishing Ltd, v. 5, n. 3, p. 224–232, 1967.
- TULLOCK, G., BRADY, G. L., & SELDON, A. (2002). Government failure: a primer in public choice. Cato Institute. Recuperado em: <http://wordlist.narod.ru/Government-Failure.pdf>